

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA “HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS”

“O PATRIMÔNIO POR ESCRITO: A POLÍTICA EDITORIAL DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1946)”

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana Regina de Freitas Dutra

Belo Horizonte, julho de 2010.

Lanari, Raul Amaro de Oliveira, 1982 -

O Patrimônio por Escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45). Lanari, Raul Amaro de Oliveira. – 2010.

206 fl.

Orientadora: Eliana Regina de Freitas Dutra.

Trabalho de conclusão de Curso (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

1.Patrimônio Cultural. 2. Estado Novo. 3. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. I. Dutra, Eliana Regina de Freitas. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em História. IV. O Patrimônio por Escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45).

Resumo: A presente dissertação tem o objetivo de analisar a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) entre 1937, ano em que o órgão foi fundado, e 1945, ano que marca o final do regime do Estado Novo e que precede a primeira reforma administrativa da instituição. Composta pela *Revista do SPHAN* e pelas *Publicações do SPHAN*, a política editorial dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade ocupou um lugar articulado com a tradição editorial brasileira, mas ao mesmo tempo inovador na temática abordada – os monumentos nacionais. A presente pesquisa tem o objetivo de analisar o lugar central ocupado por essa iniciativa editorial na afirmação do novo órgão de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, revelando as tensões que envolviam o processo de escolha de autores e de produção material das edições, bem como sua distribuição. Por fim serão examinados os artigos e monografias publicados, buscando identificar as diversas representações sobre a nação através dos monumentos identificados.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; História dos Livros e das Edições; Estado Novo (1937-45); monumentos históricos e artísticos.

Abstract: This dissertation aims to analyze the editorial policy of the Department of Historical and Artistic Heritage (SPHAN) between 1937, the year that the agency was founded, and 1945, the year that marks the end of the Estado Novo regime, and precedes the first administrative reform of the institution. Composed by the *Revista do SPHAN* and the *Publicações do SPHAN*, the editorial policy directed by Rodrigo Melo Franco de Andrade occupied an editorial pleading articulates with the Brazilian tradition, but at the same time innovator in the selected theme - national monuments. This research aims to examine the central place occupied by this initiative in the editorial statement of the new agency to protect the historical and artistic heritage, revealing the tensions involving the selection process of authors and material production issues as well as distribution. Finally we will examine the articles and monographs published in order to identify the various representations of the nation through the monuments identified.

Key-words: Cultural Heritage; Department of Historical and Artistic Heritage; History of the books and editions; Estado Novo regime (1937-45); historical and artistic monuments.

SUMÁRIO

Agradecimentos	p. 06
Introdução	p. 10
Capítulo 1: Situando a política editorial do SPHAN	p. 32
1.1. A política editorial do SPHAN: um “lugar”	p. 38
1.2. Práticas editoriais e “políticas de memória” no Brasil	p. 46
1.3. Edições e a política cultural do Estado Novo	p. 58
Capítulo 2: A política editorial do SPHAN e a legitimação pública da “escrita dos monumentos”	p. 68
2.1. O processo de composição editorial da <i>Revista</i> e das <i>Publicações do SPHAN</i>	p. 71
2.2. Produção e circulação: a inserção da política editorial do SPHAN nos meios políticos e institucionais	p. 82
2.3. Um “atestado de bons serviços prestados	p. 94
2.4. Disputas por espaços, por autoridade e por cargos públicos	p. 107
Capítulo 3: Narrativas do patrimônio: o patrimônio histórico e artístico na política editorial do SPHAN	p. 126
3.1. O patrimônio “barroco e lusitano”	p. 128
3.2. Além do discurso arquitetônico: outros patrimônios	p. 153
3.3. “Valor histórico” e “valor artístico”	p. 168
3.4. As populações indígenas na política editorial do SPHAN	p. 175
3.4.1. “Um estágio primitivo da nacionalidade”	p. 178
3.4.2. A “ocupação altruística”	p. 185
Conclusão	p. 190
Fontes e bibliografia	p. 195

AGRADECIMENTOS:

Sinto muita alegria ao constatar que devo agradecimentos a várias pessoas que me ajudaram durante todo o percurso resultante nesta dissertação de mestrado. Ela é fruto de anos de pesquisa envolvendo a proteção ao patrimônio cultural brasileiro, desde que iniciei minha bolsa de iniciação científica no Projeto Coleção Brasileira, sob orientação da professora Eliana Regina de Freitas Dutra. Agradeço a ela em primeiro lugar, por durante os últimos cinco anos ter me incentivado a aprofundar meus estudos, me provendo com importantes conselhos sobre o trato com os documentos, a importância e o lugar da teoria e também sobre como escrever, adotar uma linha de raciocínio e manter-me nela durante todo o texto. Após o término do trabalho percebo como vários trechos me remetem a conversas que tivemos durante a elaboração da dissertação, e isso me faz mais grato ainda.

Também agradeço aos membros do Projeto Coleção Brasileira, que nas férteis reuniões sempre estiveram dispostos a acolher minhas dúvidas e colocações, e por possibilitar a participação em discussões sobre aspectos da cultura política das décadas de 1930 e 1940. Às professoras Katia Gerab Baggio e Regina Duarte Horta agradeço especialmente pelos conselhos dados em diversas ocasiões, como na disciplina “Seminário de Dissertação” e em minha apresentação em uma das reuniões do projeto. Ao professor Luiz Carlos Villalta devo meu muito obrigado pela severidade e justiça com que apontou problemas e ressaltou virtudes do meu trabalho no exame de qualificação, e também pelo voto de confiança que me deu em momentos decisivos de minha trajetória acadêmica, motivo pelo qual também devo agradecer às professoras Adriana Romeiro e Cristina Campolina de Sá Abreu. À professora Ivana Parrela agradeço pelas indicações de leitura sobre as diferentes visões sobre o patrimônio

histórico e artístico no início das atividades de sua proteção. A Bruno Flávio Lontra e Gisella Amorim por compartilhar dúvidas do percurso da pesquisa e propor leituras. Devo agradecer também à “Brasiliiana Mirim”, grupo de orientandos que nos encontros informais ou reuniões combinadas questionaram minha análise, propuseram outros pontos de vista e me indicaram leituras: Thiago Lenine Tito Tolentino, Vladimir Bahia Chaves, Guilherme Silveira Guglielmelli (grande companheiro de Mineirão), Valdeci Cunha, Matheus Machado, Miguel Ávila Duarte, Marcelo Mangini, Cleber Cabral e Mariana Silveira, a quem também agradeço pela ajuda com as citações em francês.

Meus agradecimentos mais especiais vão para minha família, a quem devo minha formação humana e a minha maneira de ver a vida e o mundo. A meu pai, Luiz Amaro Lanari, agradeço pelo exemplo de responsabilidade, curiosidade e otimismo, pelas conversas de fim de noite e pelo trato com os livros com o qual me acostumei desde pequeno, vendo as estantes cheias, as capas coloridas, os grifos em caneta fluorescente, os jornais empilhados na mesa ao lado do sofá. Minha mãe, Maria Flora Iscold de Oliveira, já merece minha gratidão pela maternidade. Mãe é uma coisa diferente. Não poderia exprimir aqui o carinho que envolve essa relação. Agradeço em grande medida o incentivo e a influência em minha conscientização de que é preciso sempre seguir em frente, planejar e dar os passos certos, mas uma vez dado um passo errado, saber reconhecer e olhar adiante, para ser uma pessoa melhor. A meus irmãos Luiz Amaro Lanari Jr., Cláudio Santoro Lanari e Marianna de Oliveira Lanari agradeço o companheirismo, o bom humor, a cumplicidade que a distância não diminui. A Luiza de Oliveira Lanari, agradeço a presença meiga e interessada, o saudável gosto pelo Rock'n Roll que aprendeu comigo, e também a revisão do primeiro rascunho e do texto final da dissertação. Agradeço também a meus tios por sempre se mostrarem interessados em saber das minhas pesquisas, e a minha avó, Lia Reis Lanari, por ter me

presenteados com os valiosos exemplares da política editorial do SPHAN que pertenciam a meu avô Vittorio Lanari, que foram minhas fontes principais neste trabalho. A ele destino o agradecimento do neto que não o conheceu direito, dedicando-lhe esta dissertação.

A Mariana Lobato Tavares Simão, minha linda Mirilim, agradeço por estar no momento certo e no local exato quando o mundo girou e nós nos (re)conhecemos. Ela, que diz não entender muito de história, faz todo dia a minha própria história mais bonita, o que já a torna no mínimo “especialista” no ramo.

Não poderia esquecer os muitos amigos que me ajudaram com sugestões, trocas de experiências e conversas em mesas de bar durante todos esses anos. Agradeço aos colegas de pós-graduação Farley Bertolino, Geovano Moreira, Francisco Samarino, Francismary Alves e Paulo Geraldo Rocha Jr pelas discussões em sala de aula e fora dela, nos corredores e gramados da Fafich. A Helaine Nolasco Queiroz por ter me ajudado desde o início de minhas pesquisas, pelos encontros e desencontros e por participar do meu crescimento pessoal, coisa que só as amizades especiais conseguem. A Lucas Drummond Matozinhos, Imara Bemfica, Marina Duarte, Emilly Oliveira Lopes, Breno de Faria, Flávia Klausing Gervásio e Márcia Almada pelas conversas que me acalmaram quando a pressão aumentou. A Gustavo Saporì Avelar, João Henrique Bayão, Victor Mourão e Flávio Carvalhaes por me acolherem em seus respectivos palacetes cariocas para minhas pesquisas na cidade maravilhosa. A Bruno Duque, Leonardo Silva, Ramon Ramalho e Pedro Junqueira pela amizade duradoura, divertida e sincera. Aos amigos “sodomitas” Ismael Andrade, Pedro Pizelli, Enrique Luz Garutti, João Paulo Lopes, Alisson Brito, Flora Cândido, Bárbara Paulino, Helen Carolina e Carlos Eduardo Frankiw por quererem sempre saber como andavam minhas pesquisas, e pelos encontros fortuitos na noite belo horizontina.

Ao “Carlinhos”, proprietário da Livraria Quixote localizada na FAFICH, por ter sido responsável pelo comprometimento mensal de uma fatia de minha bolsa, com suas indicações certeiras.

Aos funcionários do Arquivo Central do IPHAN, da Seção de Arquivos Pessoais da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV -, devo meus agradecimentos pela solicitude e presteza com que facilitaram meu acesso aos acervos e por me permitirem por vezes permanecer nas dependências das respectivas instituições por períodos mais longos de tempo para que eu aproveitasse mais minhas viagens.

Agradeço ainda a CAPES pelo apoio a minha pesquisa através da concessão de bolsa durante os dois anos de meu mestrado. Esse apoio foi fundamental para minhas viagens e para todo o processo de pesquisa e elaboração deste trabalho.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas federais de proteção ao patrimônio cultural no Brasil tiveram início na metade da década de 1930, com a criação da Inspetoria Nacional dos Monumentos, que seria substituída, poucos anos depois, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A criação das duas instituições se alinhava com os objetivos do regime do Estado Novo e de seu Ministério da Educação e Saúde, dirigido pelo intelectual e político mineiro Gustavo Capanema entre 1934 e 1945. Por intermédio dele, o regime chefiado por Getúlio Vargas investiu maciçamente na produção de um universo simbólico, elaborando, na opinião de vários estudiosos, o primeiro esforço de Estado abrangente na área cultural no Brasil.¹Essa gestão da educação e da cultura, com um viés marcadamente pedagógico, procurou fixar as marcas da nacionalidade, mostrar uma maneira que se declarava nova de viver a realidade política, norteadas por valores como *ordem, trabalho, pátria e cidadão*.²

Ao SPHAN caberia uma importante tarefa na consolidação dessa nova nacionalidade: a de exaltar um passado formador do caráter brasileiro, materializado nos *monumentos*. Dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, intelectual mineiro com grande trânsito no meio político, o órgão estabeleceu uma série de práticas, conceitos e interpretações sobre a história, a arte e a cultura nacionais presentes ainda hoje nas práticas e discursos sobre a proteção ao patrimônio. Para difundir esse patrimônio, o órgão publicou uma série editorial, formada pela *Revista do SPHAN* e pelas *Publicações do SPHAN*. Na primeira foram publicados centenas de artigos envolvendo a identificação, conservação e restauro de monumentos referentes a diferentes aspectos do

¹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)*. Lisboa: Difel, 1979, P. 118.

² DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997. P. 27.

passado brasileiro. As segundas eram estudos aprofundados sobre um único tema, geralmente ligado a monumentos de arte e arquitetura do período colonial. A linha editorial do SPHAN fez parte da primeira iniciativa brasileira de reunião de uma vasta gama de intelectuais e profissionais em torno da temática conservacionista, veiculando pesquisas que versavam sobre diferentes visões sobre o patrimônio nacional. Começaram a ser veiculados em 1937, ano da criação do SPHAN.

Neste estudo analisaremos os exemplares da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN* entre 1937, quando a instituição foi fundada, e 1946, ano em que ocorre sua primeira regulamentação administrativa. A escolha desse recorte temporal possui suas razões específicas. Trata-se do período de instalação do órgão, da rotinização de suas práticas, quando se fez necessária a afirmação das atividades empreendidas, sua intensa divulgação através de diversos meios. Nos anos do Estado Novo o SPHAN adquiriu a configuração que o tornaria a instância máxima sobre os assuntos relacionados à proteção aos monumentos, afirmando critérios específicos para a identificação dos monumentos a serem conservados. Foi nesse período também que as visões sobre o patrimônio veiculadas na *Revista* e nas *Publicações do SPHAN* foram mais diversas. Após 1946, com a reorganização administrativa do órgão, sua transformação em DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a realização dos primeiros concursos e a ocupação dos cargos pelos “herdeiros” da geração inicial do SPHAN, o “grupo do patrimônio” se define, criando fronteiras que também podem ser percebidas nas revistas e monografias publicadas, uma vez que passam a dominar os estudos referentes à história da arte e arquitetura religiosas do século XVIII.

A “política de memória”³ consolidada pelo SPHAN durante o Estado Novo encontrava diversos interlocutores no meio intelectual, que desde as primeiras décadas do século XX discutia sobre o desenvolvimento nacional, e sobre as potencialidades e os problemas da cultura brasileira. A direção tomada após o movimento político de 1930 e a instalação do Estado Novo em 1937 foi de encontro a várias questões que inquietavam diversos setores intelectuais. Quais seriam as bases da cultura brasileira? Quais teriam sido as características de sua formação? Como difundir tais valores de brasilidade? Como instrumentalizá-la para formar o povo de maneira mais coesa e patriótica? Tais questões emergiram publicamente no Brasil ainda nas últimas décadas do século XIX, tendo alcançado projeção significativa nas primeiras décadas do século XX através das atividades de instituições, letrados e políticos, e também da publicação de livros e revistas. O movimento modernista brasileiro de 1922 ampliou o debate envolvendo a temática da cultura brasileira, dando maior visibilidade ao assunto e contribuindo para a afirmação da intelectualidade que ainda transitava entre os saberes e a política. O processo de afirmação dos intelectuais como agentes políticos assumiu, a partir de 1915, o caráter de um movimento global e realizou-se de diversas formas: vaga nacionalista, modernização cultural, ressurgimento católico, impulso antiliberal e outras. Essa nova geração de intelectuais não só descobriu e tornou pública a sua vocação nacional, mas ainda divisou o lugar que, naquele momento, poderia ocupar dentro da

³ As “políticas de memória” seriam os esforços de recuperação do passado característicos da afirmação de culturas políticas nos quais a marca do presente se faria presente através da relação das sociedades com o tempo, bem como do horizonte de expectativas que caracteriza a esperança de um futuro. Segundo Dutra, “é na embocadura do tempo, no cruzamento do presente com o passado e o futuro que se constroem as políticas de memória. Estas, marcadas pela *experiência e espera*, podem nos falar da produção de traços como testemunhos do presente, como parte da experiência de memória viva e de uma história anda quente, os quais podem sugerir que a memória pode se fazer também enquanto uma economia do presente em direção ao futuro. Ver DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O que é avançado nas ciências humanas?* In.: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). *A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 40. Nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil os profissionais envolvidos com a prática preservacionista pregavam um discurso “científico”, mas transitavam, como será analisado no terceiro capítulo, entre a história e a memória, através da *experiência* e do *deslocamento*, através do trato com os documentos e a construção de imagens e representações à partir da releitura desses traços do passado, com os quais pretendiam elaborar uma grande narrativa sobre a história e a cultura nacionais.

nação⁴. Particularmente para os intelectuais, a década de 20 foi de grandes questionamentos, e a partir da década de 1930, eles encontraram um mercado amplo de trabalho nas políticas públicas e a elas se dedicaram empenhadamente, sentindo-se portadores de uma missão, uma “causa”.⁵

Ao mesmo tempo, o novo serviço de proteção ao patrimônio brasileiro foi de encontro a diversas iniciativas regionais de valorização da memória que, desde o final do século XIX, vinham sendo discutidas por estudiosos, eruditos e políticos interessados em identificar as contribuições de seus estados para a formação do Brasil. Os institutos históricos e geográficos estaduais, assim como associações de arqueologia, antropologia e etnologia, eram locais de discussão sobre a memória, bem como instâncias legitimadoras para estudiosos e políticos, em um processo de formação de um espaço público de discussão dos problemas nacionais e da história do Brasil. Esses institutos e associações tinham como inspiração o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em um contexto bastante diverso, ainda no período imperial, e que foi a primeira instituição a se ocupar de escrever uma história brasileira, identificada com o triunfo da colonização portuguesa nos trópicos.⁶

Portanto, para garantir sua criação e manutenção, o SPHAN teve de adquirir legitimidade dentre uma série de atores e instituições, participantes de vários círculos sociais - político, cultural, intelectual e institucional - com práticas e interpretações que lhes eram próprios. A posição privilegiada, dentro da estrutura do Estado, não garantia

⁴PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990, p. 24.

⁵VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual (1930-1940)*. In.: VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi & GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1982. Pgs, 179-182 ; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. 2.Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2002. P.87-95.

⁶GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. N. 1, 1988.. P. 10.

por si própria a consolidação dessa nova agência cultural se não houvesse uma tentativa de integração com iniciativas já bem-sucedidas. Rodrigo Melo Franco de Andrade então se cercou de intelectuais com os quais já havia tomado contato anteriormente em discussões sobre a cultura brasileira para elaborar o plano de ação a ser seguido. Em 1936 encomendou a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto para criação de um serviço de proteção do patrimônio nacional, uma vez que esse se dedicava desde a década de 1920 a estudos sobre os aspectos da cultura brasileira em suas mais diversas manifestações, fazendo parte do círculo de amigos do intelectual mineiro. O anteprojeto para a instalação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional deveria estabelecer conceitos, procedimentos e divisões administrativas para o funcionamento do novo órgão, que iniciaria suas atividades, experimentalmente, ainda em 1936.

O anteprojeto dividia os bens passíveis de proteção e conservação entre os quatro livros de tomo a serem criados, o arqueológico e etnográfico, o histórico, o de belas artes e o de artes aplicadas. Esses bens se enquadrariam em diversas categorias dentro das quatro divisões gerais, e abrangiam um amplo universo, abarcando monumentos, mobiliário, peças de arte nacionais ou estrangeiras, populares e eruditas, impressos, coleções e jazidas. Foram estabelecidas também as chefias que fariam parte da estrutura administrativa do novo serviço, com a especificação dos profissionais que deveriam realizar as atividades. Mário de Andrade sugeriu a contratação de profissionais de diversas áreas, historiadores, arquitetos, antropólogos, etnógrafos, artistas plásticos, músicos, conservadores e restauradores de peças antigas. Também propôs a implantação de um amplo serviço de documentação, que incluiria a produção de registros audiovisuais, filmes e gravações musicais acompanhadas de transcrições em notação musical. Organizou uma estrutura de museus destinada a aprimorar a divisão que estabelecia nas atribuições dos livros de tomo.

Ao mesmo tempo, Mário de Andrade se preocupou em estabelecer, mesmo antes da criação do serviço de proteção ao patrimônio nacional, conceitos como o de “monumento”, “arte histórica”, “artes aplicadas populares”, procurando sempre se aproximar dos estudos do folclore que vinha empreendendo a partir da metade da década de 1930. O anteprojeto elaborado pelo intelectual paulista possuía grande abrangência, revelando a ambição de seus estudos no período.

O início dos trabalhos de catalogação e proteção dos *monumentos*, no entanto, deixou clara a necessidade de uma normatização, de uma legislação que garantisse a atividade de preservação diante de importantes questões, como a da propriedade privada e de sua função social, questões pouco abordadas no anteprojeto de Mário de Andrade. Em novembro de 1937, poucos dias após a instauração do Estado Novo, foi editado o Decreto-lei n. 25, que regulamentava o SPHAN e apresentava o instrumento legal do *tombamento*, e que daí em diante embasaria todas as ações visando à conservação do *patrimônio histórico e artístico*, tornando-se um *texto fundador*. Pouco do que Mário de Andrade elaborou foi utilizado, tendo o SPHAN se concentrado desde o início naquilo que conceituou como “cultura material”, vestígios do processo de civilização observado no Brasil através das influências africanas, indígenas e, principalmente, portuguesas. O órgão passou então a realizar estudos para a concretização dos tombamentos em diversas regiões brasileiras, com destaque para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Esses estudos eram feitos por historiadores, por engenheiros e principalmente por arquitetos, o que acabou configurando uma supremacia destes no novo ofício. Destaca-se a figura de Lúcio Costa, chefe da Divisão de Tombamento e expoente da arquitetura moderna brasileira,

que defendia a preservação do que considerava ser a *boa tradição*⁷, identificada com o barroco mineiro e o período colonial. A supremacia dos arquitetos na área é constatada no fato de que a grande maioria dos monumentos tombados pelo SPHAN, em seus primeiros anos e até os dias atuais, é constituída por obras de arquitetura.

O corpo técnico responsável por tais estudos foi formado de acordo com as redes constituídas pelos intelectuais que colaboravam com o órgão, que também contava com um Conselho Consultivo, cujos membros eram nomeados diretamente pelo presidente Getúlio Vargas e eram considerados unanimidades nos estudos da história e da arte nacionais. O órgão contava com dotações oficiais instáveis, tendo de recorrer diversas vezes ao ministro Gustavo Capanema e até ao presidente Getúlio Vargas para conseguir pagar pelos serviços de pesquisadores. Possuía poucos funcionários regulares, e a organização administrativa só foi se estabilizar em 1946. Tais colaboradores, não necessariamente vinculados administrativamente ao SPHAN, articulavam-se a fim de conseguir dar publicidade aos seus estudos, que apresentavam diferentes visões sobre o que constituiria o patrimônio histórico e artístico brasileiro. As visões diferenciadas sobre o patrimônio decorriam de diferentes práticas “técnicas e científicas” que remetiam à história brasileira, como a arquitetura, a antropologia, a etnologia e a história, ainda em processo de consolidação numa época em que os cursos superiores eram escassos.

Muitos desses estudos passaram a ser publicados na série editorial formada pela *Revista do SPHAN* e pelas *Publicações do SPHAN*. A primeira era constituída por artigos relativos a vários monumentos do passado brasileiro e aspectos da cultura e da

⁷ Conceito cunhado pelo próprio Lúcio Costa que incluía em suas valorações a exaltação da moradia comum como solução arquitetônica inovadora, fruto da adaptação dos conceitos arquitetônicos populares portugueses à realidade brasileira, baseando-se na visão de Gilberto Freyre de “amolecimento” da cultura nos trópicos.

arte nacionais, com a reprodução de documentos, resumos bibliográficos e artigos teóricos. Já as segundas eram estudos pormenorizados de grande volume sobre um tema específico, elaborados por intelectuais e profissionais dotados de legitimidade no círculo dos agentes culturais envolvidos com a preservação dos monumentos. Eram edições bem feitas contendo fotografias, ilustrações coloridas e em preto e branco, mapas, croquis e vastas referências documentais.

Através de sua política editorial o SPHAN afirmou e difundiu representações sobre a nação e sobre sua própria atividade, consolidando os conceitos que cunhavam e as práticas que desenvolveram. Ao investir na valorização de um aspecto “científico” o grupo de intelectuais participantes da política editorial do SPHAN procuraram demarcar fronteiras, nem sempre nítidas, entre diferentes práticas de recuperação do passado. Essa constatação contribui para ressaltar a importância da prática editorial dentro das instituições nas décadas de 1930 e 1940, e no caso aqui abordado, dentro do âmbito das atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este trabalho pretende recuperar tal importância, mostrando como diferentes visões sobre o que constituiria o patrimônio histórico e artístico foram veiculadas, como a partir do esforço editorial do SPHAN foram articulados intelectuais e profissionais vinculados a diferentes instituições, participantes de diferentes círculos relacionados à prática preservacionista. Como já frisado, o período escolhido tem como característica uma pluralidade de atores pleiteando espaços nas políticas públicas de proteção ao patrimônio nacional, decorrente da estrutura administrativo do SPHAN, que englobava instituições como o Museu Nacional, caso que será analisado neste estudo. A partir de 1946 as práticas ligadas à preservação da arquitetura religiosa do século XVIII se consolidam e passam a ser o centro das atenções do SPHAN, fato que também pode ser observado na *Revista do SPHAN* e nas *Publicações do SPHAN*.

Os estudos relativos aos primeiros anos de atividade do SPHAN, elaborados principalmente a partir da década de 1990, apontam que eles foram de extrema importância para a fixação de uma determinada vertente patrimonial brasileira, voltada para os monumentos arquitetônicos, chamada até hoje de “pedra e cal”. Nesse sentido, Antônio Gilberto Ramos Nogueira ressalta o vínculo estabelecido pelo corpo técnico do SPHAN entre as ideias de universalidade e de autêntica tradição nacional, incluindo o Brasil no círculo de nações dotadas de uma “civilização” e consagrando um enfoque arquitetônico do patrimônio, elaborado por intelectuais majoritariamente ligados à arquitetura. Essa predominância não excluiria interpretações diversas sobre os monumentos, tendo sido o SPHAN um *espaço de mediação na construção da nação*.⁸

Tais estudos constataram que, dentre a produção arquitetônica que foi foco de atenção do SPHAN, aquela decorrente do século XVIII foi a mais valorizada, com destaque para o estado de Minas Gerais e o barroco. A dissertação “As Fachadas da História: Os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968”, de Silvana Rubino, procurou analisar a consolidação do “campo” do patrimônio histórico no Brasil, vinculando-a a legitimação do SPHAN. Dividido em quatro eixos - a “proto-história” do SPHAN, seus documentos fundadores, sua prática e seus textos – o estudo identifica que a legitimação do discurso do SPHAN teria sido garantida através de sua vinculação com as interpretações então em voga sobre a cultura brasileira, principalmente a de Gilberto Freyre, considerado pela autora o “sociólogo do patrimônio”. Esse vínculo teria sido consagrado nos artigos e livros publicados na política editorial do SPHAN, que teriam apresentado um perfil

⁸ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em “pedra e cal”*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da PUC-SP. 1995.

“científico” e descritivo, voltado para os bens arquitetônicos, com algumas poucas exceções.⁹

Márcia Regina Romeiro Chuva, no entanto, discordando um pouco dessa interpretação, afirma que os anos entre 1937 e 1946 teriam sido os da *gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro*. O termo gênese significaria um processo de consolidação, com *lutas de representações* visando à legitimidade na esfera pública. A preocupação da autora é mais ampla, pois ela afirma que esse processo de gênese foi também o da ampliação das redes de agentes do Estado nas mais diversas localidades do país, contribuindo de várias maneiras para a disseminação de um sentimento de integração nacional dentro de uma nova *cultura política* que se queria consolidar. As disputas pela ocupação desses novos postos, que conferiam legitimidade não só no meio político-administrativo, mas primordialmente no intelectual, teriam três *loci* principais: o Conselho Consultivo, os pareceres técnicos, administrativos e processos de tombamento e a *publicidade* das ações e das interpretações elaboradas pelos agentes envolvidos no esforço de memória, constituída de artigos na imprensa e na política editorial do órgão. Esses *lugares* onde as *lutas de representação* teriam se manifestado apresentariam dinâmicas próprias, que envolveram critérios de autoridade e legitimidade referentes a vários meios sociais. A autora sublinha, como os outros dois citados, a predominância dos arquitetos e dos “historiadores da arte”, profissão que teve

⁹ RUBINO, Silvana. *As Fachadas da Memória: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

muito de seu sucesso e disseminação ligados às atividades do SPHAN nos seus primeiros anos de atividade.¹⁰

Nesses estudos, a política editorial do SPHAN é tratada como mais uma instância de “sacralização” da memória, ou de integração de redes intelectuais com foco na produção arquitetônica dos séculos XVII, XVIII e XIX. São ressaltadas as *lutas de representação* em torno do que constituiria uma manifestação artística genuinamente brasileira, uma contribuição nacional para a arte universal. Em todos os três trabalhos os autores lembram que cada uma das instâncias legitimadoras da prática do novo órgão respondeu a dinâmicas próprias aos círculos sociais envolvidos, mas a análise das publicações lançadas pelo órgão acaba se centrando na discussão arquitetônica. Este trabalho parte do pressuposto de que a dinâmica referente à produção de publicações levada a cabo pelo SPHAN ainda não foi explorada em toda sua riqueza.

Antônio Gilberto Ramos Nogueira e Silvana Rubino, a meu ver, cedem à tentação de enquadrar totalmente a produção editorial do SPHAN no panorama das lutas e intrigas que faziam parte do meio arquitetônico durante as décadas de 1930 e 1940. Ambos transportam a dinâmica identificada nos pareceres técnicos e atas do conselho consultivo para as páginas da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN*. A classificação dos artigos e monografias por temas torna explícita essa transposição, com a divisão em arquitetura religiosa, residencial civil, rural, militar e governamental,

¹⁰ CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. Análise semelhante pode ser encontrada em SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Nasce a Academia SPHAN*. In.: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Vol. 24, 1996, Pg. 79. Dentre as diversas obras que enfocam a prática do SPHAN nas décadas de 1930 e 1940, destaque: GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/Ipahan, 1997; MICELI, Sérgio. *SPHAN: Refrigério da cultura oficial*. *Revista do Patrimônio*, n.22. Rio de Janeiro: IPHAN, 1987; CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

logradouros e mobiliário, para depois elencar os artigos relativos a antropologia, arqueologia, museologia, conceitos e biografias. Não por acaso, se detém apenas nas categorias relativas à arquitetura, identificando nos artigos os embates em torno da arquitetura colonial, travados principalmente com José Mariano Filho, expoente da escola neocolonial, considerada pelo grupo do SPHAN como “passadista”, “memorialística”, “pouco científica”.

Márcia Chuva, mesmo sem se utilizar das categorias acima reproduzidas, chega num resultado parecido. É verdade que a autora procurou consultar documentação mais diversa que a dos primeiros dois autores, que se concentraram apenas nos artigos e monografias editados pelo SPHAN. Sua ideia central de expansão da rede de agentes do Estado e de intelectuais empenhados em escrever uma “biografia da nação” a levou a empreender um esforço analítico mais próximo da história dos livros e das edições, levando em consideração o corpo editorial do SPHAN, a qualidade da revista, com os recursos gráficos utilizados para garantir excelência às publicações, as tiragens e o esforço para construir uma imagem em torno da série editada. Porém, quando parte para a análise das *lutas de representações*, a autora continua dentro das categorias arquitetônicas, dos debates sobre a arquitetura colonial e, principalmente, do barroco mineiro.

Tal concentração da análise no discurso arquitetônico ofusca, e esse é o ponto de partida de nossa análise, o papel que essa iniciativa editorial teve para a elaboração de interpretações sobre a cultura brasileira, como local onde diferentes concepções de “patrimônio” eram veiculadas. Se é verdade que o discurso voltado para os bens imóveis logrou grande êxito, sobrepondo-se aos demais, as noções de “história” e “patrimônio” presentes na *Revista* e nas *Publicações do SPHAN* apresentam nuances, mesmo quando há um consenso. Acreditamos que o motivo principal disso já foi

exposto acima. Na época da criação do SPHAN diversas instituições como o IHGB, os institutos históricos e geográficos estaduais, museus e arquivos públicos já se ocupavam dos assuntos relativos à história e à memória, em escala regional e nacional. Essas instituições eram portadoras de prática e maneiras de registrar os “monumentos” específicas. Várias delas editavam suas próprias revistas, boletins, anais e anuários. Portanto, para se inserir em um círculo de atores com procedimentos bem definidos, o novo órgão teve de se adaptar a eles, incorporando autores e temas às páginas de sua política editorial.

Os organizadores e participantes da nova série editorial do SPHAN também se valiam de suas experiências anteriores como editores, jornalistas e intelectuais, lembrando que as primeiras décadas do século XX, no Brasil, foram as da consolidação de um mercado editorial e do ofício do homem de letras, depois do intelectual, que se incumbia das tarefas de identificar as virtudes e defeitos do país, de sua formação e de seu povo, bem como de apontar soluções¹¹. Essa experiência compartilhada de formulação de propostas e interpretações sobre o passado e divulgação através de periódicos, com a troca de opiniões, envio de artigos e correspondências, pode dar a impressão de que os discursos produzidos pelas pessoas envolvidas eram unívocos, mas esse espaço de discussão envolvia intrigas, lutas de poder por consagração intelectual e legitimação de pessoas e instituições na esfera pública.

O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entre 1937 e 1946, da seguinte maneira: identificar seu espaço dentro do âmbito das atividades da instituição e dos outros institutos, museus e arquivos que publicavam revistas, anuários, boletins e obras

¹¹ DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 33-34.

“científicas”, ressaltando que a publicação de periódicos era uma prática consagrada no período, utilizada por diversas instâncias produtoras de discursos sobre o nacional. Trata-la como um espaço de *sociabilidades institucionais e intelectuais* articulado com as atividades de pesquisa e tombamento do SPHAN, e também à rede institucional de publicações existente nas décadas de 1930 e 1940. A integração a essa rede em processo de consolidação durante o Estado Novo foi uma das principais características da gestão da cultura empreendida por Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do SPHAN. Nesse sentido, será exposto o esforço do diretor da instituição para garantir a distribuição dos exemplares publicados, a procura por autores consagrados, o “esquecimento” de outros, a preocupação com a qualidade das edições, com suas especificações técnicas. Finalmente, analisaremos como esse *espaço de sociabilidade* contribuiu para a difusão de visões heterogêneas sobre o patrimônio e os monumentos, como diferentes tipos de registros fizeram parte dos livros e artigos publicados pelo SPHAN.

A noção de sociabilidade aqui utilizada se baseia nas ideias de Sirinelli, para quem ela deve ser pensada em uma dupla acepção: a de *rede organizacional* e a de “*microclima*”¹². Segundo o autor, os grupos de intelectuais se organizam a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades. Esse encontro de sensibilidades é tratado como uma espécie de “rede” de sociabilidade, variável de acordo com as épocas e os grupos. Essa rede alimenta, por sua vez, “microclimas”, em meio aos quais as atividades e comportamentos dos intelectuais se desenvolvem, constituindo um panorama particular. A sociabilidade desenvolvida entre os intelectuais teria como especificidade a vinculação a valores morais, científicos, pregando uma abnegação das vontades individuais. Teria também como condição de possibilidade a

¹² SIRINELLI, Jean François. *Os intelectuais*. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 242-243.

existência de *lugares de sociabilidade*, onde os intelectuais pudessem se posicionar no debate público, construindo representações da realidade e do grupo ao qual pertencem. Trabalhar com o conceito de sociabilidade para o meio intelectual seria, portanto, pensar os intelectuais como criadores e mediadores culturais e como atores políticos, relativamente engajados na vida pública e/ou nos locais de produção e divulgação de conhecimento e produção de debates.

Parte-se aqui também do pressuposto, bem indicado por Dominique Poulot, de que a preservação cultural é um *trabalho* (por exemplo, o de repertoriar e de fazer a *revisão de corpus de monumentos*)¹³, e de que seu estatuto e sua ambição dependem concretamente da posição ocupada, em cada período, pelas pessoas que dele se ocupam no âmago da comunidade intelectual. O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Ele *representa* um passado na medida em que desempenha a função de *alegoria* – essencial para os processos de objetivação cultural, no qual os indivíduos se reconhecem enquanto membros de comunidades identitárias, tais como as nações.¹⁴

Nesse sentido, a política editorial do SPHAN foi um local privilegiado de veiculação de representações do passado, explicitando escolhas feitas por intelectuais e profissionais e as diferentes práticas características das instituições que participaram da dinâmica de institucionalização da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Através das páginas da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN* é possível analisar as principais questões que mobilizavam os técnicos e colaboradores do

¹³ POULOT, Dominique. *Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: Do monumento aos valores*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. P. 24.

¹⁴ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3. Ed.. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. P. 98-106; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. 2.Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2002. P. 31-35.

órgão, as intrigas entre representantes de diferentes correntes intelectuais, a afirmação do culto da nacionalidade, a tentativa de se atribuir a diferença entre os valores históricos e artísticos contidos nos monumentos, denúncias de descaso e propostas de proteção de jazidas arqueológicas e monumentos naturais. Diferentes maneiras de afirmar diferentes tradições.

Se as noções de *patrimônio*¹⁵ e de *monumento*¹⁶ difundidas pela vertente consolidada pelo SPHAN incluíam em suas hierarquias de valores ideias como as de antiguidade, originalidade, adquirindo um uso “documental”¹⁷, operava-se também uma recontextualização, uma mudança no modo como o patrimônio seria transmitido às gerações em forma de conhecimento “científico”, mas também através da elaboração de imagens, *representações* sobre os monumentos. Os monumentos, portanto, seriam construções elaboradas não só através da concretude de igrejas, casarões e cidades históricas, restauradas e conservadas, mas também de sua transformação em palavra escrita, em um exercício da capacidade de dirigir as consciências e os modos de apropriação do povo graças a uma pedagogia política e cultural.¹⁸

¹⁵ “o conjunto de bens móveis e imóveis passíveis de proteção pelo instrumento legal do *tombamento* e pela inscrição em um dos livros de tombos criados”, segundo o Decreto-Lei 25/1937.

¹⁶ “bem material, móvel, arquitetônico ou artístico, portador de traços do passado, merecendo ser protegido por ser representativo de uma época, acontecimento, personagem ou estilo artístico nacional.” Tal definição, retirada do anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do SPHAN, foi aprimorada em alguns estudos publicados, como veremos no terceiro capítulo.

¹⁷ Segundo Mário de Andrade, em seu anteprojeto para a criação do SPHAN, “há certas obras de arte arquitetônica, escultórica, pictórica, que, sob o ponto de vista de arte pura não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam o autor delas. Mas, ou porque fossem criadas para um determinado fim que se tornou histórico [...] ou porque se passaram nelas fatos significativos da nossa história [...], ou ainda porque viveram nelas figuras ilustres da nacionalidade [...] devem ser conservados tais como estão, ou recompostos na sua imagem “histórica”.” A linha seguida pelo corpo técnico do SPHAN e explicitada nos artigos por eles publicados na política editorial do órgão adotará esta definição de monumento para delimitar o conjunto de bens sobre os quais os primeiros estudos do SPHAN se concentrariam. Esta definição foi aprimorada por diversos autores na *Revista do SPHAN*, como será mostrado no terceiro capítulo.

¹⁸ POULOT, Dominique. *Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: Do monumento aos valores*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. P. 41-42.

Mitos, ideologias e tradições fazem parte das culturas políticas de uma sociedade, mas devem ser pensados como construções intelectuais possuidoras de dinâmicas diferenciadas, tendo graus de consolidação e compartilhamento diversos. As culturas políticas têm formas pelas quais se manifestam e se evidenciam mais frequentemente: um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum, por exemplo. Estudar uma determinada cultura política, trabalhar com sua formação e divulgação - quando, quem, através de que instrumentos - é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais.¹⁹ No Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, as iniciativas editoriais tiveram, segundo Eliana Dutra, grande importância para a *afirmação de uma cultura política da nacionalidade*, na medida em que contribuíram para a modificação dos padrões editoriais, mantiveram pontos de contato com a consolidação de uma política “científica” e com a afirmação e divulgação da identidade nacional. Segundo Dutra, “o reconhecimento de uma imagem do Brasil e sua apropriação no espaço público permite a articulação da dimensão coletiva do seu significado com a lógica política da sua exposição [...]”²⁰

Disso decorre, ainda segundo Dutra, que “*analisar os percursos da difusão de livros é analisar os percursos da mediação cultural e intelectual e sua condição de discurso político.*” Nos anos 30 e 40, como visto, de intensas transformações no panorama editorial e político, as iniciativas editoriais buscaram transmitir determinada pedagogia da nacionalidade, tratando os impressos como *mediadores de cultura*,

¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In.: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Fátima S. (ORG.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005, p. 31-33.

²⁰ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Editores e intelectuais e a Coleção Brasileira. Fronteiras da cultura no Brasil dos anos 1930*. In.: ALMEIDA, Sandra Regina Goulart [et al] (org). *Mobilidades Culturais: agentes e processos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p. 130.

identidade e saberes.” O papel do editor enquanto figura chave nesse processo de mediação também é destacado pela autora, que retoma as afirmações de Christophe Charle, que considera o editor um “*homem duplo, figura intermediária que se movimenta entre os produtores de cultura e o público, que difunde a novidade cultural.*”²¹

Expostos os principais referenciais que nortearão este trabalho, resta aqui apresentar a divisão do texto, a proposta dos capítulos, e também detalhar as fontes e acervos consultados. Para uma melhor organização das ideias, o trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo procuraremos identificar qual é o *lugar* da política editorial do SPHAN dentro do panorama de consolidação das práticas de preservação cultural no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Para isso será necessário mostrar como ela se enquadrou em um esforço não só de Estado, mas primordialmente em um esforço intelectual de produção de condições de veiculação e divulgação de discursos sobre a nação, envolvendo processos de autoridade e legitimação. A partir da identificação das principais instituições envolvidas com a elaboração de visões sobre o passado brasileiro será possível compreender porque o SPHAN não se consolidaria “sozinho” no âmbito das “políticas da memória”. Ao mesmo tempo, ao fazer parte do esforço do Estado Novo de afirmação de uma nova cultura política, a política editorial do SPHAN adquiriu características influenciadas pelo objeto de sua análise – os monumentos – e pelos avanços editoriais observados no período.

²¹ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Mediação intelectual e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da Coleção Brasileira e da Cia. Editora Nacional*. In.: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p. 149-151

No segundo capítulo analisaremos como a política editorial do SPHAN foi capaz de integrar redes de instituições e intelectuais portadoras das diferentes práticas e dotadas de legitimidade na esfera pública, contribuindo decisivamente para a legitimação pública do próprio SPHAN a partir da consolidação de uma imagem positiva de suas atividades. Serão levados em conta os critérios através dos quais os autores eram selecionados, a relação entre os autores e o editor-chefe e diretor da instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e a preocupação com as características das edições, sua distribuição entre os estabelecimentos de ensino, bibliotecas, arquivos e intelectuais. Veremos como os exemplares consultados, pertencentes a uma coleção particular²² percorreram caminhos diversos até serem reunidos. Neste capítulo me utilizarei de correspondências trocadas entre vários intelectuais ligados ao *grupo do SPHAN*, dentre eles Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Lúcio Costa, Luis Saia, Aires da Mata Machado, Deoclécio Redig de Campos e José Mariano Filho. Também serão utilizados bilhetes, às vezes escritos a lápis em folhas de blocos de notas, trocados entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa, chefe da Divisão de Tombamento do SPHAN a partir de 1938. Será interessante observar como Rodrigo M.F. de Andrade procurou mobilizar sua rede de contatos para levar a cabo seu empreendimento, mas não selecionava “qualquer um”, buscava intelectuais de destaque, que pudessem agregar valor às publicações.

Também serão utilizados recortes de jornal reunidos por Carlos Drummond de Andrade, poeta mineiro que também era funcionário do SPHAN, ocupando primeiro o cargo de chefe-de-gabinete de Rodrigo Melo Franco de Andrade e depois o de responsável pelo Arquivo Central do órgão. Eles foram publicados em vários veículos jornalísticos brasileiros, em diversos estados, com o objetivo de informar sobre as

²² Os exemplares consultados para a elaboração deste trabalho pertenceram a meu avô Vittorio Lanari, clínico geral carioca residente em Belo Horizonte desde o início da década de 1950.

atividades do novo serviço e afirmar a importância de suas atividades e dos intelectuais que colaboravam com elas. Por intermédio desses recortes, pode-se perceber como Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu o papel de embaixador da “causa” do patrimônio, utilizando-se dos estudos publicados como argumento para reivindicar um caráter “científico”, “acadêmico” ao trabalho de identificação e proteção dos monumentos.

No terceiro capítulo nos concentraremos nos exemplares da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN*, procurando contribuir para o debate já existente sobre os livros e artigos editados. Inicialmente analisaremos os artigos que contribuíram para a afirmação da chamada vertente da “pedra e cal”, fundando um campo de estudos na área da história da arte e da arquitetura. Manteremos um diálogo com a bibliografia que, como vimos, examinou este tema exaustivamente nos últimos vinte anos. Em seguida ampliaremos a análise existente sobre a política editorial do SPHAN e, partindo do argumento de que os estudos publicados pelo SPHAN tiveram evidente caráter historiográfico, veremos como diferentes maneiras de “escrever a história” coexistiram nas páginas da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN*. As diferenças serão analisadas como indícios de diferentes práticas, instituições e intelectuais mobilizados por Rodrigo Melo Franco de Andrade na implantação do novo órgão de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Por último, procuraremos identificar o papel que os estudos antropológicos, etnológicos e etnográficos tiveram como veiculadores de um patrimônio “indígena” pouco valorizado pelo grupo central do SPHAN. A baixa representatividade desses estudos no total de textos analisados não minimizaria o papel que eles tiveram de instrumento de afirmação de valores que não se enquadravam nas categorias mais valorizadas pelo órgão. Após a análise de tais artigos perceberemos como eles são significativos, dissipando assim a visão de que eles teriam sido uma

forma de “compensação” pela negligência do SPHAN ao patrimônio indígena²³, mostrando como eles evidenciam práticas diversas daquelas que se consagraram no trabalho de preservação cultural, com destaque para a atuação de uma instituição, o Museu Nacional. Este seria, em minha opinião, um entre vários casos de tentativas de afirmação de órgãos e intelectuais que desenvolviam atividades relacionadas ao registro e proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Este trabalho tem como fontes de pesquisa, além dos seis primeiros volumes da *Revista do SPHAN* e de treze monografias da série das *Publicações do SPHAN* lançados entre 1938 e 1946, vasta correspondência e material jornalístico. Tais documentos foram pesquisados em fundos de três instituições: no Arquivo Central do IPHAN, também denominado Arquivo Noronha Santos, consultei as séries Personalidades (subséries Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gilberto Freyre, Luis Saia, Luis Jardim, José Mariano Filho, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Deoclécio Redig de Campos, Mário de Andrade e Aires da Mata Machado) e Técnico-Administrativo, às quais recorrem constantemente os pesquisadores interessados nas atividades do SPHAN; nos Arquivos Literários da Fundação Casa de Rui Barbosa, consultei o fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade (pastas Artigos, Discursos e Conferências, Editoriais, Diversos, Entrevistas, Manuscritos de Rodrigo, PHAN-nos estados, PHAN-Diversos, além da pasta Correspondência Pessoal – subpastas Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Manuel Bandeira, Gastão Cruis, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Luis Jardim, José Mariano Filho, Prudente de Moraes Neto e Luis Saia), segundo meu conhecimento ainda não explorado nos estudos sobre o SPHAN nas décadas de 1930 e 1940, e que contém rico e variado material reunido por Carlos Drummond de Andrade; No Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio

²³ Este ponto de vista foi expresso por Antônio Gilberto Ramos Nogueira em sua dissertação de mestrado mencionada acima.

Vargas - CPDOC/FGV - consultei o fundo Gustavo Capanema em busca de documentos de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Ministro da Educação e Saúde. Também utilizei as correspondências já publicadas em dois trabalhos do próprio SPHAN: “Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade” e “Rodrigo e o SPHAN”.

CAPÍTULO 1: SITUANDO A POLÍTICA EDITORIAL DO SPHAN

A política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve início em 1937, mesmo ano da criação do órgão, e procurou demarcar um espaço de excelência na produção sobre a história, a arte e a arquitetura brasileiras. São consideradas as primeiras publicações a tratarem dos monumentos históricos e artísticos no país, sendo ainda hoje referências para muitos estudos em diversas áreas do conhecimento ligadas à prática de preservação cultural. A elas foi reservado um papel de destaque no panorama intelectual das décadas de 1930 e 1940 por diversos estudiosos brasileiros, como Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre.²⁴

A política editorial do SPHAN foi dirigida entre 1937 e 1969 pelo chefe da instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade²⁵, e era composta por dois tipos de publicações: a *Revista do SPHAN*, periódico anual contendo artigos, resenhas, resumos bibliográficos e reproduções ou transcrições de documentos, incluindo reproduções fotográficas, e as *Publicações do SPHAN*, edições com número maior de páginas, contendo estudos mais aprofundados sobre monumentos ou assuntos ligados a eles.

Eram dois tipos diferentes de objetos editoriais. A *Revista do SPHAN*, considerada por Lúcio Costa “a menina dos olhos de Rodrigo”²⁶, inspirava-se no modelo das revistas científicas editadas no Brasil desde o século XIX, como veremos a frente, e tinha o objetivo de veicular de artigos que tratassem dos monumentos,

²⁴ COSTA, Lucio et. al. *A lição de Rodrigo*. Recife: DPHAN, 1969. 177p.

²⁵ Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em Minas Gerais em 1898. Advogado, jornalista e escritor, formou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Foi redator-chefe (1924) e diretor (1926) da *Revista do Brasil*. Chefe de gabinete do ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, foi o principal responsável pela indicação de Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em dezembro de 1930. Chefiou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), desde a fundação do órgão, em 1937, até 1968. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

²⁶ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Fundando a Nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. In.: *Topoi*, v.4, n.7, jul-dez/2003, P.322.

apresentando-os e justificando a importância dos mesmos para o patrimônio nacional. Contava também com artigos teóricos, que tinham o objetivo de fornecer tipologias que auxiliassem a identificação e catalogação dos monumentos. A *Revista do SPHAN* contava com detalhes gráficos especiais, como fotografias impressas em papel especial, aquarelas, ilustrações e plantas, e seu conteúdo permite afirmar que através dela se pretendia formar e informar um público constituído por eruditos, historiadores, historiadores da arte, arquitetos, artistas plásticos, conservadores, antiquários e também profissionais liberais que, mesmo não participando ativamente do circuito das trocas intelectuais e profissionais que envolviam a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, tinham interesse em adquirir informações sobre a cultura e a arte nacionais.

Interessante observar que a periodicidade de publicação da *Revista do SPHAN* inicialmente planejada não foi respeitada. As datas impressas nas capas dos exemplares consultados para este estudo informam que se tratava de uma publicação anual, com os números 1 a 9 dentro do recorte temporal aqui adotado. Em correspondências, Rodrigo Melo Franco de Andrade manifestava a vontade de editar publicações semestrais com estudos sobre a história e a arte nacional, plano este que não foi seguido desde o início. No entanto, segundo informações obtidas por Márcia Regina Romeiro Chuva em consulta a exemplares provenientes de outros acervos, os volumes da *Revista do SPHAN* foram colocados em circulação em datas muito diversas, tendo sido o primeiro lançado em 1938, os volumes 2 a 5 entre 1939 e 1945, o número 6 em 1946, o número 7 em 1947, o número 8 em 1947 e o número 9 em 1952.²⁷ Tal espaçamento entre o lançamento das edições, como veremos no segundo capítulo, foi causada por vários fatores relativos ao processo de composição editorial do periódico, e foi motivo de queixas por parte de Rodrigo Melo Franco de Andrade, para quem tal atraso se

²⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 276-277, nota nº24.

configurava um fator de descrédito nas atividades do órgão. Tal periodicidade “forjada” tinha como objetivo passar a imagem de instituição atuante e cumpridora dos objetivos planejados, reforçando o caráter “acadêmico” do grupo de intelectuais que Rodrigo Melo Franco de Andrade mobilizou.

A *Revista do SPHAN* não possuía uma divisão específica em seções. O primeiro volume, publicado em 1938, foi dividido em quatro seções. A primeira continha artigos programáticos, sobre diferentes aspectos do patrimônio nacional. A segunda, “Mobiliário Nacional (Documentação fotográfica), consistia em artigos sobre artes, móveis e artefatos indígenas. A terceira, “Alguns monumentos de arquitetura religiosa no Brasil”, tratava apenas de igrejas e conventos, enquanto a última seção, “Notas”, trazia notas sobre documentos e museus brasileiros. Tal divisão, no entanto, não foi seguida a partir do segundo volume, e a *Revista* passou a não contar com seções delimitadas.

Já as *Publicações do SPHAN* eram monografias com grande número de páginas, estudos elaborados sobre um único monumento ou questões específicas vinculadas à cultura nacional, visando à afirmação das categorias estabelecidas pela prática adotada pelo SPHAN e o aprofundamento das pesquisas sobre temas centrais na narrativa elaborada pelo órgão, tais como o barroco mineiro e o ciclo jesuítico no Brasil. Eram, na maioria dos casos, precedidas por prefácios escritos por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que contribuía para ressaltar a relevância alegada dos estudos publicados, o grau de distinção dos autores, vinculando-os às atividades do SPHAN. Tais prefácios participavam das discussões públicas a respeito da cultura, do passado e do patrimônio nacionais, sendo importantes fontes de informação sobre a inserção da política editorial do SPHAN nos debates sobre o modo de proteção dos monumentos e a organização do serviço responsável por tal tarefa. Representam a posição do SPHAN, por intermédio de

seu diretor e principal articulador, sobre a valorização de atividades pautadas por uma postura “científica”, identificada com as atividades empreendidas pela instituição.

As *Publicações do SPHAN* não possuíam periodicidade preestabelecida, tendo sido lançadas durante o processo de integração das redes de instituições e profissionais relacionados com a prática preservacionista às atividades do SPHAN. No período aqui abarcado foram publicados treze volumes, que continham vastas referências bibliográficas, transcrições de documentos e fotografias de construções e acervos documentais completos.

A *Revista* e as *Publicações do SPHAN* foram espaços de veiculação de estudos de diversos intelectuais brasileiros que despontavam nos anos 30 e 40 nos debates sobre a identidade nacional. Enquanto a *Revista* permitia uma gama mais vasta de autores, versando sobre um amplo universo de monumentos e categorias, as *Publicações do SPHAN* tiveram o foco centrado nos monumentos de arte e arquitetura religiosa do período colonial. Ambas tinham, por sua vez, como já ressaltado, um perfil acadêmico e um público específico – a comunidade intelectual que se preocupava com o estudo da história nacional, e também aqueles que, mesmo alheios a tal circuito, se interessavam pelo assunto. Seu alcance dentre esse círculo foi significativo, e seu sucesso pode ser atestado pelo fato de que ambas foram editadas até 1969, com algumas interrupções, e a *Revista do Patrimônio* do atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – é publicada até os dias atuais.

A criação da *Revista* e das *Publicações do SPHAN* visou instituir um lugar dotado de legitimidade para centralizar as discussões sobre o patrimônio. Obviamente, essa centralização da veiculação dos discursos sobre o patrimônio coincidiria com a afirmação do próprio SPHAN como órgão principal e autoridade máxima nas questões envolvendo a preservação cultural, bem como a do Estado como responsável por tal

tarefa.

A centralidade da política editorial dentro das atividades do SPHAN pode ser comprovada através do confronto entre o plano de publicidade estabelecido por Mário de Andrade em seu anteprojeto para a criação do serviço e o que foi de fato realizado. Se de acordo com o anteprojeto as publicações só teriam início no sexto ano de funcionamento da instituição²⁸, após sua devida instalação e fixação como serviço público, na prática Rodrigo Melo Franco de Andrade não esperou tanto. Antes mesmo da regulamentação do órgão ele já articulava a publicação dos primeiros volumes da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN*, o que será verificado no próximo capítulo. Nela publicariam os técnicos do SPHAN e também diversos intelectuais participantes das redes de trocas intelectuais durante as primeiras décadas do século XX.

A política editorial do SPHAN procurou, nos dizeres Chuva, realizar a “escrita do patrimônio”, utilizando-se dos monumentos como documentos para a elaboração de uma “biografia na nação”²⁹. Era, portanto, um esforço distinto, mas articulado com as

²⁸ No anteprojeto para a instalação do SPHAN Mário de Andrade detalha as atividades da seção de “publicidade”, que consistiria “na publicação dos quatro livros de tombo, assim que estes estiverem em dia, e na publicação anual de seus suplementos, [que] além de indispensáveis aos estudiosos, têm valor moral de incitamento à cultura e à aquisição de obras; na publicação da *Revista do SPAN*, [...] indispensável como meio permanente de propaganda, e força cultural. Nela serão gradativamente reproduzidas também as obras de arte pertencentes ao patrimônio artístico nacional. Nela serão publicados os estudos técnicos, as críticas especializadas, as pesquisas estéticas, e todo o material folclórico do país; na publicação de livros, de monografias com estudos biográficos, críticos, técnicos, descritivos, comparativos, dos autores, coleções e obras individualmente tombadas; catálogos dos quatro museus federais e outros regionais pertencentes aos poderes públicos; cartazes e folhetos de propaganda turística.” Ver: ANDRADE, Mário Raul de. *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*. São Paulo, 1936. In.: *Revista do Patrimônio*, n. 30, 2002, p. 284.

²⁹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogenese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009. p 30-31.

demais atividades do SPHAN³⁰ com o objetivo de sedimentar não só um sentimento de pertencimento a determinada “memória nacional” identificada por seu corpo técnico, mas também para sedimentar uma “cultura do patrimônio” da qual ele próprio seria o centro articulador.

A composição dos intelectuais que publicaram na política editorial do SPHAN era bem mais diversa do que a observada entre o corpo técnico³¹ e o Conselho Consultivo³² da instituição, que por sua vez contribuía volumosamente com artigos resultantes das viagens técnicas feitas para a realização dos tombamentos. Os arquitetos,

³⁰ A autora ainda afirma que *o espaço editorial do SPHAN (...) era, sem dúvida, um locus de ação bastante distinto, inclusive no que se refere à variedade de autores e de temáticas abordadas*, dos outros dois existentes – o seu corpo técnico e o Conselho Consultivo. Essas duas instâncias, ligadas primordialmente à discussão, à justificação e à aplicação do instrumento do *tombamento*, eram, ainda segundo Chuva, locais nos quais se lutava para centralizar e manter o monopólio sobre o exercício do poder de definição dos bens da cultura material que deveriam significar e, em última instância, materializar a “história nacional”. Ver: CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Op. Cit, p. 89-95.

³¹ Ao corpo técnico do SPHAN cabia a incumbência de realizar os estudos e pareceres que embasariam os tombamentos, laudos, levantamentos fotográficos e relatórios técnicos. A formação de um conjunto de procedimentos relativos à proteção material dos monumentos eleitos esteve no centro das preocupações dos profissionais envolvidos. Eles eram, em grande maioria, arquitetos e engenheiros, visto que a grande tarefa adotada era a de tomar monumentos, principalmente as edificações – igrejas, fortes, prédios administrativos. O SPHAN, por meio de suas viagens e intervenções de restauro, foi responsável pela consolidação do profissional arquiteto no mercado de trabalho, contribuindo para delimitar as fronteiras entre este e os engenheiros. Os arquitetos identificados com a vertente da “arquitetura moderna” ocuparam vários postos dentro do SPHAN, tendo este se constituído em um espaço de afirmação da profissão, que ainda não contava com cursos superiores específicos no Brasil. A Seção Técnica com sede no Rio de Janeiro, e que coordenava as atividades das Regionais, era composta unicamente por arquitetos “modernos” (José de Souza Reis, Renato Soeiro, Alcides da Rocha Miranda, Paulo Thedim Barreto, Edgar Jacinto e Lúcio Costa). Sobre o assunto ver: CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; _____ . *Arquitetos, arquitetura e patrimônio*. In.: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

³² O Conselho Consultivo era um órgão colegiado, formado pelo diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, e diversos intelectuais já possuidores de legitimidade, como autoridades nos assuntos ligados ao passado. A composição do Conselho Consultivo era mais diversa que a do corpo técnico do SPHAN. Incluía membros dos museus federais e outros dez membros nomeados pelo presidente da República. Havia também os que faziam parte do Conselho Consultivo mesmo sem ocupar cargos que os qualificassem como membros. Tinham papel importante na legitimação da tutela estatal do patrimônio devido às posições que ocupavam nos meios intelectuais e políticos. A diversidade das formações dos membros desse conselho, que contrastava com a supremacia dos arquitetos no corpo técnico do órgão, não esconde o fato de que dentre as instâncias legitimadoras essa foi a mais “conservadora” no sentido de se discutir juridicamente o estatuto do tombamento e as noções de “valor nacional”, afirmando a eficiência do Decreto-Lei nº 25. Ao conselho cabia acompanhar e analisar os processos de tombamento, que seriam distribuídos pelo seu presidente aos membros de acordo com as especialidades dos mesmos. As reuniões deveriam ser mensais, mediante convocação do presidente ou requerimento assinado por dois ou mais conselheiros. As reuniões, no entanto, concentraram-se nos dois primeiros anos de funcionamento do órgão, totalizando apenas 13 encontros entre 1938 e 1946. A esse respeito ver: CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogenese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009, p. 198.

que ocupariam a maioria dos cargos do corpo técnico, são minoria entre os autores dos artigos e monografias publicados, que apresentaram grande concentração de estudos realizados por historiadores, mas também de estudos de etnologia, antropologia, museologia e de ensaios teóricos. É importante observar que nas décadas de 1930 e 1940, de estabelecimento de um mercado intelectual com grande benefício dos cargos públicos, os cursos superiores nas áreas elencadas acima ainda não existiam ou estavam em processo de implantação. Portanto, eram intelectuais que eram reconhecidos em suas especialidades devido à prática específica dos diversos domínios do saber que se relacionavam com o trabalho de preservação do patrimônio histórico e artístico.

Neste contexto de disputas por afirmação de profissões especializadas, de atuação de instituições já reconhecidas na escrita de uma história nacional, de cursos superiores ainda escassos, de debate intelectual amplificado pela atividade estatal de criação de uma política cultural articulada, qual seria, então, o “lugar” da política editorial do SPHAN na consolidação de suas atividades?

1.1. A POLÍTICA EDITORIAL DO SPHAN: UM “LUGAR”

A partir de meados do século XIX uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de parede, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) se alastra pelas nações europeias. Ao mesmo tempo, o movimento científico, destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos da lembrança, acelera-se. Dá-se também a criação de arquivos nacionais e depósitos centrais destes arquivos, bem como a fundação de escolas para formar especialistas no estudo desses fundos, como a École des Chartes (1821). No caso dos museus, depois de tímidas tentativas de abertura ao público no século XVIII e a instalação de grandes coleções em edifícios especiais, começou finalmente, por volta de

1820, a era dos museus públicos e nacionais.³³

Segundo o historiador Pierre Nora, os monumentos tiveram grande importância na configuração da memória nacional a partir do século XIX, primeiramente na Europa e depois em vários países ao redor do mundo, incluindo o Brasil, uma vez que traduziam a vontade explícita de determinados segmentos políticos de defender, da passagem do tempo e das vicissitudes da história, fragmentos do passado reconstituídos através de abordagens e análises. Para esse autor, tratava-se de uma mudança significativa, uma vez que a memória, durante muito tempo ligada à vivência e à experiência social dos diversos grupos, passaria a ser atributo de alguns, aqueles com maior grau de organização para manter ativo o trabalho de preservação do passado. A vivência cotidiana da memória teria sido substituída por “lugares da memória”. Os “lugares da memória” seriam, no entender do autor, aqueles que associariam a um lugar uma ideia, transformando-o em símbolo. Possuiriam geometria variável, não se restringindo aos lugares “físicos”, como os monumentos, designando ora objetos, ora um método, ora a memória, ora o trabalho do historiador³⁴. Seriam “lugares topográficos”, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais, como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos, como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações. Esses “lugares” estariam somados aos lugares ocupados por seus criadores e pelos denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos e comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da

³³ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/ UNESP, 2006, p. 78.

³⁴ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, dez. 1993. p. 19.

memória.³⁵

A construção da nação através da materialização no espaço de uma “história nacional” teria participado do processo de formação do Estado ao escrever uma “biografia da nação” que lhe proporcionasse uma dimensão histórica. Tratava-se da composição de uma vasta coleção de fragmentos, retirados dos seus contextos originais, no passado ou no presente, e reclassificados nas categorias das ideologias culturais que informavam as políticas oficiais de patrimônio³⁶. Tais obras, objetificadas como bens culturais, seriam selecionadas e expostas ao olhar. A busca de uma identidade nacional teria em seus patrimônios históricos uma “prova concreta” de sua existência, e a tarefa de “escrita” desses monumentos, mais do que nunca, estaria inscrita nessa operação. A publicação de vasto material discursivo sobre os monumentos contribuía decisivamente para a formação de imagens sobre os mesmos, possibilitando a difusão das representações entre os visitantes e também entre pessoas que não haviam visitado os locais históricos.

A consolidação desses “lugares da memória” seria, por sua vez, parte integrante de uma “cultura histórica” em ascensão no Ocidente, expressa não só pela afirmação de uma “memória histórica”, mas também por uma série de construções que, partindo não necessariamente de uma análise baseada nessa área do conhecimento, tratasse da história: romances históricos, biografias, memoriais, dentre outras. Esse novo culto é de fato aquele de que a nação se faz ao mesmo tempo sujeito e objeto. É uma homenagem perpétua que ela rende a si própria celebrando o próprio passado em todos os seus aspectos, reconhecendo a contribuição de determinados grupos sociais, territoriais e profissionais que a compõem e exaltando os grandes homens nascidos no seu seio e que

³⁵ LE GOFF, Jacques. *Memória*. In.: *Enciclopédia Einaudi*, vol. I: Memória-História. Lisboa: Ed. Casa da Moeda, 1984, p. 44-45.

³⁶ GONÇALVES, José Reginaldo. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2002. p. 31-32.

deixaram obras duradouras em todos os campos.³⁷

José Murilo de Carvalho utiliza a expressão "batalha de símbolos e alegorias" para focar o processo através do qual foram sendo implantados alguns dos principais símbolos nacionais na fundação da República brasileira. Guardando as devidas diferenças, o estabelecimento de um culto a determinados símbolos nacionais implica sempre uma batalha por adesões. Essa "batalha de símbolos e alegorias" tem como meta a conquista do imaginário social. Como ocorre em qualquer culto religioso, a consolidação de um novo culto depende de aceitação e eficácia. Um símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos e duas idéias, entre objetos e idéias ou entre duas imagens. Embora o estabelecimento dessa relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia política, vai depender da existência daquilo que Bronislaw Baczko³⁸ chamou comunidade de imaginação, ou comunidade de sentido. Inexistindo esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio, ou até no ridículo³⁹.

Uma das hipóteses deste trabalho é a de que a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil das décadas de 1930 e 1940 pode ser incluída como um desses "lugares", instâncias de produção de representações sobre o nacional em um contexto de consolidação de uma "cultura histórica" no Brasil, estabelecendo padrões no trato "científico" com os monumentos.

Na apresentação do primeiro volume da *Revista do SPHAN*, Rodrigo Melo Franco de Andrade aborda as intenções do novo órgão e de seus integrantes com a

³⁷ POMIAN, Kryztoff. *Coleções*. In.: *Enciclopédia Einaudi*, vol. I : Memória-História. Lisboa: Ed. Casa da Moeda, 1984. p. 99.

³⁸ BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: memoires et espoirs collectifs*. Paris: 1984. p.155- 189.

³⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 23-35.

publicação de uma linha editorial:

“A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo aqui visado consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui [sic] e contribuir empenhadamente para o seu estudo.

A esse respeito, há uma tarefa da maior importância a realizar, pois o que se tem feito até agora é escasso e difícil de coligir-se. Ainda recentemente, um escritor inglês pretendia que no Brasil ninguém manifestava o mínimo interesse pelos assuntos relacionados com os seus monumentos artísticos(...).

Sem dúvida, há injustiça e exagero na observação, porque os trabalhos brasileiros sobre as questões a que se dedica o especialista britânico são bem mais consideráveis e valiosos do que ele assevera com ligeireza, sem se ter dado ao incômodo de procurá-los. De facto [sic] existem estudos de grande interesse sobre vários aspectos do patrimônio artístico nacional. O que sucede é que eles se acham dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência.

Mas, se é inexato e leviano dizer-se, como o citado escritor inglês, que, em relação ao Brasil, sob aquele ponto de vista, “a most irritating state of ignorance exists on the part of the Brazilians” ninguém contestará, no entanto, que há necessidade de uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e de história de nosso país.(...)”⁴⁰

O primeiro volume da *Revista* foi organizado durante o ano de 1937, antes mesmo do SPHAN ter sido criado. O serviço funcionara desde 1936 provisoriamente, em caráter de experiência, e os primeiros meses foram de articulações para a implantação do órgão. Os autores dos artigos desse primeiro volume são, em sua grande maioria, aqueles mais próximos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ou os indicados por intelectuais já consagrados, como Gilberto Freyre e Mário de Andrade, conforme será analisado no segundo capítulo. O primeiro volume das *Publicações do SPHAN* foi conferido a Gilberto Freyre, que publicou seu estudo “Mocambos do Nordeste”. Rodrigo Melo Franco de Andrade escreveu longa introdução para o volume, no qual ressalta a importância do intelectual pernambucano para os assuntos relacionados à proteção do patrimônio nacional:

“Empreendendo [sic], pois, um ensaio especial sobre os mucambos do Nordeste, o Sr. Gilberto Freyre tratou assumpto [sic] que lhe é, de há muito,

⁴⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Programa*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938). p. 3.

familiar. No entanto, como trabalhou desta feita tendo em vista a finalidade do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao qual se destinava o seu estudo, ele se ocupou daquelas edificações nordestinas não apenas considerando o interesse que apresentam do ponto de vista sociológico, mas também a sua importância e suas peculiaridades como tipo de arquitetura popular. E realizou a tarefa não só com sua admirável inteligência [sic] e profusão de conhecimentos gerais [sic] e especializados que possui [sic], mas também com aqueles atributos [sic] que conferem a tudo o que ele escreve um vigor e uma qualidade literária excepcionais [sic].⁴¹

Rodrigo, em seu prefácio ao volume inaugural da série de monografias, além de ressaltar que a escolha de Gilberto Freyre se justificava pela profusão de seus estudos e pela relevância que eles adquiriram, principalmente a partir da publicação de *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados & Mocambos*, enfatizava a complementariedade entre seus estudos e a finalidade do novo órgão. A necessidade de cruzamento de estudos que permitissem uma identificação mais apurada dos valores históricos e artísticos manifestados pelos monumentos é um dos pontos mais relevantes dessa passagem, que pode ser completada por outra, presente logo adiante no prefácio aqui transcrito:

“À presente publicação deverão seguir-se muitas outras, versando sobre assumptos que constituem objecto deste Serviço. (...) Tendo por objecto questões gerais ou aspectos particulares da formação e do desenvolvimento das artes plásticas no Brasil, assim como estudos de nossa archeologia, de nossa ethnographia, de nossa arte popular, de nossas artes applicadas e dos monumentos vinculados à nossa história, os trabalhos que serão dados à publicidade em seguida ao presente ensaio do professor Gilberto Freyre visarão a informar e a instruir com seriedade os interessados sobre aqueles assumptos. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se empenhará no sentido de impedir que a literatura emphática ou sentimental, peculiar a certo gênero de amadores, se insinue nestas publicações. Por este meio, não interessa divulgar páginas literárias, ainda que brilhantes. O que interessa é divulgar pesquisas seguras, estudos sérios e trabalhos honestos e bem documentados acerca do patrimônio histórico e artístico do Brasil. Estas publicações não têm outra finalidade.”⁴²

Como vimos, a *Revista do SPHAN* não apresentou uma estrutura fixa, não contando com editoriais ou espaço destinado a contribuições e cartas de leitores. As *Publicações do SPHAN*, no entanto, eram precedidas por prefácios elaborados por

⁴¹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Introdução*. In.: FREYRE, Gilberto. *Mocambos do Nordeste: Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil*. Publicações do SPHAN, vol.1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938. p. 10.

⁴²Idem, p. 12-13.

Rodrigo Melo Franco de Andrade. O “Programa” da *Revista* e os prefácios inaugurais da série das *Publicações do SPHAN* são importantes fontes de informações sobre como o diretor do serviço procurou fixar uma imagem da instituição e da prática editorial por ela empreendida. Como salienta Tânia Regina de Luca, prefácios e apresentações são importantes para a análise das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a determinados assuntos, no caso monumentos, em detrimento de outros. Além disso, dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada pelos participantes das iniciativas editoriais, empreendimentos caracteristicamente coletivos.⁴³

Neste primeiro capítulo analisaremos os textos introdutórios transcritos acima para analisar as intenções manifestas do diretor do SPHAN com a edição da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*. No segundo capítulo retornaremos aos prefácios para analisar a inserção da política editorial do órgão nas discussões públicas sobre a história da arte, da arquitetura e do patrimônio nacionais.

No “Programa” da *Revista*, o diretor do SPHAN enfatiza a existência de estudos relacionados aos monumentos e à história nacional, e identifica aonde eles se encontram: nas revistas, nos folhetos, nos jornais, de circulação nem sempre abrangente e tiragens irregulares. Ao mesmo tempo, reconhece que as limitações das atividades do novo órgão não permitiriam a publicação de um volume de estudos, de maneira que aqueles que publicaram seus artigos nesse primeiro volume já vinham trabalhando neles anteriormente. Uma análise mais detalhada dos autores responsáveis pelos artigos da *Revista do SPHAN* revela que, mesmo sendo possível afirmar que eles são, em sua maioria, próximos do centro articulador do SPHAN, os estudos que publicam são fruto de iniciativas relacionadas com outras instituições, às quais eles pertencem e que

⁴³ DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In.: PRINSKY, Carla Bassenazi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, 2.ed, p. 139-141.

conferem legitimidade às suas falas.

Também na introdução ao estudo monográfico de Gilberto Freyre, o diretor do SPHAN procurou identificar a existência de estudos que se alinhavam com a proposta de preservação da história nacional através dos monumentos, além de demarcar fronteiras a respeito daquilo que considerava uma literatura de amadores.

Portanto, para situar a política editorial do SPHAN num conjunto de “políticas da memória” empreendidas no Brasil, será preciso recuar um pouco no tempo e identificar as práticas editoriais pertencentes a “políticas da memória” adotadas em diferentes épocas, com diferentes recursos, ou seja, analisar o lugar de inserção destes objetos editorial específicos, a *Revista* e as *Publicações do SPHAN*, fazendo-os ao mesmo tempo fonte e objeto de pesquisa.⁴⁴ Decerto será necessário definir as diferenças entre essas experiências anteriores e a nova gestão do patrimônio e dos monumentos realizada pelo SPHAN, integrante de um esforço amplo de Estado na área da cultura nas décadas de 1930 e 1940, o primeiro observado no Brasil. Porém, tais diferenças não alteram a principal característica do “lugar” que o SPHAN e sua política editorial procuram ocupar nos meios intelectual e cultural brasileiros, organizando-se a partir de uma rede de agentes e agências de poder, tais como a imprensa, a Igreja, as escolas de belas artes e, posteriormente, também as de arquitetura, os institutos históricos, os institutos de arquitetos, os museus, suas revistas especializadas etc., pertencentes a diferentes campos – político, intelectual, religioso – e introduzindo novos elementos que lhes eram característicos. Esses agentes interagiram e disputaram posições, compondo uma rede de forças sociais dotadas de meios, instrumentos e legitimidade para participar da definição dos termos da proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, ainda que se tratasse de uma permanente luta pela manutenção do monopólio da agência do

⁴⁴ DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In.: PRINSKY, Carla Bassenazi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, 2.ed, p. 141.

Estado, nessa ação de proteção. Se desde a segunda metade do século XIX essa preocupação em escrever a história nacional já existia, somente com o projeto de nacionalização, implementado pelo governo Getúlio Vargas, aglutinaram-se as medidas no sentido da construção efetiva de uma “memória nacional”.⁴⁵

1.2. PRÁTICAS EDITORIAIS E POLÍTICAS DA MEMÓRIA NO BRASIL

Conforme observado, as publicações integrantes da linha editorial do SPHAN possuem características que permitem sua aproximação com as “revistas e publicações científicas”, que proliferaram a partir da segunda metade do século XIX. Jean Charles Geslot e Julien Hage identificam a primeira aparição do termo “*revista*” na França em 1804, com a *Revue Philosophique*, e sua incorporação lexicográfica definitiva em 1835, na sexta edição do *Dictionnaire français de l’Academie*. A definição do termo era bastante fluida e às vezes contraditória. As revistas ora eram confrontadas com os jornais, ora com os *magazines*, levando-se em consideração sua periodicidade, a existência de ilustrações e os formatos adotados. Desta feita, as revistas acabaram sendo inicialmente enquadradas como *um intermediário intelectual, bem como material, entre o jornal e o livro*.⁴⁶ No caso brasileiro, as primeiras revistas foram editadas e impressas no exterior, principalmente na Inglaterra, o que facilitava sua entrada no Brasil e o controle por parte da Coroa. Estiveram ligadas desde cedo à articulação de propostas estéticas, como a *Niterói: Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes*, lançada em Paris em 1836.

⁴⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogenese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009. p. 30-31 e 78.

⁴⁶ GESLOT, Jean-Charles & HAGE, Julien. *Recenser les revues*. In.: LEYMARIE, Michel & MOLLIER, Jean-Yves. *La Belle Époque des revues (1880-1914)* Paris: Editions De L’Imec, 2002. p. 30-31

Segundo Tânia Regina De Luca, o impresso revista merece ser analisado com vagar, uma vez que esse gênero editorial se individualizou em face de outras formas de impressos periódicos, assumindo diversas feições, como as “*revistas ilustradas*”, as “*revistas de variedades*”, os *almanaques* e os *catálogos*. Todos esses tipos de publicação, por sua vez, eram frutos da vida urbana que se desenvolveu, no Brasil - principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais - a partir da chegada da Corte portuguesa em 1808.⁴⁷ Na ocasião, Dom João VI, monarca português, procurando trazer para a nova sede da Corte os costumes europeus, fundou uma série de instituições dedicadas a “civilizar” o novo centro político do Reinado. Dentre essas instituições pode-se destacar a Imprensa Régia, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, a Academia Imperial de Belas Artes e, principalmente, o Museu Real, criado em 1818.⁴⁸

No entanto, para os fins aqui propostos, de verificação da inserção da política editorial do SPHAN em uma tradição de publicação de *revistas*, *boletins*, *anais* e *anuários* científicos por instituições brasileiras que implementaram “políticas de memória”, a primeira publicação merecedora de destaque é a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, publicada a partir de 1839.

O *IHGB*, instituição fundada em 1834, foi a primeira iniciativa de celebração e difusão – entre um círculo restrito, sem sombra de dúvidas – de uma memória nacional, tendo como principais objetivos a “coleta e publicação de

⁴⁷ DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In.: PRINSKY, Carla Bassenazi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, 2.ed, p. 120-123.

⁴⁸ A fundação do Museu Real em 1818 visou propagar o estudo das ciências naturais no Brasil, e seu acervo continha espécies nativas da fauna e da flora, minerais e artefatos indígenas, mobílias, armas, pinturas e artefatos diversos dos imperadores e de famílias abastadas, que procuravam tornar suas riquezas motivo de admiração pública. Tratava-se de um esforço em reunir e classificar um acervo que representasse de maneira mais completa possível a jovem nação. O museu também colecionava objetos considerados fontes de um saber universal, tais como múmias e sarcófagos, espécies de plantas e animais de outros continentes e objetos de antigas civilizações. Após a Independência brasileira, o Museu Real teve seu nome mudado para Museu Nacional, e sua tarefa de reunir um vasto acervo que representasse o Brasil coincidiu também com a de afirmação da monarquia brasileira, recentemente instalada. Ver: SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Políticas da Memória na criação dos museus brasileiros*. In.: *Cadernos de Museologia*, n.19. p.125-127. As atividades do Museu Nacional serão analisadas também nos capítulos 2 e 3.

documentos relevantes da história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica”. Pretendia também ser o articulador de uma rede de instituições regionais, canalizando informações sobre as diferentes regiões do Brasil para a capital do Império.⁴⁹

Marcado por um caráter elitista até um período bem avançado no século XIX, o IHGB foi herdeiro muito próximo de uma tradição iluminista. A leitura da história empreendida pelo IHGB foi marcada pelo duplo projeto de dar conta da gênese de uma nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso. A construção da ideia de nação brasileira assentava-se não em oposição ao antigo colonizador, mas ressaltava seu caráter perpetuador da obra civilizadora iniciada pelos portugueses. A história seria tratada pelo IHGB enquanto um processo linear, marcado pela noção de progresso; seria uma “*mestra da vida*”, fornecendo importantes ensinamentos para o presente e o futuro. A história se transforma, então, em legitimadora das decisões de natureza política.⁵⁰

Os ensinamentos que a história brasileira poderia conter e a celebração dos grandes personagens nacionais foram veiculados na *Revista do IHGB*, periódico trimestral publicado ininterruptamente desde 1839 e que seria considerado pelos seus contemporâneos como o mais rico compêndio reunindo documentos e obras sobre história do Brasil.⁵¹

A história do Brasil veiculada pela *Revista do IHGB* teve como principais expoentes Francisco Adolfo Varnhagen e Von Martius, e pode ser considerada como

⁴⁹CEZAR, Temístocles. *Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In.: *Revista Diálogos*, vol. 8, n.1, 2004. p. 14-15.

⁵⁰ Idem. p. 13-14.

⁵¹GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico e os temas de sua historiografia (1839-1857): fazendo a história nacional*. In: WEHLING, A. (org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e estrutura de poder no Segundo Reinado*. RJ: IHGB, 1989, p.102.

uma espécie de história monumental, que explicitava a linha evolutiva da história brasileira e pressupondo o momento que definiam como coroamento desse processo. A ação do IHGB nesse sentido se calcou na busca sistemática por fontes primárias – bem na concepção oitocentista, que valorizava as fontes no conhecimento da história – e no empreendimento de viagens e expedições científicas, custeadas na sua maior parte pelo imperador, que contribuía, assim, para forjar sua imagem de “*amigo das letras*”. Essas expedições e os resultados delas, quando publicados, tiveram papel destacado na fixação de uma imagem homogênea da nação brasileira dentre a elite imperial.⁵² Von Martius, em artigo publicado na *Revista do IHGB*, afirma que uma História do Brasil deveria descrever “*como, no desenvolvimento sucessivo do Brasil, se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra de uma maneira desconhecida na história antiga*”⁵³.

⁵²Essa imagem pode ser resumida em três pontos. O primeiro enfatiza a obra de civilização dos colonizadores portugueses, inserindo o movimento de gênese da nova nação no concerto das nações ocidentais. Para isso concorriam as muitas biografias elaboradas pelo órgão, que deveriam servir de exemplo para a geração atual e para as gerações vindouras, constituindo um panteão de heróis nacionais. Em segundo lugar, os estudos etnológicos sobre os índios, que fizeram parte expressiva das discussões empreendidas pelo IHGB, se centraram na análise das línguas indígenas, na ação civilizadora jesuítica (como uma espécie de “ensinamento” às gerações contemporâneas) e na reabilitação do indígena enquanto força de trabalho. Os índios seriam de extrema importância para o fornecimento de mitos de origem da nacionalidade⁵², ao mesmo tempo em que seriam vistos como substitutos eficazes da mão de obra escrava. Por fim, o negro é visto como elemento problemático na formação da cultura nacional, fator que impedia o progresso da civilização brasileira, devendo, por isso, ser paulatinamente eliminado da sociedade brasileira. Ver: DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e memória na Revista do IHGB: a defesa dos jesuítas a partir dos artigos “Notas para a história pátria” de Cândido Mendes publicados em 1877 e 1879*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-Rom; FERREIRA, Lúcio M. *Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)*. In.: *Revista de História Regional*, vol.4, n.1, 1999; GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico e os temas de sua historiografia (1839-1857): fazendo a história nacional*. In: WEHLING, A. (org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e estrutura de poder no Segundo Reinado*. RJ: IHGB, 1989.

⁵³MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. In.: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. N. 1, 1988. p. 17.

Foi ainda nas páginas de sua *Revista* que o IHGB protagonizou as primeiras manifestações ligadas aos monumentos históricos, levadas a cabo por Araújo Porto Alegre em 1841. Elas visavam à proteção das igrejas, que constituiriam o patrimônio religioso brasileiro, e dos fortes, que haviam consolidado a unidade nacional. Alertava que o esforço do instituto não seria completo se os exemplares antigos existentes não fossem preservados.

A difusão da *Revista do IHGB* foi acompanhada, no, século XIX, por uma ação editorial que, se por um lado ainda se encontrava em fase inicial de desenvolvimento, por outro forneceu meios eficazes para a consolidação de uma imagem homogênea de nação brasileira entre a elite letrada. Certamente uma imagem com fortes marcas do “olhar do outro”, do estrangeiro que aporta em terras brasileiras junto de expedições científicas trazidas pelo imperador. A ampla divulgação dos relatos de cientistas e artistas como Joseph Rugendas e Jean-Baptiste Debret, através de múltiplos meios, como cartões postais, litogravuras, almanaques, quadros e ilustrações veiculados na imprensa, contribuíram para formar um conjunto de interpretações compartilhadas pelo público letrado brasileiro⁵⁴. O novo país seria marcado pela exuberância de sua natureza, pela obra de civilização ainda em curso, levada a cabo por um Estado Imperial paternalista.

O Museu Nacional e o IHGB permaneceram como as duas grandes instituições imperiais responsáveis por reunir os fragmentos da história do Brasil para afirmar a existência de uma nação brasileira. As duas instituições se consolidaram durante grande parte do século XIX como as detentoras da fala oficial sobre a identidade nacional brasileira. A *Revista do IHGB* e os *Archivos do Museu Nacional* – que começaram a ser

⁵⁴ Interessantes artigos sobre esse tema podem ser encontrados nas seções III e X do livro *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*, organizado por Eliana Regina de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier.

publicados em 1876) tornaram-se importantes veículos difusores das análises dos membros das duas instituições. Somente a partir da década de 1860 outras instituições começaram a surgir, e trataram-se de iniciativas regionais. A grande maioria foi criada já no período republicano, e essa mudança política contribuiu para uma mudança na dinâmica de forças entre as instâncias de estudo da história brasileira. As academias antigas, patrocinadas pelo imperador, passaram por vários problemas administrativos e financeiros após a Proclamação da República e o exílio da família imperial.⁵⁵

O modelo do IHGB foi difundido, dando origem a diversos institutos históricos e geográficos estaduais no final do século XIX e início do XX. Destacam-se, nesse sentido, os institutos de Pernambuco (1862), São Paulo (1894), Bahia (1894) e Minas Gerais (1907). Seguindo o modelo geral de seu congênere nacional, os institutos estaduais procuraram, no entanto, escrever uma história nacional com o foco centrado na contribuição de cada estado para a formação da nacionalidade⁵⁶. Assim, o IHGSP escreve uma “história nacional paulista”⁵⁷, baseada na afirmação da epopeia bandeirante. O IHGMG, por sua vez, empreendeu a busca por documentos referentes à Inconfidência Mineira, celebrou o bicentenário de Mariana, organizou seminários sobre o ciclo do ouro. Os institutos da Bahia e de Pernambuco se esforçaram para resgatar a cultura da cana-de-açúcar e a resistência contra os holandeses (no caso pernambucano) e contra Portugal em 1823-4 (no caso baiano).

A criação desses institutos fez-se acompanhar da criação dos arquivos públicos, onde os documentos reunidos seriam classificados e expostos ao público. Os arquivos públicos dos estados de Minas Gerais (APM) e São Paulo (APSP) foram os que mais se

⁵⁵GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentvm 2009, p. 25.

⁵⁶CALLARI, Cláudia Regina. *Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes*. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, V. 21, n.40, 2001. p. 71-80.

⁵⁷ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. p. 21.

destacaram, em ações conjuntas com os respectivos IHG's e com a publicação de revistas contendo artigos e reproduções de documentos. Tanto os institutos como os arquivos eram compostos por políticos notáveis, como Bias Fortes e João Pinheiro no caso mineiro e Rodrigues Alves e Campos Salles no caso paulista, mas contavam em seus quadros com historiadores e intelectuais renomados, como Capistrano de Abreu, Affonso Taunay e Sylvio Romero no IHGSP e Augusto de Lima Jr e Luis Camillo no IHGMG.

Já o Museu Nacional passou por diversas reformulações no final do século XIX, voltando-se para os estudos científicos nas áreas da antropologia, da etnologia e da arqueologia, principalmente relacionados aos índios brasileiros. Sua supremacia só foi quebrada a partir de 1866, com a criação do Museu Paraense⁵⁸. Na segunda metade do século XIX e no início do século XX ainda foram criados o Museu Paulista⁵⁹ e o Museu Histórico Nacional⁶⁰, que passaram a dividir com o Museu Nacional o papel de destaque nas pesquisas referentes à biologia, botânica, antropologia física e etnologia.⁶¹

⁵⁸O Museu Paraense foi criado por Domingos Ferreira Pena em 1866, tendo se especializado na coleta e estudo de espécies animais e vegetais, e principalmente no estudo de artefatos indígenas recolhidos por pesquisadores estrangeiros que aportavam, convidados pela instituição a realizarem expedições etnográficas no Brasil. Após seus primeiros anos de atividade, entrou em declínio durante as duas últimas décadas do século XIX, reerguendo-se a partir de 1894, quando passou a ser dirigido por Emílio Goeldi. O museu, então, adquiriu projeção internacional e alto conceito no círculo científico brasileiro. A importância das atividades coordenadas por Goeldi fez com que, após sua saída o museu passasse a ter seu nome, com o qual é conhecido até os dias atuais. Sobre o Museu Goeldi ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p.84-89.

⁵⁹ O Museu Paulista foi criado em 1895 e dirigido de sua criação até 1917 por Hermann Von Ihering, adotando em seus primeiros anos o caráter de museu de ciências, reunindo espécies raras da flora e fauna brasileiras, bem como publicando estudos sobre botânica e taxonomia. A partir de 1917 tem seu foco deslocado com a ascensão ao cargo de diretor de Afonso D'Escragnolle Taunay, que orientou as ações do museu para a constituição de acervos de objetos históricos, passando a expô-los seguindo uma ordem cronológica, tentando montar ambientes, ressaltando personagens paulistas na construção da nação. Focou em dois momentos - na proclamação da independência e, em maior medida, no fenômeno do bandeirantismo - estando, assim, em consonância com o projeto do IHGSP e do APSP. Ver: BREFE. Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. p. 64.

⁶⁰ O Museu Histórico Nacional (MHN) foi criado em 1922 para as comemorações do centenário da Independência do Brasil e a exposição internacional organizada na cidade do Rio de Janeiro. Tendo como

A criação dessas novas instituições contribuiu para a proliferação das publicações científicas, e no início do século XX o Brasil já contava com periódicos respeitados por sua produção. Além da *Revista do IHGB* e dos *Archivos do Museu Nacional* pode-se destacar a *Revista do Museu Paulista*, o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, além das revistas dos institutos históricos e geográficos. A essas somaram-se, na década de 1920, os *Anais do Museu Histórico Nacional* e a *Revista Brasileira de Educação*, publicada pelo Museu Nacional.

É importante destacar que esses periódicos foram importantes na difusão do discurso científico entre um grupo pequeno de pessoas, aquelas que eram alfabetizadas e possuíam trânsito entre as instituições e letrados. Foram importantes também para a afirmação das instituições que os veiculavam, uma vez que o crescimento de instâncias produtoras de discursos sobre a nação criou uma espécie de competição.⁶² As revistas, boletins e congêneres, portanto, configuravam-se enquanto meios de divulgação das instituições e de seus profissionais. Em todos os casos aqui mencionados, as publicações eram compostas majoritariamente por estudos feitos por pesquisadores das instituições que as editam, havendo também número significativo de artigos escritos por profissionais estrangeiros. Tal composição permite afirmar que as publicações científicas, no século XIX e início do XX, foram veículos de afirmação institucional e

diretor Gustavo Barroso, o MHN notabilizou-se pela preservação de uma memória militar e ligada aos grandes nomes da política imperial⁶⁰. Contou com grandes e importantes doadores, como Miguel Calmon du Pin e Almeida, cuja esposa doou vários de seus pertences e vasta mobília ao museu, que lhe dedicou uma sala especial. O Museu Histórico Nacional e seu diretor constituíram, durante as décadas de 1930 e 1940, uma instância concorrente nas políticas culturais empreendidas pelo Estado, fato que gerou alguns atritos, que serão analisados no próximo capítulo. Sobre o Museu Histórico Nacional e Gustavo Barroso ver: ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

⁶¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 67-99.

⁶²Idem, p.80-81.

legitimação através integração aos parâmetros europeus e norte-americanos de pesquisa científica.⁶³

Ocorre, ao mesmo tempo, um paulatino desenvolvimento e afirmação do ofício do editor e do literato, e o estabelecimento de determinadas práticas concernentes à produção do livro. A ação dos primeiros editores regulares – uma vez que não é possível negligenciar a ação dos editores de minúsculas tiragens de cartilhas, brochuras, manuais – muitos dos quais estrangeiros radicados no Brasil, foi de extrema importância, tanto para o processo de afirmação da indústria literária nacional como para a definição do padrão estético a ser valorizado nas décadas subsequentes. Com destaque para as figuras de Garnier, Briguet e, sobretudo, Francisco Alves – português que se formou editor em terras brasileiras, adquirindo várias editoras e livrarias pequenas e estabelecendo um padrão de excelência para a publicação de títulos e livros didáticos na época⁶⁴ - começaram a circular pelas apertadas ruas centrais das capitais da então jovem República títulos de maior e/ou menor destaque, criando uma cena literária efervescente, com mancebos afrancesados, personalidades estabelecidas e jovens talentosos disputando o gosto de um leitor ainda em formação⁶⁵.

No final do século XIX e principalmente no início do XX começam a circular as revistas ilustradas, que, fazendo uso das figuras, ilustrações e caricaturas, contribuem para o aprimoramento das técnicas de impressão e composição editorial. Como já frisado, as “revistas científicas”, dentre as quais podem ser enquadradas as publicações do SPHAN, possuem poucos pontos em comum com as “revistas ilustradas”,

⁶³SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 93-94.

⁶⁴BRAGANÇA, Aníbal. *A Política Editorial de Francisco Alves e a Profissionalização do Escritor no Brasil*. In: ABREU, Márcia(org). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 451- 476.

⁶⁵MICELI, Sérgio. *Poder e sexo na República Velha (Estudo clínico dos Anatolianos)*. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

“almanaques” e “magazines”, mas não se pode negar que a farta utilização de fotografias e ilustrações nas edições publicadas pelo SPHAN foi influência do efeito produzido por este recurso nas publicações populares, bem como nas científicas. O apelo às imagens contribuiu para atrair a atenção do leitor e familiarizá-lo com os assuntos tratados nos textos, sendo essencial para a divulgação dos monumentos pela política editorial do SPHAN.

As políticas educacionais, por sua vez, acabaram por criar um público ativo e passivo de leitores, na medida em que é possível imaginar diversas formas de leitura associadas à leitura convencional. A leitura em praça pública dos jornais e decretos era prática corrente desde os tempos coloniais, configurando-se a praça como um importante espaço de sociabilidade. Os níveis de alfabetização, ainda baixos, eram no entanto bastante superiores aos do século XIX, o que contribuiu para o aumento da demanda por livros, revistas e jornais.

Esse novo panorama no mercado intelectual brasileiro se somou à afirmação de novas correntes de pensamento. A geração do chamado “modernismo” brasileiro provocou uma grande transformação no modo como os intelectuais se posicionavam nas discussões sobre a cultura e identidade nacionais, sobre a política e sobre seu próprio ofício. Estariam, acima de tudo, desiludidos com a República, não por ela ter arruinado a influência das oligarquias, mas, ao contrário, por ter permitido essa influência prolongar-se indefinidamente no quadro das transações regionais. Aspirando à organização da nação pelo poder, reagiram contra a oligarquização das instituições. O modernismo, entendido como um movimento de ideias, caracterizou-se pela produção de manifestos e publicações de revistas. Seus intelectuais distribuíram-se a partir de 1924 em três tendências distintas, uma voltada para o repúdio à integração brasileira com as influências vindas de fora – o *verde-amarelismo*-, outra desejosa de “deglutir”

essas influências, transformando-as à brasileira – a *antropofagia* – e uma corrente mais analítica, desejosa de “integrar-se” ao discurso universal.

A perspectiva de uma “missão”, já forte nos intelectuais do final do século XIX e começo do XX, se aprofunda e ganha novos contornos sob o impacto do processo vivenciado nos anos 20, influenciado pela Primeira Guerra Mundial, pela crise econômica de 1929, pelas celebrações do centenário da independência brasileira e pela criação do Partido Comunista Brasileiro. O questionamento da ordem se faz com base num ângulo que, buscando o “brasileiro”, enfatiza a preocupação com o nacional e o tema do popular.

No âmbito das discussões sobre a cultura brasileira destaca-se a importância de periódicos como a *Revista do Brasil*, idealizada e dirigida durante seus primeiros anos por Monteiro Lobato. A *Revista do Brasil*, publicada em sua primeira fase entre 1916 e 1925, foi um exemplo de periódico fruto de uma iniciativa editorial privada, ligada à pessoa de Monteiro Lobato, escritor e importante ator no processo de profissionalização do mercado editorial brasileiro. O periódico concentrou em suas páginas importantes discussões sobre a questão racial brasileira, sobre as políticas higienistas e de saúde pública, às quais também eram vinculadas as questões sobre a identidade nacional. A *Revista do Brasil* é um exemplo das muitas revistas que se preocuparam em veicular propostas e soluções para o que consideravam os problemas brasileiros. Percebe-se, portanto, como a revista era um objeto editorial dotado de grande relevância nas discussões públicas sobre os principais problemas e propostas relativas à cultura brasileira.⁶⁶

⁶⁶ DE LUCA, Tânia. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 131-202.

Assim, com a ascensão de Getúlio Vargas, na década de 1930 e, principalmente, com a instituição do Estado Novo, em 1937, o novo regime contou com um grupo de intelectuais que desde os anos 10 vinha acalentando projetos de reconstrução da nação e de reforma do Estado, disposto, para isso, a estudar a formação nacional em busca das raízes da nacionalidade. O regime contou também com um crescente interesse pelo passado e uma valorização da História, em curso, no interior de um “campo historiográfico” ainda em processo de organização.

A prática editorial já se encontrava arraigada nos setores de produção de representações sobre o nacional, como se pode depreender da existência de várias revistas, editadas pelas instituições citadas acima e também por iniciativa de particulares. O SPHAN, ao privilegiar a publicação da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN*, mantém a tradição dessa prática. Essa semelhança não será a única, como veremos nos próximos capítulos. O serviço e suas publicações, no entanto, se diferenciarão dos demais pelo fato de terem feito parte da primeira iniciativa estatal visando congregar esforços em torno da proteção dos monumentos, assunto que se relacionará com as atividades dos museus e institutos históricos e geográficos, das associações de antropologia e do círculo de colecionadores de arte no Brasil.

Após situar o SPHAN e sua política editorial no conjunto das práticas editoriais empreendidas por diferentes “políticas de memória” realizadas no Brasil até a época, é necessário compreendê-los dentro do contexto da política cultural do Estado Novo, especificamente dos setores ligados a cultura e propaganda, para depois avançarmos ao próximo capítulo.

1.3. A POLÍTICA CULTURAL DO ESTADO NOVO

Segundo Ângela de Castro Gomes, nas décadas de 30 e 40 observou-se a criação de elaboradas e diversificadas políticas de “pedagogia da nacionalidade” por setores da administração pública (departamentos ou mesmo ministérios especializados), que se valeram dos mais modernos veículos e técnicas de comunicação então existentes para difundir um projeto nacionalista no âmbito da cultura.

A política cultural implantada pelo governo do presidente Getúlio Vargas foi o modelo mais bem estruturado de relações entre a cultura e a política na história do Brasil. Esse modelo definiu um campo cultural ao demarcar as questões que mereciam a atenção dos pensadores, trouxe os autores para o mesmo debate, ainda que eles mantivessem posições distintas, operando sobremaneira no nível da ideologia. Explicando o passado e o presente, deu orientação aos cidadãos e conferiu legitimidade ao sistema político.⁶⁷

“A existência de um projeto nacionalista para o Brasil nos anos 30 pressupunha certas condições básicas para se realizar: além da existência de uma elite intelectual imbuída de uma missão social, a expansão da educação elementar, a produção em bases científicas e empíricas de um conhecimento da vida e dos reais problemas do Brasil, de forma a assegurar a formação de uma consciência nacional e, por fim, a construção de uma política cultural pelo Estado, cuja reorganização do seu aparelho era a garantia da consolidação de uma política de modernização do país. A cultura, por sua vez, era inseparável da educação, e as ações culturais empreendidas nos anos 30 devem ser entendidas enquanto participantes de uma *pedagogia da nacionalidade*”.⁶⁸

⁶⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem*. In.: D'ARAÚJO, Maria Celina (org). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed.FGV, 1999. p. 95-96.

⁶⁸ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Editores e intelectuais e a Coleção Brasileira. Fronteiras da cultura no Brasil dos anos 1930*. In.: ALMEIDA, Sandra Regina Goulart [et al] (org). *Mobilidades Culturais: agentes e processos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p.126-136.

Considerando-se um projeto cultural, o Estado Novo teve como principais objetivos declarados construir o sentido da nacionalidade e forjar a unidade nacional. Vários estudiosos destacam como uma das principais características do regime uma ambiguidade em sua ação. Se por um lado ocorrera uma militarização do Estado, a implantação da censura e o controle dos sindicatos - medidas amplamente centralizadoras e autoritárias - por outro, o regime comandado por Getúlio Vargas reconheceu os intelectuais como agentes de um processo de transformação nacional e os constituiu como atores políticos de primeira grandeza, ao convocá-los para a tarefa de emancipação cultural.⁶⁹

Vargas de fato propunha uma “necessária simbiose entre os homens de ideia e os homens de ação”⁷⁰. Contrário à mobilização das massas, implantou uma política de valorização do homem brasileiro, que seria associada ao estudo do “espírito nacional” pelos intelectuais envolvidos com o Estado. Com forte sentido de pragmatismo, ao mesmo tempo em que concedeu aos intelectuais uma relativa liberdade de ação, exerceu grande dominação sobre o espaço público desde o início de seu governo. O golpe que resultaria no Estado Novo foi, no entanto, a oficialização dessa intenção.

As atividades ligadas à “identificação do espírito brasileiro” tiveram como principais focos de difusão o Ministério da Educação e Saúde (MES), criado em 1934, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), oficializado em 1939, mas que funcionara desde 1931 sob o nome de Departamento Oficial de Propaganda de Difusão Cultural e, entre 1934 e 1938 com o nome Departamento Nacional de Cultura.

⁶⁹ A esse respeito, consultar: ROLLAND, Denis. *O estatuto da cultura no Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras*. In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (Org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual*. In.: GOMES, Ângela de Castro, OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta (Orgs.). *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Wanda Maria Ribeiro, SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

⁷⁰MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo:Difel, 1979. p. 17.

Ficariam sob a responsabilidade do DIP a organização da censura, a supervisão da propaganda interna e externa e a promoção, a organização e o patrocínio de manifestações sobre as atividades governamentais. Seu diretor entre 1934 e 1942, Lourival Fontes, procurou elaborar um programa sistemático de propaganda governamental para atingir um consenso – pela adesão ou pela força – entre os diferentes atores sociais.⁷¹

O DIP era dividido em cinco seções: propaganda, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa. Segundo Ângela de Castro Gomes, a centralidade da seção “imprensa” é clara, uma vez que ela era a responsável pela promoção de um discurso positivo do regime que seria difundido por todas as demais seções. O principal veículo de comunicação dessa seção foi a revista *Cultura Política*, que reunia artigos de diversos intelectuais versando sobre as atividades do governo, esclarecendo para o grande público as mudanças e transformações pelas quais o país estava passando e debatendo os valores que as orientavam. A publicação era dirigida por Almir de Andrade, intelectual fortemente alinhado com o discurso do presidente Getúlio Vargas. Tinha como objetivo tornar-se órgão de informação de amplo alcance, formando consciências em apoio à nacionalidade brasileira, que se confundia com os rumos tomados pelo regime.⁷²

Através de artigos escritos por intelectuais, funcionários públicos e professores de todo o país, renomados ou não, e de um amplo espectro ideológico, a revista procurou veicular um discurso articulado, unindo o tratamento das questões políticas, sociais e econômicas mais relevantes no momento aos aspectos culturais e históricos da nação. O

⁷¹ ROLLAND, Denis. *O estatuto da cultura no Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras*. In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (Org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. p. 91.

⁷² GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 126-127.

papel da recuperação da história nacional visava fornecer um vasto manancial de inspiração para uma política adequada à realidade nacional. Tratava-se de buscar um sentido através da utilização de um método “histórico”, de uma interpretação.⁷³

Essa política de recuperação do passado foi em grande medida apoiada e estimulada pelas atividades do Ministério da Educação e Saúde, dirigido entre 1934 e 1945 por Gustavo Capanema, político e intelectual mineiro, que substituiu Francisco Campos quando este se tornou ministro da Justiça. Em sua gestão no ministério, Capanema realizou uma ampla reforma na educação básica e secundária, instituindo também os primeiros cursos universitários nacionais, principalmente com criação da Universidade do Brasil, em 1939. Essa reforma instituiu definitivamente o ensino de história e geografia nas escolas brasileiras, contribuindo para o esforço de difusão do “sentido da nacionalidade”.

No âmbito das atividades do Ministério da Educação e Saúde, destacaram-se duas iniciativas editoriais. A *Revista Nacional de Educação* (RNE), publicação mensal editada entre 1932 e 1934 – quando o Ministério da Educação e Saúde Pública ainda era comandado por Francisco Campos - sob a direção de Edgar Roquette-Pinto, tinha uma significativa tiragem de 12,5 mil exemplares, número que expressava o ideal de sua ampla distribuição por todo o território do Brasil. Professores, escolas, prefeituras e diversas associações culturais e de classe passaram a receber o periódico, gratuitamente. No primeiro aniversário da publicação, sua tiragem alcançou a marca dos 15 mil exemplares. Funcionário do Museu Nacional do Rio de Janeiro desde 1905, E. Roquette-Pinto tornou-se diretor da instituição entre 1926 e 1934. Pôde assim promover uma série de contatos com outras instituições, realizou expedições e viagens ao exterior

⁷³ GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 142-144.

e soube utilizar diferentes estratégias e meios de comunicação para implementar suas ideias, como o uso do rádio e do cinema e a criação de periódicos, além de produzir programas voltados para a educação e divulgação científica. O Museu Nacional já tinha uma longa tradição de publicação científica, iniciada em 1876 com a fundação dos Arquivos do Museu Nacional, durante a direção de Ladislau Netto, contendo artigos de zoologia, botânica, fisiologia experimental, geologia, paleontologia, antropologia e arqueologia. A RNE possuía um público-alvo muito diverso e, principalmente, ousava uma nova aposta sobre o papel do Museu Nacional na renovação da sociedade brasileira, a partir das esperanças depositadas nos novos rumos do país após 1930.⁷⁴

Dentro dos objetivos do MES, no entanto, nenhuma iniciativa foi mais significativa para a recuperação do passado nacional do que a criação do SPHAN. Dentro do ideal de unidade nacional que caracterizou o governo de Vargas nas décadas de 1930 e 1940, a atuação do SPHAN significou o entrelaçamento de redes de alianças e trocas que, nacionalmente, levariam à imposição de valores civilizatórios, estéticos e morais, ao constituírem um “patrimônio nacional”. Por sua vez, também consolidou uma feição particular e uma identidade própria ao órgão, naturalizando procedimentos e um determinado conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

Como se pôde perceber, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, as publicações editadas pelo SPHAN, quando iniciadas, passaram a ser o carro-chefe do órgão, constituindo-se em um importante veículo de divulgação das atividades do ministério. Dentro dos objetivos do governo de Vargas, ela se somou à *Cultura Política* na tarefa de divulgar o movimento de redescoberta do Brasil e mostrar aos cidadãos que o governo estava realizando seu trabalho.

⁷⁴ DUARTE, Regina Horta. “*Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932- 1934)*”. In.: *Manguinhos: História, Ciência e Saúde*. 11(1): 33-56, 2004.

A iniciativa governamental de publicação de revistas e coleções se alinhou a um intenso crescimento do movimento editorial e à valorização dos estudos históricos pelo público dessas publicações. Várias iniciativas privadas, por sua vez, se fizeram presentes nesse momento. Nas décadas de 1930 e 1940 as revistas culturais e literárias eram veículos já consagrados de divulgação de discursos, extrapolando inclusive o papel de porta-voz de pequenos grupos vinculados à vanguarda. Periódicos como *Boletim de Ariel* (1931-1939), *Revista Acadêmica*, *Dom Casmurro*, *Revista do Brasil* e *Diretrizes* passaram a interessar mais diretamente livreiros e editores, que tinham nas suas páginas um veículo de divulgação de autores e obras; profissionais liberais, burocratas e leitores ávidos por informações e um certo verniz cultural; órgãos do governo e sua diversificada rede de instituições, que pretendiam difundir projetos e realizações oficiais; grupos jornalísticos, que adquiriam prestígio por meio da edição de suplementos e/ou periódicos culturais; e, sobretudo, não se pode menosprezar que, em todos os casos mencionados, as revistas também configuravam uma forma de intervenção no debate público acerca da realidade nacional, o que era indissociável das candentes questões políticas, colocadas na ordem do dia após a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930.⁷⁵

Algumas iniciativas mais abrangentes também foram levadas a cabo por editoras que se consolidavam no mercado brasileiro. A Companhia Editora Nacional, propriedade de Octales Marcondes e Monteiro Lobato, destacava-se por ter sido fruto da primeira iniciativa brasileira de instalação de uma editora. Monteiro Lobato fundou, ainda na década de 1910, a *Revista do Brasil*, já citada neste capítulo, e a Monteiro Lobato & Cia, depois Companhia Gráfica Editora Monteiro Lobato. O amplo investimento feito em maquinário acabou por levá-lo à falência definitiva em 1925.

⁷⁵ DE LUCA, Tânia Regina. *As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas*. [manuscrito] Assis: Departamento de História da UNESP, 2004. p. 6-7.

Após recuperar o acervo de sua antiga editora, funda então em 1926, juntamente com Octales Marcondes, a Companhia Editora Nacional. A editora passou a organizar diversas coleções, que ganharam grande impulso após as movimentações políticas que levaram Vargas ao poder em 1930.⁷⁶

Para difundir uma “cultura da leitura”⁷⁷ a editora se valeu da prática de publicar coleções, já consagradas no panorama da leitura na Europa e nos Estados Unidos. As coleções traduziram uma especialização do trabalho no campo editorial, bem como um refinamento no gosto pela leitura e sua popularização. A Companhia Editora Nacional publicou, dentre outras coleções, a Biblioteca Pedagógica Brasileira, composta de cinco subséries: Literatura Infantil, Livros Didáticos, Atualidades Pedagógicas, Iniciação Científica e a Coleção Brasiliana. Iniciada em 1931, a Coleção Brasiliana se alinhou com os objetivos governamentais de difundir os estudos sobre a nacionalidade, publicando mais de 400 exemplares entre 1931 e 1941, tendo a importância destacada inclusive pelo presidente Getúlio Vargas. A Brasiliana era dirigida pelo educador Fernando de Azevedo, e continha várias séries, que juntas tinham o objetivo de transmitir um conhecimento apurado sobre o Brasil em sua mais completa expressão. A atividade da Companhia Editora Nacional expressava a certeza da construção entre o público de um valor do livro e da leitura como meio de informação. Os intelectuais envolvidos nessa empreitada reconheciam na prática editorial um importante meio de formação e informação, constituído de canais de divulgação, reflexão, formação de

⁷⁶ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasiliana*. In.: DUTRA, Eliana Regina de Freitas, MOLLIER, Jean-Yves. *Política, Nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006, p.299-302.

⁷⁷ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Mediação intelectual e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da coleção Brasiliana e da Cia. Editora Nacional*. In.: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p.149.

opinião e difusão de estilos. A prática editorial, ao fim e ao cabo, teria um lugar de destaque nas instâncias de legitimação cultural.⁷⁸

Assim como a Companhia Editora Nacional, a Gráfica e Editora José Olympio iniciou em 1936 a publicação da Coleção Documentos Brasileiros, que desde seu lançamento até a década de 1950 foi um dos principais veículos de difusão de novas abordagens e novos discursos sobre a história do Brasil, compondo um importante e sugestivo painel de nossa historiografia na primeira metade do século XX. Dirigida por Gilberto Freyre, a essência da nova coleção revelava-se em seu comprometimento com aquilo que trazia já no próprio nome, e reafirmado diversas vezes nos textos de apresentação das publicações: o *documento*. Desencavado do passado ou produzido no presente, em “estado quase bruto” ou analisado de forma criteriosa, ele estaria na base dos trabalhos a serem publicados. A intenção da criação da coleção era, portanto, a afirmação de um conhecimento *verdadeiro* sobre o Brasil, do conhecimento do Brasil *real*, fundamentado não em reconstruções ou especulações superficiais e estéreis, e sim em interpretações *comprováveis* a seu respeito. Numa palavra, tratava-se de afirmar o conhecimento *científico* sobre o Brasil, elaborado por *especialistas* que davam “vida” aos documentos para juntá-los “à história social do brasileiro”⁷⁹.

Estas páginas foram destinadas a situar a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no panorama intelectual brasileiro nas décadas de 1930 e 1940. Se por um lado essas décadas foram, como afirma Eliana Regina de Freitas Dutra, seminais para a difusão de uma pedagogia do nacional e de

⁷⁸ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição editorial e cultura nacional*. In.: *Anais do I Encontro Brasileiro sobre o Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004, p. 12-13.

⁷⁹ FRANZINI, Fábio. *A História presente e a História ausente nos volumes da Coleção Documentos Brasileiros (1936-1959)*. In.: *Anais do XIII Encontro de História da ANPUH-RJ – Identidades*. Seropédica/RJ: Agosto de 2008, CD Rom.

uma “cultura da leitura”⁸⁰, as experiências anteriores de afirmação de identidades históricas no Brasil permitem afirmar que, quando implantadas pelo governo Vargas, as políticas de recuperação do passado já contavam com tradições formadas e difundidas, com as quais o SPHAN teve de dialogar para alcançar seus objetivos. Como mostrado, os prefácios iniciais de introdução à *Revista do SPHAN* e às *Publicações do SPHAN* confirmam que Rodrigo Melo Franco de Andrade tinha consciência de que não lograria êxito em consolidar a proteção ao patrimônio se não articulasse os esforços que tocavam, direta ou indiretamente, a problemática da preservação dos monumentos. Pode-se afirmar que a política editorial do SPHAN visava difundir os valores referentes à preservação do patrimônio cultural brasileiro para um público amplo, mas a especificidade de seu tema e a novidade que ele representava restringiram o escopo de sua distribuição ao círculo dos que se interessavam em discutir a identidade nacional brasileira e seus monumentos, como historiadores, sociólogos, antropólogos, arquitetos, antiquários, memorialistas e políticos.

No próximo capítulo analisaremos o processo de composição editorial das séries publicadas pelo SPHAN, um percurso que começava com a seleção de autores, passando pelas sugestões de temas, pela produção dos exemplares em gráficas no Rio de Janeiro e a circulação dos mesmos nos círculos políticos, intelectuais e profissionais. A publicação das séries editoriais do SPHAN envolveu uma articulação nem sempre harmônica entre diversas instituições, profissionais e intelectuais, e serão analisadas também as sociabilidades desenvolvidas a partir dessa ação de articulação de instâncias produtoras de discursos sobre a nação, a história e os intelectuais. Veremos como a

⁸⁰ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Mediação intelectual e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da coleção Brasileira e da Cia. Editora Nacional*. In.: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p.149-171. Sobre o conceito de “pedagogia da nacionalidade” ver, da mesma autora: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários na República: história e identidade nacional no Almanaque Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Revista e as Publicações do SPHAN participaram ativamente do processo de legitimação pública dos conceitos e práticas do novo órgão, tendo sido constantemente utilizadas como argumento que comprovaria a eficiência da instituição e a importância de suas atividades para a afirmação da nacionalidade. A atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade e dos funcionários do SPHAN mais próximos a ele será evidenciada, e, a partir das correspondências e dos artigos publicados nos jornais, procuraremos identificar como os diversos colaboradores da política editorial do SPHAN, reunidos pelo diretor da instituição através de sua atuação como figura mediadora, contribuíram ao mesmo tempo em da nova instituição. A política editorial do SPHAN será tratada enquanto uma ponte de contato, um “lugar de sociabilidades” articulado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e seus colaboradores mais próximos com a intenção de inserir o SPHAN na tradição das instituições já existentes que se ocupavam do estudo do passado no Brasil.

CAPÍTULO 2: A POLÍTICA EDITORIAL DO SPHAN E A LEGITIMAÇÃO PÚBLICA DA “ESCRITA DO PATRIMÔNIO”

“(...) O departamento visa justamente divulgar o mais possível as nossas relíquias históricas e artísticas, educando o povo no seu conhecimento. Evidentemente, não seria recomendável apenas uma obra para eruditos. As massas precisam saber também desses assuntos.(...)”⁸¹

No primeiro capítulo identificamos o “lugar” ocupado pela política editorial do SPHAN, dentro das atividades do órgão, sua inserção em uma tradição de publicações científicas difundidas por diversas instituições durante o século XIX e que configuraram diferentes “políticas de memória” brasileiras, e por fim sua estreita relação com as inovações implantadas pelo governo de Getúlio Vargas, com a criação de uma política cultural integrada a uma visão de Estado, de povo e de instrumentalização da cultura.

A proposta foi caracterizar o SPHAN e sua política editorial como “lugares de fala” sobre identidades nacionais, como instâncias difusoras de representações sobre o nacional, sobre a história, a arte e a cultura brasileiras. Lugares que se somaram a alguns outros existentes desde o século XIX, e, por isso mesmo, respeitaram as configurações consagradas pelas redes de letrados e intelectuais, propondo as inovações que o objeto de sua atenção apresentava.

Para se consolidar no cenário intelectual das décadas de 1930 e 1940, os intelectuais e profissionais envolvidos na tarefa de identificar, divulgar e proteger o patrimônio histórico e artístico da nação tiveram de interagir com as pessoas e instituições envolvidas com a recuperação do passado brasileiro, manifestada por práticas diversas e posições políticas nem sempre confluentes.

⁸¹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Entrevista a O Globo, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1936. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta “Entrevistas”, fl. 3.

Neste capítulo nosso foco será o processo de composição editorial e produção dos exemplares da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN*, com o objetivo de perceber as articulações feitas por Rodrigo Melo Franco de Andrade para garantir a inserção das duas publicações nos círculos intelectuais, profissionais e políticos. Analisaremos a seleção dos autores dos artigos e monografias, as discussões sobre os recursos gráficos e características físicas dos exemplares, as queixas sobre os problemas encontrados no cumprimento dos prazos pelas tipografias, a circulação da *Revista* e das *Publicações do SPHAN* entre instituições importantes no círculo “acadêmico” nacional e personalidades do meio político, pedidos de envio de exemplares a leitores comuns. A análise do percurso “do texto ao livro” que será empreendida neste capítulo tem como objetivo identificar na política editorial um ponto de contato entre diversas redes de instituições, intelectuais e profissionais, que, no contexto de atuação das instituições já citadas no último capítulo e da demarcação de fronteiras entre as áreas do conhecimento característico das décadas de 1930 e 1940 no Brasil, procuravam espaços de veiculação de suas produções na esfera pública.

Tal análise terá como principais fontes documentais as correspondências trocadas entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e diversos intelectuais e profissionais que vieram a participar das discussões sobre a criação e as atividades do SPHAN, notadamente a linha editorial da instituição. Também serão consultados alguns depoimentos registrados pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobre os primeiros anos do órgão, bem como documentos oficiais enviados por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Ministro da Educação Gustavo Capanema.⁸²

⁸² Os três fundos consultados para a elaboração deste capítulo foram: no Arquivo Central do IPHAN/RJ, as séries Personalidades e Técnico-Administrativo; no Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa/RJ, o Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade; no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, o Fundo Gustavo Capanema. Também utilizo aqui a correspondência entre Rodrigo Melo Franco

A política editorial do SPHAN, como veremos, ao realizar esse trabalho de integração institucional e intelectual, contribuiu decisivamente para a legitimação do próprio SPHAN, o que será analisado através da atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade na imprensa periódica brasileira durante o período estudado.

Como se pode perceber trata-se de um longo percurso, e para garantir a boa compreensão das idéias que serão aqui expostas, este capítulo será dividido em quatro seções. A primeira tratará da seleção dos autores, da discussão sobre os aspectos materiais da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*, e do processo de composição e impressão dos exemplares. Na segunda analisaremos o processo de impressão e distribuição, o envio de exemplares e a inserção da política editorial do SPHAN no meio político e institucional. Na terceira seção perceberemos, através dos artigos de jornais, como a publicação de estudos “científicos” foi utilizada como uma espécie de “atestado de bons serviços prestados” pela instituição perante o grande público, legitimando a “escrita dos monumentos”. Por fim, não poderíamos esquecer que essa mesma prática que articulou diferentes instâncias de produção cultural também foi responsável por “esquecimentos”, envolvendo-se em intrigas públicas que manifestavam as disputas por autoridade e legitimidade características das primeiras décadas da proteção ao patrimônio cultural no Brasil. Analisaremos casos distintos de intelectuais e instituições que mantiveram relações conflituosas dentro do âmbito de atuação do SPHAN, a saber, José Mariano Filho, Gustavo Barroso e Heloísa Alberto Torres. O primeiro manteria severas discussões com o grupo de arquitetos que ocupou a maioria dos cargos no corpo técnico do SPHAN, que se estenderam da década de 1920 até sua morte em 1945. Já o segundo, intelectual rotulado como “passadista”, não

de Andrade e Mário de Andrade, publicada ainda na década de 1980 pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em parceria com a Fundação Pró-Memória.

conseguiu espaço dentro da instituição e de sua política editorial, “refugiando-se” na instituição que dirigia desde 1922, o Museu Histórico Nacional. A terceira, por sua vez, ocupava posição distinta dos demais, por fazer parte da estrutura administrativa do Museu Nacional, vinculado ao SPHAN durante o período aqui analisado.

Para evitar uma leitura cansativa, as peculiaridades das fontes aqui analisadas serão destacadas na medida em que as mesmas forem utilizadas, tornando o texto mais articulado e explicitando melhor a metodologia aqui empregada.

2.1. O PROCESSO DE COMPOSIÇÃO EDITORIAL DA REVISTA E DAS PUBLICAÇÕES DO SPHAN

Para a implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram mobilizados intelectuais, profissionais e letrados que mantinham uma relação bastante próxima, de amizade intelectual, com Rodrigo Melo Franco de Andrade, que por sua vez procurou reunir um grupo de colaboradores dotados de reconhecimento profissional no trato com monumentos e objetos do passado. Nos primeiros anos, a articulação se centrou em torno de três nomes: Mário de Andrade, Lúcio Costa e Gilberto Freyre. Os três já possuíam vínculos antigos com Rodrigo Melo Franco de Andrade. O primeiro o acompanhara nas viagens às cidades históricas mineiras no final da década de 1910 e durante os anos 20⁸³. O segundo fora por ele indicado para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em 1931, tendo ocupado o cargo por pouco tempo e tentado sem sucesso empreender reformas profundas o currículo da instituição.⁸⁴ O terceiro era um amigo antigo, dos tempos de adolescência, que

⁸³ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

⁸⁴ Lúcio Costa passou a chefiar em 1938 a Divisão de Tombamento, ajudando na composição de um corpo técnico formado majoritariamente por arquitetos “modernos”, que haviam participado de concursos recentes de arquitetura, incluindo o polêmico concurso para a construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde. Nesse episódio, o projeto vencedor, do arquiteto Arquimedes Memória, foi

despontara como um dos principais intelectuais brasileiros nos anos 30 e devia isso, em parte, a Rodrigo M.F. de Andrade, que o incentivara a publicar sua obra mais famosa, *Casa Grande & Senzala*.⁸⁵

Rodrigo Melo Franco de Andrade acumulava também a direção da linha editorial do SPHAN. Selecionava autores, recebia e analisava sugestões de nomes. Seu papel de *mediador cultural* no âmbito das práticas editoriais merece, portanto, ser mais bem analisado. Acompanho neste capítulo a interpretação do conceito de *passeur culturel*, de Christophe Charle, proposta por Dutra. Para a autora, o estudo do papel dos editores, considerados “homens duplos”, figuras intermediárias que se movimentam entre os produtores de cultura e o público, difundindo a novidade cultural, é importante não somente para se identificar a construção de tradições editoriais, mas principalmente para analisar os pontos de contato entre estas e projeto pedagógico específicos de afirmação da cultura nacional.⁸⁶ Se considerarmos ainda, como lembra Robert Darnton, que os autores escrevem *textos* e não *livros*, e que é por meio dos livros que se chega aos textos, é possível afirmar ainda que as condições de recepção de uma obra estão

abandonado por iniciativa pessoal de Gustavo Capanema, que convidou o arquiteto Lúcio Costa para chefiar uma comissão de arquitetos “modernos” que fariam o projeto sobre o risco inicial do francês Le Corbusier. Para mais informações sobre o assunto ver: GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. Belo Horizonte: Annablume, 2000. CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

⁸⁵ ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed.34, 1994, p.152.

⁸⁶ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Mediação intelectual e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da coleção Brasileira e da Cia. Editora Nacional*. In.: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p.150-151. Em seu artigo a autora utiliza, além da análise de Christophe Charle, os estudos organizados por Diana Cooper-Richet, Jean-Yves Mollier e Ahmed Silem: COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER, Jean-Yves; SILEM, Ahmed (Dirs.). *Passeurs culturels dans Le monde des médias et de l'éditions em Europe (XIXe et XXe siècles)*. Paris: Presses de l'Enssib, 2005.

diretamente ligadas ao seu suporte, ao caráter que lhe é atribuído em seu processo de produção⁸⁷.

Vejam, portanto, como através da direção e organização da política editorial do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi responsável pela articulação de diversas redes de instituições, intelectuais e profissionais, estabelecendo um “espaço de sociabilidades intelectuais”⁸⁸ e veiculação de interpretações sobre o nacional. Para mergulhar nessas redes de relações sociais tecidas pelos intelectuais, uma tarefa se impõe de imediato: a consulta às correspondências. O exercício de escrever e trocar cartas é uma das práticas culturais modernas de “produção de si”, que incluem vários tipos de ações: desde a publicação de autobiografias e diários até a constituição de uma memória, realizada através da recolha de diversos objetos, representativos de algo que precisa ser lembrado. Por meio dessa prática o indivíduo atribui significado ao mundo que o rodeia, relacionando-o com sua própria vida, de modo a construir identidades.⁸⁹

A correspondência permite, portanto, a análise de um “espaço de sociabilidade” privilegiado, pois possibilita aproximações e afastamentos, relações sociais que revelam a multiplicidade de interesses e de negociações postas em prática em momentos e situações específicas. Está instalada no limite entre o público e o privado, permeando os

⁸⁷ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.23.

⁸⁸ Segundo Jean-Françoise Sirinelli, o estudo dos intelectuais deve adotar uma definição ampla e sociocultural desse grupo, tratando-os como criadores e mediadores culturais. Esse estudo das relações entre intelectuais não ignoraria as grandes “lideranças” do meio, mas alargariam o escopo da análise, por centrá-la nas relações que comporiam a auto-representação do grupo e seus critérios de autoridade e legitimidade. Segundo o raciocínio do autor, os grupos de intelectuais organizam-se em torno de sensibilidades ideológicas ou culturais comuns e de afinidades difusas, mas certamente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidades.

No “pequeno mundo estreito” dos intelectuais, as revistas assumem importante função de conferir uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão e exclusão, que incluem como fatores de influência relações de amizade, fidelidade, influência, assim como cisões, rivalidades e - por que não - também cobiça e intrigas. Ver: SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In.: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003, p. 243-245.

⁸⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*. In.: GOMES, A.C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 7-26.

debates em voga e revelando o caráter pessoal dos missivistas. A correspondência intelectual, por sua vez, guarda a especificidade de ser um “texto permeado por outros textos”.⁹⁰

Como dito no início da seção, Rodrigo Melo Franco de Andrade se preocupou desde o início das atividades do SPHAN com a organização e lançamento da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*, contando com a ajuda de Gilberto Freyre, Mário de Andrade e Lúcio Costa. Os primeiros números da *Revista* indicam um esforço por reunir os melhores nomes, tornando a publicação bem cotada nos meios intelectuais. Nos dois primeiros volumes escrevem Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Hollanda, Heloísa Alberto Torres e Lúcio Costa. Outros autores, como Luiz Saia, Nuto Santana e Estevão Pinto, são indicados por Mário de Andrade e Gilberto Freyre. Estes dois, por sua vez, ajudavam Rodrigo na procura por estudos que pudessem ser publicados. Gilberto Freyre, por exemplo, em 1937, sugere a Rodrigo:

“Será um trabalho bom, sabido e de interesse. Estevão Pinto, incumbido por nós de ir à aldeia indígena de Tacaratú, trouxe bom material para uma monografia sobre máscaras de dança e outros pontos de interesse artístico naquele veio de cultura primitiva. Fará também um trabalho sobre “Vestígios árabes na arquitetura do Recife e Olinda”. É um bom elemento. Aníbal deve mandar um artigo sobre os traços de influência italiana na arquitetura do Recife. Artigo para a *Revista*. Estou colhendo material para um trabalho sobre estética e técnica de cozinha e doçaria, inclusive a arte do papel recortado dos tabuleiros de bolo, rendilhados de toalhas e enfeites de doces, pratos e louça de barro, pilão, urufênia, alfemim (bichos de açúcar), etc, tudo a ser ilustrado pelo Bandeira, que também vai colaborar comigo num guia: Olinda”.⁹¹

Como pode ser visto na correspondência, a criação das publicações foi mais um veículo para a difusão da produção desses intelectuais, que já vinham empenhados em

⁹⁰ GONTIJO, Rebeca. *História, cultura, política e sociabilidade intelectual*. In.: BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & SOIHET, Rachel. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 265-267.

⁹¹ Carta de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 7 de julho de 1937. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Gilberto Freyre, fl.5.

escrever livros e artigos sobre os mais diversos aspectos da nacionalidade. Gilberto Freyre alude à elaboração de um guia sobre a cidade histórica de Olinda, em parceria com Manuel Bandeira. Este poeta foi o responsável pela elaboração do Guia de Ouro Preto, publicado na série das *Publicações do SPHAN* em 1938. A elaboração de “guias” sobre as cidades históricas vinha sendo planejada por Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade desde o início da década de 1930. Inicialmente a ideia era publicá-los em partes nos jornais e suplementos literários, e essa iniciativa encontrou o apoio de Rodrigo Melo Franco de Andrade, na época envolvido com a atividade jornalística em periódicos mineiros. Com a criação do SPHAN e o início da linha editorial do órgão, esses intelectuais puderam veicular pelo menos o Guia de Ouro Preto, uma vez que o de Olinda permaneceu inacabado.

Mário de Andrade, mesmo ocupado no esforço de dirigir o Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, foi um intelectual de grande importância na implantação do SPHAN e de sua política editorial. Com seu jeito característico, num misto de entusiasmo e estafa, ele contribuiu decisivamente para os primeiros volumes da *Revista*. Escreveu artigos e ainda foi responsável pela indicação de dois outros autores, seus assistentes do DCSP nas viagens de identificação do patrimônio paulista:

“Aqui vão os artigos prometidos e os recibos dos oito contos. Aliás, estou escrevendo esta carta antes mesmo de escrever o artigo que vai assinado por mim, e que só depois do almoço escreverei! Veja bem que encrenca! Agora, cá entre nós, vamos pro futuro agir com mais calma e não me faça as coisas assim afobadamente. Certamente o artigo não sairá bom. E tudo foi um sacrifício danado, não só pra mim que vou assinar uma coisa certamente inconfessável como para o meu auxiliar que teve peripécias danadas neste primeiro trabalho.

O artigo histórico foi escrito pelo meu outro auxiliar, o escritor Nuto Sant'Anna, chefe da subdivisão de documentação histórica do Depto. De Cultura.”⁹²

⁹²Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 29 de junho de 1937. In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 35-36.

Através de sua rede de sociabilidades o diretor do SPHAN também procurou informações sobre novos pesquisadores dos quais tomava conhecimento na imprensa, procurando entrar em contato visando artigos para a *Revista do SPHAN*. Em 1937 procura Mário de Andrade para saber informações sobre Deoclécio Redig de Campos, que escrevera um artigo sobre a existência de um exemplar do pintor Anthony Van Dyck em terras brasileiras, no que é prontamente respondido pelo intelectual paulista:

“(...) Nunca ouvi falar no tal Van Dyck, nem ninguém. Tenho dado pulos pra saber com quem está, nada, ninguém conhece, ninguém nunca não ouviu falar, ninguém não sabe nem quem é o tal Redig de Campos que escreveu o artigo, aqui provavelmente não mora, pelo menos não tem telefone.”⁹³

Filho de um diplomata brasileiro, Deoclécio Redig de Campos mudara-se ainda aos cinco anos para a Europa, onde, após o ingresso no curso de restauração do Museu Vaticano em 1930, tornara-se primeiro conservador-chefe, depois diretor do laboratório de restauração e, mais tarde, diretor geral. Redig de Campos, assim como outros jovens que se destacavam no Brasil ou fora dele, foi chamado a escrever artigos para a *Revista do SPHAN*.

Também é preciso ressaltar que os autores – principalmente Gilberto Freyre e Mário de Andrade – insistiram para a publicação de artigos voltados ao estudo das práticas e saberes populares na *Revista do SPHAN*. Esse interesse confluía com os rumos das pesquisas que ambos realizavam, e é interessante notá-los se considerarmos, como será melhor analisado no próximo capítulo, que as atividades do SPHAN se afastaram desse tipo de investigação “social”. Em 1939, Mário de Andrade reclama a presença de estudos sobre o folclore:

⁹³ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 27 de setembro de 1937, In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 77.

“[...] E o folclore? Já pode entrar na revista?”⁹⁴

Os autores não contribuíaam apenas com sugestões de assuntos relacionados à história e à cultura nacionais, opinando também a respeito das características tipográficas dos impressos. A *Revista do SPHAN* era um importante veículo difusor de pesquisas sobre o passado brasileiro, e os colaboradores procuravam ajudar no aprimoramento dos seus aspectos físicos. *Tratava-se*, portanto, de conseguir utilizar os recursos técnicos disponíveis da melhor maneira possível para difundir as obras do patrimônio histórico e artístico nacional e também as obras dos intelectuais, como sugere a correspondência abaixo, Deoclécio Redig de Campos, em 1941:

“Para a ilustração (...) tirar uma cópia de cada exemplar de fotografia (o filme é propriedade da Biblioteca Nacional do Rio) feita para meu catálogo de 1937. (...) Podendo-se fazer nova fotografia para evitar o inconveniente da ampliação seria melhor. Desejaria ilustração a plena página. (...) Desejaria também um certo número de excertos em capa própria, se isto não for contrário aos desejos e hábitos da Divisão [sic]. Posso também, enquanto se estiver compondo o texto na tipografia, mandar executar os clichês aqui pela melhor casa de Roma, “Mercandetti”, e enviar o próprio clichê à Redação da Revista do SPHAN.”⁹⁵

Devemos aqui tratar criticamente os documentos já expostos nesta seção, para não cairmos na tentação de dotá-los de demasiada autoridade. Como salienta Jacques Le Goff, os documentos são construções que dizem respeito às condições em que são produzidos, aos fins que visam, ao tipo de troca de informações ao qual servem de suporte.⁹⁶

No caso das correspondências aqui analisadas, percebe-se que, ao mesmo tempo em que o esforço de Rodrigo Melo Franco de Andrade contribuiu para a aglutinação de

⁹⁴ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade. São Paulo, 7 de junho de 1937. In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 70.

⁹⁵ Cartão enviado por Deoclécio Redig de Campos a Rodrigo Melo Franco de Andrade, sem data. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /Deoclécio Redig de Campos, caixa 0017, pasta 0057, fl. 1.

⁹⁶ LE GOFF, Jacques. *Documento/ Monumento*. In.: *Enciclopédia Einaudi*, vol. I: Memória-História. Lisboa: Ed. Casa da Moeda, 1984.

intelectuais em torno do SPHAN, com grande benefício da instituição, os profissionais e intelectuais envolvidos no trato com os monumentos procuraram tirar proveito da criação de condições de veiculação de sua produção “científica”. Como vimos no primeiro capítulo, as “revistas científicas” que se firmaram no Brasil desde o século XIX tiveram como característica a estreita vinculação com o corpo técnico das instituições que as publicaram. A *Revista do SPHAN* foi, portanto, um espaço de articulação de interesses e poderes de diferentes escalas, uma vez que se propôs a aceitar colaborações. Os colaboradores, no entanto, eram escolhidos de acordo com sua importância no meio profissional e intelectual da preservação dos monumentos, o que explicita o esforço de Rodrigo Melo Franco de Andrade visando agregar valor ao produto veiculado.

As correspondências permitem identificar aqueles mais próximos a Rodrigo Melo Franco de Andrade na organização da *Revista do SPHAN*, como por exemplo, Mário de Andrade e Gilberto Freyre e Lúcio Costa, já citados. A farta correspondência entre esses três intelectuais e o diretor do SPHAN, e as formas de tratamento empregadas explicitam uma das principais características da rede que se articulou ao redor do SPHAN e de Rodrigo Melo Franco, bem analisada por Antônio Gilberto Ramos Nogueira. Segundo o autor, é possível identificar nas relações entre os membros do SPHAN – sejam eles funcionários ou colaboradores - além de trocas de informações científicas e uma cumplicidade de pertencimento e amizade, um *ethos* de transmissão hereditária de cargos, experiência e conhecimento dos diretores regionais, técnicos e do próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade para seus discípulos⁹⁷.

⁹⁷ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em “pedra e cal”*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da PUC-SP. 1995, p. 109.

No caso daqueles que não se localizavam tão próximos do centro decisório do SPHAN, como Deoclécio Redig de Campos, a oportunidade de publicar seus estudos também contém nuances. Como observado em sua correspondência, o profissional do Museu Vaticano pede cópias em separado de seu artigo, com capa especial, se possível, e se fosse do costume das atividades do SPHAN. Não foi possível obter informações sobre a resposta ao pedido do autor, mas certamente ele não pretendia manter tais exemplares parados em sua estante. Ele provavelmente os enviaria ou entregaria pessoalmente a profissionais inseridos no circuito de trocas específico das práticas de preservação cultural, contribuindo em prol do reconhecimento próprio entre seus pares, e divulgando também as atividades do SPHAN, no caso em escala internacional. A dinâmica de trocas estabelecida em torno da *Revista do SPHAN* foi, portanto, complexa e característica da fase em que se encontravam as políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nas décadas de 1930 e 1940.

Até aqui estivemos centrados na *Revista do SPHAN*, periódico de grande impacto no mercado específico da preservação cultural e entre leitores menos especializados, mas que se interessavam em adquirir conhecimentos sobre o Brasil. Suas características já foram ressaltadas no primeiro capítulo. Também já foi dito que a *Revista* e as *Publicações do SPHAN* eram objetos editoriais diferentes, com especificidades que tornam necessária a afirmação de suas diferenças.

As *Publicações do SPHAN* se inseriam em um círculo mais restrito de historiadores da arte, conservadores, restauradores, colecionadores, eruditos, enfim, estudiosos da história, da cultura, da arte, das relíquias e dos monumentos nacionais. Mesmo guardando semelhanças gráficas com a *Revista do SPHAN*, como, por exemplo o tipo de papel empregado, a presença de ilustrações em papel especial, a diagramação e o projeto gráfico de suas capas, as *Publicações* destacavam-se pelo escopo dos estudos

que apresentavam, pela farta documentação arrolada e/ou reproduzida, por sua inserção em pontos-chave da política de preservação implantada pelo SPHAN. Enquanto a *Revista* permitia a veiculação de uma gama mais vasta de interpretações sobre o patrimônio e a identificação, conservação e proteção dos monumentos, as *Publicações* visavam preencher lacunas sobre a história da arte e dos monumentos eleitos pelo SPHAN como representativos da cultura brasileira.

Por isso mesmo, as demandas dos autores das monografias integrantes da série das *Publicações do SPHAN* possuíam especificidades. A primeira monografia publicada pelo SPHAN foi *Mocambos do Nordeste*, de Gilberto Freyre. Sobre a obra, por exemplo, Freyre informa em correspondência a Rodrigo Melo Franco de Andrade:

“Vai o trabalho sobre os Mucambos do Nordeste. Está curto, mas concentrado e não me parece de todo mau.(...)Mandei o nosso excelente M.Bandeira fazer outras ilustrações mais técnicas e é o que tem retraído a remessa do trabalho, que segue nesse papel de avião e batido, para economizar esforço. (...) E creio que, sendo o primeiro trabalho da série, V. Poderia escrever uma introdução algo alentada. Seria oportuno e esse seu amigo se sentiria honrado em sair com a introdução geral à série”.⁹⁸

As recomendações e pedidos de Gilberto Freyre não dizem respeito somente aos aspectos técnicos da composição editorial de seu estudo. O intelectual pernambucano, amigo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, solicita ao diretor do SPHAN a elaboração de um prefácio introdutório a sua obra, que seria investido de uma importância especial por constituir a introdução geral à série das *Publicações do SPHAN*.

No primeiro capítulo já tratamos da importância dos prefácios enquanto portavozes do discurso oficial do SPHAN, por intermédio de seu diretor e editor-chefe de suas séries editoriais. No caso dos prefácios às *Publicações do SPHAN* há que se ressaltar uma peculiaridade. Enquanto um grande número de revistas que tratavam de

⁹⁸Carta de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 25 de junho de 1937. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Gilberto Freyre, fl. 4.

aspectos da cultura brasileira mantinha, além de uma seção editorial, espaço para a participação dos leitores, as *Publicações*, assim como a *Revista* não reservavam espaço para cartas com pedidos, críticas e contribuições. Estes eram geralmente encaminhados diretamente a Rodrigo Melo Franco de Andrade através de correspondências, como veremos mais a frente, ou então em artigos na grande imprensa e em periódicos específicos, como os *Anais do Museu Histórico Nacional*.

A documentação consultada só nos fornece este exemplo de preocupação com prefácios e detalhes que garantissem destaque às obras publicadas. Os exemplos analisados com referência à *Revista*, no entanto, permitem afirmar que a preocupação com as características gráficas faziam parte da tentativa de consolidar a política editorial do SPHAN dentro dos padrões internacionais de publicação, calando os críticos que, como afirmou Rodrigo Melo Franco de Andrade no *Programa da Revista do SPHAN* – uma espécie de prefácio à série – se incomodavam com o estado de ignorância da maioria dos brasileiros acerca de sua história e de seus monumentos.

Através da análise das correspondências, portanto, foi possível perceber como a política editorial do SPHAN foi um ponto de contato entre diferentes intelectuais e profissionais, dotados de práticas específicas e instituições consolidadas que lhes garantiam autoridade e legitimidade. O trabalho de *mediação* empreendido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, como percebemos, teve diversos vetores, com uma dinâmica de “ajuda mútua” entre o SPHAN e seus colaboradores. A consolidação da *Revista do SPHAN*, que é publicada até os dias atuais, sob o nome de *Revista do Patrimônio*, e das *Publicações do SPHAN* ajudou na demarcação das fronteiras do campo de atuação do profissional envolvido com a identificação, conservação e restauro dos monumentos.

Analisado o processo de articulação intelectual para a seleção dos artigos e dos autores que apareceriam na política editorial do SPHAN, torna-se necessário adentrar os processos de produção e circulação das edições, que, como veremos, foram de grande importância para as características das duas séries editoriais em foco neste estudo.

2.2. PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO: A INSERÇÃO DA POLÍTICA EDITORIAL DO SPHAN NOS MEIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS.

Segundo Roger Chartier, é preciso, no trabalho de análise das iniciativas editoriais e práticas de leitura, atentar para *a diferença entre a produção de textos e a produção de livros.*⁹⁹ A produção de textos, segundo o autor, mobilizaria uma série de convenções, códigos de escrita que o autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma determinada leitura, considerada a mais correta, e que estaria mais relacionada com sua intenção. A esses dispositivos textuais, resultantes da escrita, se somariam outros, trazidos pelas formas tipográficas, que escapariam à esfera de atuação do autor, pertencendo ao universo específico do editor.

Se na primeira seção estivemos preocupados com aspectos referentes aos contatos de Rodrigo Melo Franco de Andrade com os autores dos artigos e monografias, as demandas e colaborações para o composição editorial das edições publicadas pelo SPHAN, passaremos aqui a analisar a produção e a circulação da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*.

Na ocasião da inauguração da Exposição Permanente de Arte e História organizada pelo SPHAN em 1938, Rodrigo M.F. de Andrade explicita seu conhecimento acerca do público atingido com a política editorial do SPHAN:

⁹⁹CHARTIER, Roger. *Do livro à leitura*. In.: CHARTIER, ROGER (Org.). *Práticas de leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p.95-96.

“(...) Atendeu-nos o Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, após adiantar que o SPHAN tem editado com a colaboração de nomes do porte de Gilberto Freyre, Noronha Santos, Lúcio Costa, vários trabalhos de investigação social e artística do Brasil. Diz:

“-O nosso principal objetivo é alcançar um público a que não atingem a *Revista* e as monografias que vamos editando para propagar o conhecimento dos valores de arte e história do país: quero me referir ao público constituído pelos transeuntes mais ou menos ocupados ou distraídos, mais ou menos mal informados ou indiferentes, que passem pelas imediações deste local e cuja atenção tentamos atrair por meio de imagens sugestivas, afim de lhes inculcar uma primeira idéia das riquezas históricas e artísticas que o Brasil possui.”¹⁰⁰

A política editorial do SPHAN fez parte de um esforço amplo da instituição para atuar na esfera do sensível, através da disseminação de imagens discursivas e pictóricas sobre os monumentos e sobre a história que eles simbolizavam. Os artigos veiculados na *Revista do SPHAN* e as *Publicações do SPHAN* procuraram atrair a atenção do público leitor para os monumentos representativos do passado brasileiro utilizando diversos recursos gráficos disponíveis no cenário de profissionalização do mercado editorial das décadas de 1930 e 1940, já exposto no primeiro capítulo. Com isso pretendia-se atingir um público maior e mais disperso no território nacional do que aquele que visitava os monumentos.

As edições não se tratavam, segundo se observa no excerto reproduzido, de iniciativas de vulgarização destinada àqueles “mais ou menos mal informados ou indiferentes”, como as exposições citadas acima¹⁰¹, mas sim de edições voltadas aos estudiosos envolvidos na pesquisa de documentos, aos colecionadores e conservadores de obras de arte, a profissionais liberais interessados em adquirir mais conhecimentos sobre a história brasileira, e também às bibliotecas das principais instituições nacionais.

¹⁰⁰“*Retratos do Brasil que passou: Fala ao Globo sobre a exposição de arte e história o Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade.*”. O Globo, sem data, 1938. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 5.

¹⁰¹O SPHAN organizou as seguintes exposições: Exposição do Centenário de José Bonifácio, 1938, Exposição de Arte e História do Brasil, 1938, Exposição de Estampas da Cidade do Rio de Janeiro, 1939, Exposição Franz Post, 1942.

Para atingir os padrões internacionais de publicação, Rodrigo Melo Franco de Andrade acompanhou pessoalmente o processo de composição e impressão dos exemplares da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*. Lúcio Costa, em depoimento, relata a centralidade da figura de Rodrigo M.F. de Andrade, citando seu papel como editor:

“Com Rodrigo, o clima no Patrimônio era universitário. Ele orientava, atraía os colaboradores mais qualificados, editava revistas, estimulava vocações. As portas estavam sempre abertas, acolhia a todos, era o reitor – e essa irradiação estendia-se a todo o país.”¹⁰²

Nunca é demais reafirmar a importância da figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade como editor no meio cultural brasileiro das décadas de 1930 e 1940. Se os depoimentos adotam um tom nostálgico, a correspondência analisada permite afirmar que o intelectual mineiro centralizou todas as atividades do SPHAN, procurando saber de tudo, expandir, sempre que possível, a rede de contatos da instituição e aparecer na imprensa reivindicando a autoridade dos estudos realizados. Segundo Dutra¹⁰³, a figura do editor “*vai ultrapassar em muito a condição de fiador intelectual a financiador econômico dos talentos literários, para se afirmar, entre o final do século XIX e ao longo do século XX, como um poder de tipo midiático, conquanto um poderoso instrumento cultural de troca intelectual, artística, literária, e também de construções identitárias.*”

Mesmo admitindo que o depoimento acima contenha uma carga de nostalgia e construa uma imagem seletiva de uma pessoa próxima, pois veremos ainda neste capítulo que as portas nem sempre estiveram abertas a todos, ele não impede a

¹⁰² Depoimento de Lúcio Costa sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade (1986). Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade ,série Personalidades -Rodrigo Melo Franco de Andrade, subsérie “Trabalhos de Terceiros”, caixa 11 A , pasta 13, mod.034.

¹⁰³ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Editores e intelectuais e a Coleção Brasileira. Fronteiras da cultura no Brasil dos anos 1930*. In.: ALMEIDA, Sandra Regina Goulart [et al] (org). *Mobilidades Culturais: agentes e processos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p. 125-126.

identificação da ocorrência de uma intensa troca de experiências, sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Outro depoimento, de José de Souza Reis, arquiteto membro do corpo técnico do SPHAN desde 1938, descreve com mais detalhes a seção editorial do SPHAN:

“Desde os primeiros tempos Rodrigo contava com a colaboração do Luis Jardim, escritor e desenhista emérito que já havia ilustrado o Guia de Ouro Preto de Manuel Bandeira e agora era o organizador das publicações do SPHAN, a Revista e as monografias. Jardim desenhava as capas, escrevia artigos e acompanhava, passo a passo, a impressão daqueles volumes que constituem hoje uma fonte preciosa de conhecimento especializado do nosso patrimônio histórico e artístico. E para sediar esta seção do SPHAN o Diretor conseguiu uma outra sala, fronteira à nossa seção técnica, no sexto andar, onde instalou o Lula (Luis Jardim) juntamente com o amigo do peito e colega de letras e leis, o Prudente de Moraes Neto, o nosso Prudentinho, que já estava colaborando com a Direção. E aí também foi parar, recém vindo do Recife, o Joaquim Cardozo, cuja vasta gama de conhecimentos passou a ser aproveitada nos diversos setores do SPHAN.”¹⁰⁴

O depoimento citado nos leva à centralidade da figura de Luis Saia.¹⁰⁵ O arquiteto e engenheiro civil paulista colaborava diretamente com Rodrigo Melo Franco de Andrade na elaboração das séries editadas pelo SPHAN, além de fazer parte das pesquisas do órgão e escrever artigos, sendo um ator importante no esforço de inserção do SPHAN em uma tradição de estudos “científicos”, publicados em séries editoriais sólidas e dotadas de notório reconhecimento pela adoção dos mais avançados padrões do momento. A adequação da política editorial do SPHAN ao padrão internacional de produção acadêmica levou ao reconhecimento da *Revista* no meio letrado internacional, conforme relata Luis Jardim, quando em visita aos Estados Unidos em 1939:

¹⁰⁴ REIS, José de Souza. “*Documentário sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade e a fase inicial do SPHAN*”. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, série Personalidades/ Rodrigo Melo Franco de Andrade/ caixa 96, pasta 320. fl.1-3.

¹⁰⁵ Luis Saia acompanhou Mário de Andrade na Comissão do Departamento de Cultura de São Paulo que viajou pelo Norte e Nordeste do Brasil em pesquisas sobre o folclore no início da década de 1930. Em 1939 assume a chefia da Regional do SPHAN em São Paulo, substituindo Mário de Andrade. Além de publicar no volume 3 da *Revista do SPHAN*, ainda ministrou diversos cursos no órgão sobre conservação de monumentos, tendo sido professor livre-docente da Escola de Arquitetura da UFMG. APUD.: CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/IPHAN, 2009, Anexo 2, p.436.

“(…) O nosso SPHAN é conhecidíssimo por aqui. E as instituições culturais – museus, galerias, bibliotecas e universidades – estão muito interessadas nas nossas publicações, solicitando a Revista. Do SPHAN daqui levo muitos prospectos. Falei com o diretor, que está interessadíssimo pela nova legislação a respeito. (...)”¹⁰⁶

O envolvimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de seu assistente Luis Saia no processo de diagramação e impressão foi intenso, em grande medida porque os serviços oferecidos pelas gráficas disponíveis no Rio de Janeiro não atendiam satisfatoriamente às demandas da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*. Como já ressaltado na introdução e no primeiro capítulo, as publicações do SPHAN apresentaram uma ordem cronológica que não correspondeu de fato aos anos em que foram lançadas. Além da clara tentativa de construção de uma memória por intermédio da impressão de datas regulares de publicação, é possível também atribuir a irregularidade de lançamento das edições a inúmeros problemas enfrentados no trajeto entre os textos e a finalização das edições. Antes de poder contar com os serviços da Imprensa Nacional, a partir de 1941, a impressão dos exemplares foi feita por duas diferentes oficinas gráficas, o que demonstra que havia alguma insatisfação com a qualidade dos serviços prestados. No excerto de correspondência reproduzido na primeira seção do capítulo, Deoclécio Redig de Campos cita a quantidade de erros puramente tipográficos, ressaltando que a supressão dos mesmos – ou seja, um trabalho bem feito pelas tipografias – seria essencial para que a publicação alcançasse distinção por seu esmero e acabamento.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, por sua vez, queixou-se em 1943 da demora da Imprensa Nacional que prejudicava o lançamento das publicações, consultando o ministro Gustavo Capanema sobre a possibilidade de licitação do serviço entre gráficas privadas e especializadas:

¹⁰⁶Carta de Luis Jardim a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 17 de agosto de 1941. Arquivos pessoais da Fundação Casa de Rui Barbosa, série Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Luis Jardim, fl. 2.

“Senhor Ministro,

Pela circunstância de haver permanentemente acúmulo de trabalho na Imprensa Nacional, esta repartição não tem conseguido que as suas publicações sejam feitas ali no devido tempo, nem mesmo nas condições desejáveis para a feição especial a que devem obedecer.

A despeito da boa vontade e do espírito de cooperação manifestados pelo digno Diretor e pelos demais servidores da aludida Imprensa Nacional, esta se tem visto impedida de corresponder às necessidades do SPHAN com relação às obras que lhe compete editar. Prova desse impedimento é o que ocorre atualmente com a monografia destinada a constituir a publicação n.13 desta repartição, cujos originais foram entregues a Imprensa em 30 de dezembro do ano próximo findo e dos quais as primeiras provas só puderam ser remetidas ao SPHAN há poucos dias, isto é, depois de decorridos mais de 5 meses.

Em tais circunstâncias e atendendo-se a que a execução do programa de publicações deste Serviço já se encontra consideravelmente atrasado, venho solicitar a V. Excia. Queira pleitear do Senhor Presidente da República a autorização necessária no sentido dos recursos concedidos a esta repartição para publicações no orçamento vigente serem aplicados independentemente de concorrência pública ou administrativa, mediante coleta de preços entre oficinas especializadas, por motivo de natureza peculiar e da urgência dos serviços que se têm em vista executar.

Ocorre esclarecer que a dispensa de concorrência solicitada se justifica tanto mais quanto a Revista do SPHAN e a série de Publicações do SPHAN contém textos antigos e ilustrações especiais, cuja reprodução não poderá ser confiada senão a editor familiarizado com tais trabalhos.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Excia os protestos do meu alto apreço.

Rodrigo Melo Franco de Andrade¹⁰⁷

A insatisfação com os atrasos e erros tipográficos se deve ao fato de que, através de suas edições, o SPHAN procurou se qualificar como um órgão dotado de métodos científicos de produção sobre o passado brasileiro, que incluíam a publicação de estudos dotados dos mais modernos recursos gráficos possíveis. Não eram publicações “populares”, possuíam grande volume de páginas – a *Revista* tinha, em média, 300 páginas, enquanto as *Publicações* contavam com aproximadamente 450 páginas - e gravuras impressas em papel especial, em preto e branco e a cores. Rodrigo Melo

¹⁰⁷ Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gustavo Capanema pedindo a mudança do local de impressão dos exemplares da política editorial do SPHAN. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945. Arquivo Central do IPHAN/RJ, Série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 8-9.

Franco de Andrade tinha consciência de que a produção que veiculava se inseriria em um círculo formado por estudiosos, acadêmicos, representantes dos meios políticos e institucionais. Também entraria em um circuito editorial de publicações que, nas décadas de 1930 e 1940, cresceu no Brasil com as políticas governamentais na área da cultura e educação, mas também com a criação das primeiras universidades brasileiras e o crescimento do número de cursos superiores no país. Consciente disso, ele se preocupou com a distribuição dos exemplares entre as instituições mais renomadas no trato com os assuntos e documentos do passado brasileiro. Para atingir esse objetivo, mais uma vez ele mobilizou seu círculo de influência, reunindo informações sobre bibliotecas e instituições para as quais as publicações deveriam ser enviadas. Em 1938, por exemplo, Mário de Andrade reclama o envio do primeiro volume da série das *Publicações do SPHAN* à Biblioteca Municipal de São Paulo:

“(...) Em segundo lugar, uma reclamação danada. O SPHAN não mandou a sua publicação n.º 1, os “Mocambos”, pra Biblioteca Municipal. É um cúmulo positivamente. Peço-lhe inscrever a nossa Biblioteca Pública Municipal, rua 7 de abril ,37, São Paulo, aí na lista dos a quem mandar todas as publicações do SPHAN. Não acha justo? Se não acha, diga quais as razões para discutirmos.(...)”¹⁰⁸

Provavelmente, muitas outras bibliotecas, arquivos e institutos também recebiam a *Revista* e as *Publicações do SPHAN*, que eram vendidas na sede do SPHAN e em diversas livrarias no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador. A variedade de autores que contribuía diretamente de seus estados fazia com que as publicações tivessem certa “capilaridade” nos principais centros intelectuais brasileiros, uma vez que esses intelectuais seriam também responsáveis por mobilizar as redes de contatos regionais para garantir a circulação dos publicações. Aires da Matta Machado, autor de *Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina*, décimo segundo volume da série das

¹⁰⁸Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 11 de novembro de 1937. In *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 110.

Publicações do SPHAN, comenta sobre a remessa de exemplares de seu estudo para a distribuição:

“Meu caro Dr. Rodrigo,

Desculpe-me o involuntário atraso, com que lhe envio, em anexo, a lista de ofertas do livro. Depois de muitas tentativas para a melhor distribuição, resolvi reduzir ao mínimo as remessas para o Rio e S.Paulo, para onde o SPHAN decerto manda os exemplares que eu enviaria e mais alguns. Quase que me limitei a Diamantina e Belo Horizonte. Assim, combinando minha distribuição e a sua, não haverá duplicatas e todas as necessidades ficarão satisfeitas. Já recebi sua comunicação de me terem sido enviados 97 exemplares.

Um abraço do amigo certo,

Aires.”¹⁰⁹

Em outra correspondência, o mesmo Aires da Matta Machado explicita outro aspecto da distribuição e do interesse que as publicações do SPHAN atraíam. Ao servir como veículo de difusão de representações sobre diferentes aspectos da história e da arte brasileiras, presentes em diversas regiões, os artigos e monografias editadas também atenderam a interesses políticos regionais. A valorização da dimensão histórica da ocupação de determinadas regiões durante os ciclos econômicos brasileiros e da profusão artística encontrada foi incentivada por lideranças que tinham esses locais como redutos políticos. Nesse caso, os estudos inseriam-se nos círculos políticos ao constituir uma memória das tradições políticas regionais, da contribuição destas para a unidade nacional e a consolidação do país:

“Meu Caro Rodrigo,

Vai com esta o exemplar que lhe destinei. Não podendo fazer outra coisa, quis escrever a dedicatória com minha própria letra, o que não costume fazer.

Entusiasmado com o livro, o Juscelino Kubitschek ficou interessadíssimo por uma nova edição, para ampliar, ainda mais, a propaganda da sua e minha cidade natal. Espontaneamente, ofereceu-se para me ajudar na consecução desse objetivo. Em uma de suas cartas, você me disse que, feita a ampla e eficiente distribuição do

¹⁰⁹ Carta de Aires da Mata Machado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Belo Horizonte, 14 de maio de 1945. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades, fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, caixa 11 b, pasta 0016, fl.30.

Patrimônio, “poucos exemplares restarão em depósito”. Assim, venho perguntar-lhe se, como suponho, já posso cogitar da segunda edição.

Um abraço do amigo certo,

Aires”¹¹⁰

A *Revista* e as *Publicações do SPHAN* também circulavam entre um público menos especializado, constituído por profissionais liberais e pessoas letradas que desejavam se informar sobre a história brasileira e adquirir mais cultura geral através do conhecimento das artes nacionais. É razoável supor que esse público não fosse desconsiderável nas décadas de 1930 e 1940. A *Revista do SPHAN* possuía tiragem média de 3.000 exemplares, enquanto as *Publicações* saíam em tiragem um pouco menor, de 1.000 exemplares. O preço dos exemplares não era alto, porém, não o suficiente para poder caracterizá-los como publicações acessíveis¹¹¹:

“Uma das contribuições de maior valor prestada pelo SPHAN à cultura brasileira foi o surto de estudos de história da arte por ele amplamente provocado. Os estudos realizados pelo seu quadro técnico e por especialistas cuja colaboração foi solicitada renovaram os métodos de pesquisa e interpretação em história da arte, trazendo-lhes maior segurança, entrando por searas novas e enriquecendo a nossa bibliografia com trabalhos de valor vendidos a preços populares de quatro ou seis mil réis, a fim de que tenham maior repercussão e possam atingir os estudiosos”¹¹²

É importante afirmar, além do já exposto, a importância da *Revista* e das *Publicações do SPHAN* em sua condição material. Os exemplares analisados contém inscrições interessantes, que podem lançar luz, ainda que parcialmente, sobre as múltiplas formas de utilização das edições lançadas pelo SPHAN durante as décadas de 1930 e 1940. Elaborados como objetos editoriais específicos, as duas publicações adquiriram usos variados e às vezes inesperados.

¹¹⁰ Carta de Aires da Mata Machado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Belo Horizonte, 19 de maio de 1945. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades, fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, caixa 11 b, pasta 0016, fl.32.

¹¹¹ Não há indicações sobre os preços das *Publicações*, mas eles deviam ser próximos aos da *Revista*.

¹¹² BARATA, Mário. *Proteção ao nosso Patrimônio Histórico e Artístico no quinquênio 1937-1942*. In.: *Cultura Política*, n.21, Nov/1942. Arquivo Central do IPHAN/RJ. Coleção Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 12-13.

No caso dos exemplares por consultados, o que é possível afirmar é que parte deles foi comercializada, enquanto outros foram distribuídos pelos serviços de propaganda governamental. Alguns exemplos são bastante ilustrativos. O exemplar analisado do volume de número doze da série das *Publicações do SPHAN, Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*, de Aires da Mata Machado, foi adquirido na Livraria J.Leite, situada à Rua São José, número oitenta, porém não há indicação do comprador. Outro exemplo interessante observado é que os volumes de número quatro – o “Diário do Engenheiro Vauhtier”, cinco – um catálogo sobre a “Arte Indígena da Amazônia”, de Heloísa Alberto Torres- e sete – *Fortificações da Bahia*, de João da Silva Campos – das *Publicações* foram adquiridos por uma pessoa não identificada, de sobrenome Souza Filho, no dia três de dezembro de 1942. Já o décimo volume, *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, de Afonso Arinos de Melo Franco, foi dado ao Dr. Pedro de Almeida Moura, também não identificado nas pesquisas. Também se originou de doação do Departamento Nacional de Propaganda o segundo volume da *Revista do SPHAN*. O primeiro volume das *Publicações, Mocambos do Nordeste*, de Gilberto Freyre, foi adquirido por J.H.Teixeira no dia dois de maio de 1941, três anos, portanto, após seu lançamento. Por fim, o terceiro volume da *Revista* possui uma inscrição curiosa. O exemplar, conseguido por um desconhecido “Hamilton” – não se sabe se por meio de compra ou “doação” – junto ao serviço de documentação do SPHAN, foi dado de presente com a seguinte dedicatória: “Para o Tio Heráclito, lembrança de Papai Noel. Rio, 25/12/1944.”

Estes exemplos, dentre vários outros encontrados, informam sobre como os exemplares que compõem o conjunto das séries da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN* consultados para este trabalho percorreram um longo caminho até sua reunião em uma mesma coleção particular. Como eles foram reunidos? Por um

livreiro de obras antigas em algum sebo no Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, ou por seu antigo proprietário, em buscas em sebos atrás de cada exemplar, compras de acervos particulares e doações? Tais dúvidas não puderam ser solucionadas, e ao mesmo tempo em que trazem certo gosto de decepção para o historiador curioso por saber os detalhes, descortinam um universo multifacetado, que somente um estudo metuculoso e uma grande ajuda do acaso – e do zelo dos donos para com seus livros – podem dar conta. Voltemos às correspondências uma última vez antes de finalizar esta seção.

É interessante notar que nem sempre o interesse pela formação cultural e histórica da nação caracterizava uma simpatia dos leitores ao regime comandado por Getúlio Vargas. Rodrigo M.F. de Andrade recebia correspondências de pessoas pedindo o envio de exemplares da *Revista* e das *Publicações*, como a que se segue, em que o requerente afirma ser o SPHAN uma das únicas atividades louváveis do período:

“Meu caro Rodrigo,

Aqui estou, de “palavra presente”, para agradecer-lhe as publicações do SPHAN que a sua bondade fez chegar às minhas mãos.

Desde a criação desse serviço, que reputo dos mais úteis para a formação da verdadeira brasilidade, e uma das raras obras elogiáveis da suposta renovação nacional, venho, com o mais vivo interesse, acompanhando o seu desenvolvimento através dos notáveis exemplares de sua *Revista*, a partir de 1937, trabalhos que conservo com o maior carinho e dos quais só me faltavam, dentre os que recebi, a “Arte Indígena da Amazônia”, o “Diário de Vauthier”, “Fortificações da Bahia” e “Em Torno da História de Sabará”. [...]

Já agora, porém, as gerações presentes e vindouras encontrarão nesse precioso repositório que são as publicações levadas a efeito por sua iniciativa, estudos dignos da maior atenção, por estabelecerem o liame da nossa formação artística.

Abraça-o, sem reservas de admiração e apreço, o muito afetuoso amigo e colega,

Álvaro Lacerda¹¹³

¹¹³ Carta de Álvaro Lacerda a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Rio de Janeiro, sem data. Arquivo Central do IPHAN, série Personalidades, fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, caixa 11 b, pasta 0016, fl. 35.

As inscrições encontradas nos exemplares consultados e as correspondências analisadas, portanto, permitem vislumbrar a multiplicidade de caminhos tomados pelos exemplares da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*. As edições eram produzidas para servirem como veículos de informação e estudo, mas também para serem colecionados. Seu público, em alguns casos, preocupava-se em possuir todos os volumes, valorizando a completude das séries. Eram volumes de estudo, com certeza, mas eram também edições para se colocar na estante, formando um conjunto específico. A impressão de datas fictícias nas capas dos volumes indica esta característica. Para que forjar as datas, visto que os volumes acabaram sendo publicados, a despeito dos imprevistos?

Como vimos, através de sua preocupação em atingir os melhores padrões de impressão e garantir a distribuição dos volumes editados entre as instituições de maior representatividade no círculo educacional e intelectual, Rodrigo Melo Franco de Andrade conseguiu atingir o reconhecimento nacional e internacional das atividades do SPHAN.

Na próxima seção analisaremos como as séries da *Revista* e das *Publicações do SPHAN* foram utilizadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade para garantir a legitimidade do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dentro na esfera pública, a partir de excertos de jornais de grande circulação publicados em diversas capitais do Brasil. Tais artigos manifestam a postura de Rodrigo Melo Franco de Andrade em virtude dos questionamentos que a criação do SPHAN suscitou, e que serão analisadas na última seção do capítulo. Visando garantir a boa aceitação das atividades do SPHAN e a réplica a críticas que lhe eram endereçadas na imprensa, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi figura presente nas páginas de jornais, sempre exaltando os serviços do órgão que comandava e enfatizando o caráter “científico” de

suas atividades, para o qual contribuía em grande medida a *Revista* e as *Publicações do SPHAN*.

2.3. UM ATESTADO DE BONS SERVIÇOS PRESTADOS

A política editorial do SPHAN fez parte do esforço de mediação empreendido no início das atividades de proteção ao patrimônio por Rodrigo Melo Franco de Andrade e a instituição de que era o diretor. Por mais que negasse a intenção de propagandear suas atividades nos prefácios analisados no primeiro capítulo, suas entrevistas em jornais da época, como, por exemplo, o próximo excerto d'O Globo, de dezembro de 1937, desmentem tal posição, ao comprovar uma ampla utilização das publicações como reforço à importância da ação do SPHAN:

“O Sr. Rodrigo de Andrade nos diz:

- “Neste serviço eu sou auxiliado por uma verdadeira equipe de técnicos.”

Pelos nomes que nos vai citando, através de vários trabalhos destinados à *Revista do Patrimônio*, sabemos das atividades que despendem ali o Sr. Gilberto Freyre, esse homem que andou reconstituindo a história da formação brasileira estudando as casas grandes, as senzalas e os mocambos; o memorialista Noronha Santos, para quem são familiares todas as pedras do distrito federal e de quem se afirma que se se transportasse ao Rio de um século atrás nele passearia como velho morador, conhecendo tudo sem necessidade de cicerones; a Sra. Heloísa Alberto Torres que é, sem favor, a inteligência feminina mais bem orientada do Brasil e que em polêmica famosa, revelou que nada ignora da etnografia americana. Aparecem também nomes como os de Marques dos Santos, que não encontra rival no conhecimento do mobiliário antigo, sabendo como eram decoradas as grandes fazendas fluminenses como os palácios do império cujo luxo era mantido pelos escravos e que teve o seu crack com a Abolição. Há ainda colaborações de Afonso Taunay, Augusto Meyer e Mário Melo, gente do sul, do centro e do norte do país, , deixando-nos a impressão que o Brasil inteiro tem que se interessar pelas nossas “coisas velhas”. (...)

O Sr. Rodrigo de Andrade nos previne que não pretende publicidade para o Serviço do Patrimônio. Mas há outros pedaços de nossa palestra que podem aproveitar os leitores e, por isso, vamos dizê-lo. O Serviço do Patrimônio, por exemplo, pretende editar uma revista para a divulgação das matérias e estudos relacionados com as suas atribuições. Vai editar brevemente o “Diário de Louis Vauthier”, o construtor do Teatro Vila Isabel do Recife, que nas suas anotações cotidianas – dizia Aggripino Grieco – deu ao mesmo, um caráter mais nobre, fazendo-o, com seu talento erudito, elemento de cultura. Estão sendo reconstruídos os trabalhos dos jesuítas nos terrenos das Missões e muitos monumentos serão restaurados, a começar pela Casa de Intendência do Ouro

em Sabará onde, talvez, se instale um pequeno museu. O Serviço preparará também os quatro livros de tomo, publicando-se ainda um catálogo geral das coleções públicas e particulares.»¹¹⁴

A publicação de estudos sobre os valores históricos, artísticos e culturais brasileiros era encarada, segundo mostra o documento acima, como a comprovação de que uma nova geração de intelectuais estava materializando a tarefa de proteger a tradição brasileira, participando do projeto do governo Vargas, do Ministério da Educação e Saúde e do SPHAN. Nesse sentido, a atividade editorial do SPHAN foi amplamente utilizada como um “atestado de bons serviços prestados à nação”, a comprovação de que o Brasil finalmente estaria consciente do valor de sua história e de seus monumentos.

É importante ressaltar que o sucesso alcançado pelos volumes editados pelo SPHAN é em grande medida atribuído a Rodrigo Melo Franco de Andrade, cujas principais características ressaltadas referem-se à confluência entre erudição, pragmatismo e senso de iniciativa. Como bem analisado por José Reginaldo Gonçalves, a atuação de Rodrigo M.F. de Andrade na imprensa visou consolidar a visão de que a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional era uma “causa”, uma tarefa que extrapolava o âmbito institucional, misturando-se com a perspectiva de uma “missão”, qual seja, a de salvar o passado e a tradição do perigo eminente da perda.¹¹⁵ Aqui seguimos a linha de raciocínio do autor, procurando mostrar como Rodrigo Melo Franco de Andrade, através da política editorial do SPHAN e de sua participação nas discussões veiculadas na grande imprensa procurou não apenas afirmar uma determinada memória nacional, mas também consolidar uma memória sobre si próprio e o grupo de intelectuais e profissionais que colaboraram com o SPHAN, o que os

¹¹⁴ *Sem Título*. In.: O Globo, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1937. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, Coleção Personalidades, Série Rodrigo Melo Franco de Andrade – Produção Intelectual, subpasta Recortes de Jornais, caixa 106, mod.034.

¹¹⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. 2.Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2002.

depoimentos de Lúcio Costa e José de Souza Reis analisados páginas atrás mostraram com clareza.

Somava-se à valorização da “causa” do patrimônio a constatação de que o governo Vargas destinara um papel especial aos intelectuais na tarefa de construir um novo homem brasileiro:

“A atividade de Rodrigo Melo Franco de Andrade é a de um construtor de primeira ordem. Com uma obra imensa a realizar, tem se esforçado para desenvolver um programa sem nada de suntuoso nem de grandioso, mas útil e exequível. Em matéria de letra de fôrma o Serviço já divulgou, por exemplo, um ensaio de Gilberto Freyre sobre os mocambos do nordeste e promete uma série de edições da maior importância para o estudo científico de nossa realidade artística e histórica. É de agora o aparecimento de uma excelente Revista, que conta com a colaboração de vários especialistas.

Pelo que vem realizando em favor da cultura nacional e pelo que vai tentando no sentido de valorizar o trabalho intelectual no Brasil, o presidente Vargas se apresenta a justa admiração dos seus contemporâneos como criador da única política do espírito e da inteligência humana.”¹¹⁶

A oposição entre tais características e a opinião a respeito dos intelectuais e políticos da República Velha foi uma das estratégias discursivas que frequentemente apareceram em artigos de jornais, justificando, inclusive, as atividades no setor cultural implementadas pelo governo de Getúlio Vargas. Nesse sentido, o SPHAN seria um substituto às antigas instituições dedicadas mais à política do que à proteção dos monumentos, e que só contribuía para a dispersão dos esforços de identificação do “espírito nacional”:

“O patrimônio histórico e artístico nacional despertou. Está organizado, há cerca de um ano, em todo o país, um serviço especial subordinado ao ministério da educação, destinado ao tombamento e defesa das nossas preciosidades artísticas, monumentos históricos e tudo que contenha valor documental para o estudo da nossa evolução nacional.

Esse novo departamento foi confiado a um de nossos mais ilustres escritores, o Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Um homem de letras que reúne às qualidades de sua inteligência lúcida e culta, a energia e capacidade pragmática de um realizador. Dispondo, por enquanto,

¹¹⁶ CAVALCANTI, Valdemar. *O intelectual na vida pública*. In.: *Revista dos Funcionários Públicos*, vol. 7, maio de 1938. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 13.

de recursos materiais muito modestos para uma empresa de tal vulto, o diretor do SPHAN já conseguiu, entretanto, com a cooperação de diretores regionais bem escolhidos, levantar sobre bases seguras a organização do serviço.

A característica principal da atuação do Sr. Gustavo Capanema num ministério ocupado anteriormente por alguns expoentes tão clamorosos da inércia e da incapacidade, são as muitas iniciativas inteligentes de caráter cultural, que deixarão assinalada de modo inapagável a sua gestão. O estímulo e proteção às atividades intelectuais, à produção literária e artística; o desenvolvimento da literatura infantil; o lugar conferido às artes plásticas entre as preocupações do poder público; serviços como o do patrimônio histórico e artístico, e, sobretudo, a valorização e aproveitamento dos valores autênticos, fora do velho critério dos medalhões, constituem títulos bastantes para absorver o ministro dos seus possíveis erros em outros setores.

Acaba de ser publicado o primeiro número da “Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, publicação semestral. É um belo volume de caprichosa feição gráfica e contendo material interessantíssimo. A Revista – explica no artigo de abertura o Sr. Rodrigo M.F. de Andrade – não se destina à propaganda do SPHAN, mas antes de tudo, à “divulgar o conhecimento dos valores da arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo.”¹¹⁷

É necessário fazer uma crítica das fontes utilizadas nesta seção. Os artigos de jornais são fontes ricas e específicas, e que se nos ajudarão bastante aqui, precisam, no entanto, ser situadas no contexto das décadas de 1930 e 1940 no Brasil. Durante o governo de Getúlio Vargas foi exercido um forte controle sobre a imprensa, com a ocorrência de diversos “empastelamentos”, fechamentos e prisões. A censura prévia de todos os meios de comunicação foi institucionalizada em 1937, e a imprensa passou a ser considerada “serviço de utilidade pública”, com a obrigatoriedade de veiculação de comunicados do governo sob pena de fechamento do jornal e prisão de seu diretor. As atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda, já expostas no primeiro capítulo, articularam a censura com uma intensa produção jornalística através da Agência Nacional, que centralizava a produção distribuindo as matérias gratuitamente

¹¹⁷ “Uma iniciativa de ordem cultural”. In.: A Tarde, Rio de Janeiro, 23 de março de 1938. Arquivo Central do IPHAN, série Personalidades/ Rodrigo Melo Franco de Andrade – Trabalhos de Terceiros/ caixa 116, pasta12, mod.034, fl. 31.

ou de forma “subvencionada”, o que tornava mais difícil o trabalho das empresas particulares.¹¹⁸

Se é necessário relativizar, portanto, a presença das matérias jornalísticas sobre o SPHAN na imprensa, há de se admitir que o universo coberto pelo jornalismo de noticiário já era bastante grande para justificar, por exemplo, a ausência dos assuntos sobre o patrimônio, ainda desconhecidos do grande público. Neste ponto entra em cena mais uma vez a figura multifacetada de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor, editor, e também jornalista, com experiência nacional e internacional durante as décadas de 1910 e 1920. Com larga experiência adquirida em mais de duas décadas de atuação na imprensa, o diretor do SPHAN, além de contar com o apoio dos serviços governamentais de informação, possuía trânsito no meio jornalístico, bem como no político, como poderá ser observado nos artigos selecionados.

Um aspecto que salta aos olhos na análise dos artigos de jornais é que em suas matérias e entrevistas Rodrigo Melo Franco de Andrade sempre adotou um tom conciliador, político, ressaltando as iniciativas regionais que haviam logrado sucesso e procurando estabelecer vínculos entre elas e o que o SPHAN se propunha a fazer em nível nacional. Na condição de diretor do SPHAN ele representou o órgão em viagens por vários estados, principalmente naqueles em que foram instaladas as chefias regionais, procurando se posicionar, em artigos de jornais e entrevistas, a favor do SPHAN enquanto um articulador de esforços já existentes, canalizando as iniciativas estaduais em prol de uma campanha sistemática de proteção dos monumentos. Com essas intervenções na imprensa, procurava atingir consenso quanto à necessidade de

¹¹⁸ Sobre o assunto ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2009.

uma instituição federal, enfatizando que os esforços regionais eram de grande importância para o sucesso da empreitada:

“Quanto aos serviços gerais da repartição que dirijo, devo dizer-lhe que temos encontrado apoio confortador na opinião nacional e cada vez precisamos mais da cooperação ativa das populações dos Estados. Encontrei agora ambiente favorável nos quatro Estados do Norte que visitei – Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Nessa excursão, pelo que vi, fortaleceu-se ainda mais a minha convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é muito mais valioso do que poderia parecer, à primeira vista, aos que se preocupam com as riquezas, nesse particular, da Grécia e do Egito, por exemplo. Precisamos, para realizar a obra que nos propomos, da colaboração de todos, em todo o território nacional.”¹¹⁹

Rodrigo Melo Franco de Andrade e os chefes das regionais do SPHAN tiveram o papel de mediadores, de acordo com a definição exposta anteriormente, entre o novo órgão e instituições herdeiras de outras tradições intelectuais, integrantes de “políticas da memória” identificadas com o período imperial ou com a Primeira República. Em sua visita à Paraíba em 1938, ele destacou o esforço de articulação:

“(…) Ao concluir, o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade se referiu aos benefícios que obtivera desta rápida visita à Paraíba, dentre os quais salientou o intercâmbio iniciado com as instituições locais. Acentuou particularmente a sua satisfação de encontrar todo o apoio e solidariedade da parte do Governo do estado, através das declarações do seu representante, o Dr. Raul de Góes. (...)”¹²⁰

Para conseguir efetivamente ter acesso às instituições regionais era preciso não somente estar inserido no meio intelectual. O auxílio dos políticos era de grande importância, uma vez que instâncias como os institutos históricos e geográficos e associações muitas vezes contavam com autoridades entre os ocupantes de seus principais cargos. Por intermédio de Gustavo Capanema, ministro da Educação e a

¹¹⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Entrevista a O Jornal, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1939. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 12.

¹²⁰ “A Paraíba possui um monumento de arte que não se encontra semelhante em todo o Brasil.” A Imprensa, João Pessoa/PB, 22 de agosto de 1939. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 25.

quem o SPHAN se subordinava, tal apoio político foi conseguido, facilitando o contato com os institutos e associações estaduais:

“Em matéria de conservação das riquezas artísticas e dos documentos históricos – disse – a Bahia foi a precursora de uma legislação especial. Antecedeu à União. E mito justificadamente, porquanto aqui reside o que há de mais interessante e valioso no assunto. (...)”

Declarou ainda o entrevistado esperar encontrar da parte das autoridades estaduais e municipais uma franca colaboração. Ontem mesmo esteve com o titular interino da Prefeitura, mantendo cordial palestra em torno da conciliação necessária entre os interesses do Patrimônio Nacional e as cogitações urbanísticas. Com outras autoridades se entenderá o Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade.¹²¹

Além de explicitar a importância dos contatos políticos para as atividades nos estados, este fragmento de matéria jornalística ainda toca em um ponto central no argumento utilizado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para atrair os esforços regionais. Ele se constituiria na afirmação de que as iniciativas regionais teriam antecedido o SPHAN na tarefa de recuperação do passado, mas que a dispersão dos esforços contribuiria para o fracasso da empreitada. O SPHAN seria, por sua vez, a culminância desses esforços, constituindo um órgão federal e articulado. Assim, em suas entrevistas e palestras, Rodrigo Melo Franco muitas vezes contemporizou, “fez política”, destacando o pioneirismo nos estados e uma “herança” materializada no SPHAN, como nos recortes escolhidos e reproduzidos abaixo, de jornais mineiros e pernambucanos:

“(...) em 1925 (...) o chefe do governo estadual, o Presidente Melo Viana, tomou a iniciativa de constituir uma comissão para estudar o problema e sugerir-lhe as medidas que se afigurassem necessárias. Essa comissão foi composta do Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio Cabral, o novo Arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, o Arcebispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério dos Santos, o historiador e então presidente do Senado Estadual, Diogo de Vasconcelos, o Diretor da Instrução do Estado e também historiador Lúcio dos Santos, o deputado e igualmente historiador Nelson de Senna, o acadêmico Augusto de Lima, deputado federal, que no ano

¹²¹ “Chegou à cidade Rodrigo Melo Franco de Andrade, chefe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. O Estado da Bahia, 15 de agosto de 1939. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 19.

anterior apresentava à Camara um projeto proibindo a saída do país de obras de arte antiga, o escritor Gustavo Penna, o engenheiro Ângelo de Macedo, o chefe de gabinete do Secretário do Interior, Francisco Negrão de Lima, atual governador da Guanabara, e o jurista Jair Lins. Não poderia ser organizada comissão mais representativa do que aquela, uma vez que, além de contar com as personalidades que conheciam melhor o patrimônio histórico mineiro e exerciam funções importantes no meio, incluía os titulares prestigiosos das três únicas arquidioceses na época existentes em Minas Gerais, sob cuja jurisdição se achavam os monumentos e obras de arte religiosa situados no território do Estado.[...]

Encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente Melo Viana, o aludido projeto, como um que o precedera e outro muito posterior com o mesmo objetivo, deixou de ter andamento prático. Somente depois de decorridos mais de 12 anos de sua apresentação, no governo do benemérito presidente Getúlio Vargas e graças ao patriotismo esclarecido de seu grande ministro da educação, nosso peclaro patrício Gustavo Capanema, foi que as medidas preconizadas pela ilustre comissão mineira puderam ser convertidas em lei federal.

Entretanto, o que cabe acentuar sobretudo, neste momento, ao me referir ao trabalho daquela comissão, é o fato de a organização vigente de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional proceder de aspiração e iniciativa genuinamente mineiras, da responsabilidade de um dos presidentes mais populares que o Estado já teve, endossada pelas autoridades mais eminentes da Igreja e pelos vultos exponenciais da cultura de Minas. Tal circunstância deve ser evocada a fim de que não só os agentes dos poderes públicos civis e os representantes do Clero, como também todo o povo mineiro, se solidarizem com os desamparados servidores da causa da preservação do legado, já tão diminuído, que nossos antepassados nos transmitiram. ¹²²

Gilberto Freyre, por sua vez, foi responsável pela articulação das redes intelectuais no nordeste, utilizando-se da notoriedade que adquirira como grande estudioso da formação sociocultural brasileira para congregar esforços para o trabalho de inventário e proteção dos monumentos históricos e artísticos. Gilberto Freyre, em conferências que realizava, procurava sempre enfatizar as atividades que recentemente vinham tomando curso no sentido de proteger a tradição nacional:

“No momento de renovação da vida intelectual brasileira, tem sido grande a atuação dos historiadores mais jovens, rompendo com a história convencional por meio de métodos mais científicos de análise sem que de modo nenhum a história seja sacrificada em suas qualidades artísticas. Ao contrário, disse o professor Gilberto Freyre, a interpretação do passado oferecida pelos novos historiadores do Brasil, sendo mais profunda, mais humana, mais social, é também mais vívida e mais intensa.

¹²² Comunicação de Rodrigo M F de Andrade em ocasião das comemorações do 257º aniversário de Ouro Preto, em 1º de julho de 1968. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Discursos e Conferências, fl. 08.

Referiu-se ao trabalho dos novos antropologistas [sic], sociólogos, psicólogos, e às atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tão prestigiado pelo presidente Getúlio Vargas, destacou ele também o Departamento de Cultura em São Paulo, organizado por um intelectual de alto valor, o prof. Mário de Andrade, o Instituto de Educação de São Paulo, organizado por Fernando de Azevedo.(...)Ao mesmo tempo, o Brasil podia orgulhar-se de instituições tradicionais de alta cultura, como o Museu Nacional e o Instituto Manguinhos, centros de trabalho intenso e criador.”¹²³

Alguns intelectuais estrangeiros que colaboravam com o SPHAN também contribuía para a divulgação das atividades do órgão, e, em consequência, de seus estudos. Um desses intelectuais foi Robert C. Smith, historiador da arte especializado no barroco luso-brasileiro, que foi autor de referências ao SPHAN em publicações americanas especializadas:

“Sobre o merecimento das publicações acima enumeradas, ocorre citar o conceito emitido a seu respeito no “Handbook of Latin American Studies” de 1938, editado pelo “The Committee on Latin American Studies” do American Council of Learned Societies (Cambridge – Massachusetts, Harvard University Press, 1939):

“... the SPHAN, organization which for the last few years has been doing admirable service in the various fields of Brazillian art and archeology.”¹²⁴

“The official organ of a governmental department devoted to the preservation of historic buildings and sites. Contains almost exclusively short monographs on colonial craftsmen and their work. Most of the articles are written by members of the staff and are concerned with the results of undertakings and research sponsored by SPHAN. There are special bibliographies, but no book reviews. The illustrations, sometimes in color, are very fine.”¹²⁵

Portanto, além de um esforço de articulação entre profissionais e intelectuais de diferentes tradições e filiações institucionais, Rodrigo Melo Franco de Andrade também procedeu à organização das atividades editoriais do SPHAN tendo em mente que os colaboradores envolvidos deveriam possuir reconhecimento público, para que pudessem

¹²³ O Jornal, Recife/PE, 1º de outubro de 1938. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, Série Personalidades, Pasta “Gilberto Freyre”, Caixa 0042, pasta 147, fl.12.

¹²⁴ Relatório de Atividades do ano de 1939 e projeções para o ano de 1940 - Documento interno do Ministério da Educação e Saúde. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl 12.

¹²⁵ “*Latin American Periodicals currently received in the Library of the Congress and in the Library of the Department of Agriculture*”, 1944. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 7.

contribuir para o aumento de credibilidade do SPHAN. A consolidação e o reconhecimento públicos atingidos pela política editorial do SPHAN foram, por sua vez, utilizados como argumento para justificar a existência do órgão e também para requisitar ao governo federal mais recursos. As verbas repassadas ao SPHAN foram frequentes, mas seu valor era insuficiente para o pagamento de todos os profissionais envolvidos nas pesquisas. Apesar da escassez de recursos, a seção de imprensa manteve-se ativa, publicando os volumes à medida em que os artigos e monografias chegavam e eram revisados.

Para terminar esta seção, é necessário frisar que as séries editadas pelo SPHAN contaram com uma grande vantagem ao serem participantes de um esforço editorial de um órgão governamental. Em primeiro lugar por não serem publicações que visavam o lucro. Dentre as iniciativas editoriais citadas no primeiro capítulo, a grande maioria era de cunho acadêmico e institucional, porém periódicos como a *Revista do Brasil*, *Dom Casmurro*, *Boletim de Ariel* e outros foram frutos de iniciativas particulares. Algumas envolveram investimentos em aquisição de maquinário gráfico, contribuindo para o aprimoramento da imprensa no Brasil. Por isso mesmo, esperava-se que essas publicações dessem lucro, como define bem a frase de Monteiro Lobato, que, a respeito de seu empreendimento editorial dizia: “faço livros e vendo-os, exatamente o negócio do que faz vassouras e vende-as, do que faz chouriço e vende-os”.¹²⁶ O SPHAN, por meio de suas dotações ou de verbas adicionais, conseguiu imprimir seus volumes, se não da maneira como pretendiam – como foi possível perceber mais atrás no capítulo -, pelo menos com a certeza de que não teria de recuperar o investimento. Após 1941 o SPHAN passou a contar com os serviços da Imprensa Nacional, o que eliminou o custo de impressão dos volumes. A ineficiência dos serviços, como se viu anteriormente,

¹²⁶ DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p.68.

chegou a fazer Rodrigo Melo Franco preferir os serviços de particulares, mas de toda forma se configura um privilégio frente a muitas outras iniciativas editoriais poder abster-se de preocupações financeiras para publicar livros e revistas.

Em segundo lugar, o órgão desfrutava de vantagens no que toca à postagem e à distribuição dos volumes, mais uma vez por fazer parte da estrutura administrativa do Governo Federal. Se os Correios muitas vezes eram alvo de críticas pela demora na entrega de correspondência e encomendas, o SPHAN não poderia reclamar das tarifas, visto que enviavam as encomendas por malote, conforme apurado nas correspondências.

Se o órgão gozava de privilégios frente a outras instâncias culturais que publicavam livros e revistas, por outro lado a escassez de recursos foi motivo constante de queixa de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que via nesse aspecto um dos principais entraves às atividades necessárias à divulgação do patrimônio nacional:

“Sem dúvida, será muito pouco o que se pôde realizar, relativamente ao muito que há por fazer no Brasil para a proteção efetiva e o conhecimento suficiente do patrimônio de arte e de história do país. Mas foi incontestavelmente muito, tendo-se em vista que o SPHAN empreendeu todos esses trabalhos provido apenas de um quadrozinho técnico de 11 mensalistas e contratados, acrescido de 3 funcionários efetivos, de carreira administrativa, convertidos também em técnicos, irregularmente.

Confesso-lhe que sinto vergonha de aceitar a utilização por este Serviço do tempo integral de um especialista do valor do Lúcio Costa, mediante a remuneração mensal de Cr\$ 1.840,00. Tenho igualmente extremo vexame da repartição pagar ainda muito menos que isso a todos os seus demais técnicos, rapazes e moças de grande merecimento e cuja dedicação nunca poderei encarecer bastante. Por fim, não posso deixar de experimentar também o maior acanhamento em relação a numerosos outros companheiros, que vêm desde os primeiros tempos trabalhando continuamente pelo SPHAN e que até hoje nem contratados ou mensalistas são, correndo a despesa com sua remuneração por conta de dotações destinadas a custear as atividades do Serviço: entre estes se encontram homens indispensáveis como o perito em moldagens Eduardo Telles, o engenheiro Joaquim Moreira Cardozo, o Mário de Andrade, o arquiteto Luiz Saia, encarregado dos serviços em São Paulo, e o arquiteto Alcides da Rocha Miranda.

Não pude ser mais conciso, porque senti a necessidade de lhe explicar franca e precisamente a nossa situação. A despeito disso, espero que você tenha a bondade de tomar conhecimento de tudo o que escrevi e conto com sua ação em defesa deste Serviço.

Do amigo e admirador muito devotado,

Rodrigo Melo Franco de Andrade¹²⁷

Finalizamos esta seção constatando mais uma vez que a política editorial do SPHAN teve peso considerável no processo de legitimação pública das atividades da instituição e também na consagração da figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, servindo inclusive como argumento para as reivindicações do órgão perante o Ministro Gustavo Capanema. Seriam, de fato, uma espécie de “atestado de bons serviços prestados”, não só ao governo ou ao ministro, mas principalmente à nação.

A análise dos artigos de jornais aqui empreendida visou mostrar como a busca de excelência editorial e articulação de instituições, intelectuais e profissionais dotados de autoridade nos assuntos relacionados ao estudo do passado foi utilizada por Rodrigo Melo Franco de Andrade como um argumento que comprovava a eficiência do SPHAN, participando ativamente do processo de legitimação da proteção aos monumentos e da produção de representações sobre o nacional. Segundo as matérias jornalísticas sobre o SPHAN, as elaboradas pelo próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade ou provenientes de suas entrevistas e os depoimentos expostos, depreende-se um clima de intensa cooperação, trocas de informações e afinidade intelectual. Mais uma vez é preciso salientar o esforço de criação de uma visão sobre o SPHAN que se cristalizaria no decorrer das décadas de 1940, 1950 e 1960, constituindo uma verdadeira memória da instituição e de seus primeiros funcionários. Estudos como o de Maria Cecília Londres

¹²⁷ Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao ministro Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, agosto de 1943. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 12-13.

Fonseca¹²⁸, preocupados em analisar a trajetória das políticas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil da década de 1930 até o final do século XX, já deixaram claro o quanto o assunto “patrimônio” esteve ligado às figuras de Rodrigo Melo Franco de Andrade e dos “modernistas na repartição”.¹²⁹

A constatação deste esforço de memória do próprio SPHAN leva, no entanto, ao questionamento sobre as ausências, sobre os “esquecimentos” resultantes dos conflitos que com certeza ocorreram para a implantação de um serviço de proteção ao patrimônio histórico e artístico, assunto que, como vimos, relacionava-se com diversos setores intelectuais e profissionais. Seria ingenuidade reproduzir o discurso afirmado pelos colaboradores do SPHAN, confiando mais do que o recomendável nos documentos. Na próxima seção, que encerra este capítulo, trataremos das relações conflituosas entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e três intelectuais ligados a correntes intelectuais e profissionais que mereceram pouca ou nenhuma atenção por parte do SPHAN. A partir da análise de três casos diferentes, terminarei o capítulo mostrando como o processo de articulação que caracterizou a organização da política editorial do SPHAN respeitou uma dinâmica de inclusões e exclusões seletivas, afinadas com os objetivos pragmáticos do recém criado órgão e de seus colaboradores.

¹²⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 2005.

¹²⁹ Esta expressão é utilizada para designar os intelectuais e arquitetos identificados com o modernismo – movimento intelectual iniciado na década de 1920 e que se ramificou em várias correntes a partir de 1928, participando com grande destaque das políticas culturais do Estado Novo – e a corrente da arquitetura “moderna”, fortemente influenciada pelos congressos do CIAM e pelas concepções do arquiteto francês Le Corbusier. Lauro Cavalcanti adotou tal expressão como título de um de seus livros, no qual reúne aos principais artigos publicados pelo grupo “modernista” do SPHAN na *Revista do SPHAN*. Ver: CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993.

2.4. DISPUTAS POR ESPAÇOS, POR AUTORIDADE E POR CARGOS PÚBLICOS

Mapeado o percurso adotado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e seus colaboradores para a concretização da política editorial do SPHAN, cabe ressaltar que ela também esteve envolvida nas discussões sobre a legitimidade do órgão e nos conflitos entre correntes de pensamento que divergiam quanto ao caráter imposto às políticas de proteção da memória nacional. A correspondência que se segue, de Mário de Andrade a Rodrigo M.F. de Andrade, sugerindo nomes para ocupar os cargos no recém criado SPHAN pode se somar às demais já reproduzidas e explicitar as várias cunhagens e fronteiras existentes no meio intelectual brasileiro:

“Rodrigo,

Quanto à indicação dum indivíduo pro SPHAN matutei duas horas e depois mais um tempo matutei dialogando com o Sérgio Milliet. É difícil...Um nome se imporia: Jose Wash Rodrigues. Esse já tem prática e conhecimentos feitos em anos. Mas franqueza: temo faça da coisa, uma sinecura. Além disso, o Wash conhece arquitetura colonial, disso ele entende, mas é um pintor ruinzinho, coitado, e dum passadismo completamente ininteligente. Além disso, está cheio de dinheiro, o que é perigoso.

Me diga uma coisa: o fulano é contratado, contrato precário, seis meses, quanto tempo? Pode-se retirar o cargo em qualquer tempo?

Outro em que a gente poderia pensar talvez é no Afonso de Taunay. Mas é outro, meio sinecurista e não se dedica. É também passadista, sempre na burrice.

No caso ser possível experimentar e não dando certo retirar o cargo, poderia propor um rapaz bastante inteligente, estudante de engenharia, dedicado à arquitetura tradicional, não passadista: Luiz Saia. Tem o defeito de ser integralista. Serviria, havendo esse complexo de inferioridade? Sei que é ativo e como vivo em contato com ele, poderia orientá-lo bem.¹³⁰

Mesmo não tratando diretamente da política editorial do SPHAN, a correspondência contribui para o que se quer mostrar nesta última seção. Dois grupos

¹³⁰ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 6 de abril de 1937. In.: Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo M.F. De Andrade. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p.65.

são bem demarcados por Mário de Andrade. Um composto pelos integralistas e outro, mais amplo, pelos passadistas. Conforme foi analisado, em muitos casos Rodrigo Melo Franco de Andrade agiu de maneira a aproveitar a contribuição dos diversos grupos intelectuais na medida em que interessassem aos estudos e confluíssem com os conceitos cunhados pelo SPHAN. Temos, por exemplo, o caso de Affonso D'Escragnolle Taunay, considerado por Mário de Andrade como “sinecurista”, “passadista” e “pouco dedicado”, mas que contribuiu com pesquisas, artigos publicados na *Revista do SPHAN* e com um volume das *Publicações do SPHAN*. Diretor do Museu Paulista do Ipiranga, foi membro do Conselho Consultivo do SPHAN, participando da dinâmica de legitimação própria e das instituições de que fazia parte.

O mesmo não se pode dizer de Gustavo Barroso, principal articulador de um “ufanismo patriótico”¹³¹, identificado com uma prática colecionadora de insígnias, objetos e artefatos militares, adotada no âmbito das atividades do Museu Histórico Nacional. Esta instituição se consolidara a partir de sua criação, em 1922, como um local de produção e estudo sobre a prática museológica e conservacionista, e Gustavo Barroso participou desde a década de 1920 de ações de preservação cultural, ajudando

¹³¹ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 169. Segundo a autora, “o Museu Histórico Nacional não era propriamente um lugar de produção da história nacional, mas uma agência oficial destinada a conservação, a legitimação e a veiculação de uma noção de história”. Conforme veremos, o SPHAN se afastou das concepções de Gustavo Barroso e do Museu Histórico Nacional justamente por ter entre suas propostas centrais a produção de uma história nacional, da arte, da arquitetura e dos monumentos. Ver: ABREU, Regina de. O paradigma evolucionista e o museu. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 27, 1995, p. 12. Adiciona-se a isso a ligação entre o nacionalismo conservador e o romantismo de Gustavo Barroso, para quem a nação era concebida como uma espécie de “entidade emotiva”, certificadora da singularidade dos povos, motivadora de sentimentos nacionais baseados na tradição histórica. Ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990, p.43.

na elaboração de iniciativas estaduais em Minas Gerais nas gestões de Melo Viana e Antônio Carlos de Andrada.¹³²

Gustavo Barroso foi nomeado, como diretor do Museu Histórico Nacional, membro do Conselho Consultivo do SPHAN, uma vez que ele deveria ser composto, segundo o Decreto-Lei 25/1937, por estudiosos de “notório saber” nomeados pelo presidente Getúlio Vargas e pelos diretores dos museus nacionais. Ele participou das reuniões do Conselho Consultivo, mas estas não eram frequentes, e Gustavo Barroso foi “esquecido” entre o vasto grupo de intelectuais que colaboraram com o SPHAN. Nas publicações editadas pelo órgão há pouquíssimas menções aos estudos de Gustavo Barroso e dos profissionais do Museu Histórico Nacional. Segundo Márcia Regina Chuva, Gustavo Barroso veiculou suas queixas com relação ao “grupo do SPHAN” nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, refutando artigos veiculados na *Revista do SPHAN*:

“[...] já tive a ocasião de ver, aliás, com tristeza, num estudo que publicou na bela *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, a nota redacional de que a diretoria do mesmo se excluía de qualquer responsabilidade nos conceitos emitidos. Também me vi forçado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, a refutar seus patrióticos, mas infundados propósitos da criação dum pseudo estilo em mobiliário – D. Maria I, *utópico e ucrônico*, como diria o divino Platão [...]. E ainda por ter lido o que escreveu *especialmente* para a simpática revista *Acrópole*, de São Paulo, no seu número de maio do ano corrente.”¹³³

A diferença entre as concepções de Gustavo Barroso e as do grupo que colaborou com o SPHAN estava nos valores que fundamentavam suas práticas preservacionistas. Barroso pregava a existência de uma “continuidade histórica” que associava as ideias de *passado* e *antigo* à de *tradição*. Visava ensinar, transmitir e

¹³²CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 126.

¹³³BARROSO, Gustavo. *Exame de Consciência*. In.: *Anais do Museu Histórico Nacional*, n.4, 1947, p.594. Apud: CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 128-9.

afirmar valores do passado no presente¹³⁴. Os intelectuais que fundaram e participaram das atividades do SPHAN, por sua vez, constituíram vínculo entre as categorias de *tradição* e *modernidade*, projetando os caracteres da nacionalidade para um futuro de redenção¹³⁵, chocando-se de frente com as visões de Gustavo Barroso.

Se no caso de Gustavo Barroso a estratégia adotada foi o silêncio, relegando o intelectual às instâncias produtoras de discurso por ele comandadas, o caso de outro intelectual pode deixar ainda mais claro como as intrigas envolvendo a política de preservação do patrimônio e as práticas editoriais do SPHAN se desenvolviam na esfera pública, participando de diferentes círculos – político-institucional, intelectual e artístico.

Um dos maiores e mais vorazes críticos de Rodrigo Melo Franco de Andrade e seus colaboradores no SPHAN foi, com certeza, José Mariano Filho. Este intelectual, diretor da Escola Nacional de Belas Artes e principal expoente do estilo arquitetônico neocolonial brasileiro, era considerado pelo círculo de intelectuais ligados ao SPHAN um tradicionalista, herdeiro das práticas bacharelescas e antigas, identificadas com um “culto ao passado”¹³⁶. José Mariano Filho apresentou várias sugestões quando do processo de implantação do órgão, que foram sumariamente ignoradas. Ele propôs em

¹³⁴ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 166-169.

¹³⁵ Conforme citado na introdução, diversos estudos seguem esta linha de argumentação, dos quais se destacam: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em “pedra e cal”*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da PUC-SP. 1995; GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000; CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/Iphan, 1997; MICELI, Sérgio. *SPHAN: Refrigério da cultura oficial*. Revista do Patrimônio, n.22. Rio de Janeiro: IPHAN, 1987;

¹³⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. *A invenção do patrimônio e a memória nacional*. In.: BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.). *Capanema: Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 98.

1936 a criação de uma Inspeção Nacional dos Monumentos de Arte, órgão centralizador e ao qual ficariam subordinadas as decisões referentes aos monumentos e o próprio SPHAN. Rodrigo Melo Franco de Andrade, em carta do mesmo ano, enviou sua resposta ao projeto, fazendo severas críticas ao plano do intelectual:

“O projeto de criação de uma “Inspeção de Monumentos Públicos de Arte”, subordinada à diretoria do SPHAN, não parece conciliável com o plano elaborado pelo Professor Mário de Andrade e já aprovado pelo presidente da República no sentido da organização do referido órgão.

Efetivamente, logo ao primeiro exame atento do projeto se verifica que, absorvendo todas as atribuições da diretoria do SPHAN no tocante aos bens imóveis de interesse artístico ou histórico existentes no território nacional, a Inspeção alvitrada constituiria um compartimento estanque no organismo do SPHAN. Tais seriam as suas atribuições que, em tudo quanto diz respeito aos monumentos arquitetônicos pelo país inteiro, nem a diretoria, nem o conselho consultivo, nem as comissões regionais de tombamento, nem o conselho fiscal, nem a seção de publicidade poderiam opinar, nem intervir. Nesse vasto domínio os poderes do Inspetor Geral, auxiliado pelos assistentes técnicos, seriam soberanos. Ora, considerando-se que, segundo o plano traçado pelo Sr. Mário de Andrade, a Diretoria deve ser um “órgão gerador” de toda a atividade do SPHAN, só há concluir que seria mais praticável deferir ao Inspetor Geral todas as atribuições que o projeto do Dr. José Mariano Filho porventura não lhe tenha reservado e que restassem à diretoria de acordo com o plano aprovado, do que acomodar a Inspeção alvitrada no organismo do SPHAN, tal como este foi concebido.

De resto, o projeto em apreço é não só inconciliável com o espírito que presidiu à elaboração do plano do Sr. Mário de Andrade, mas também com a própria estrutura do SPHAN, na medida em que as atribuições da Inspeção se revelam incompatíveis com as funções que cabem ao Conselho Consultivo, às Comissões Regionais de Tombamento, ao Conselho Fiscal, etc, conforme plano aprovado pelo presidente da República. Por conseguinte, não havendo possibilidade de incluir a Inspeção de Monumentos Públicos de Arte na organização do serviço traçada pelo diretor do Departamento Municipal de Cultura de S. Paulo, cumprirá escolher entre o projeto de autoria do Dr. José Mariano Filho e o do Sr. Mário de Andrade.

A esse respeito, devo ponderar que, embora o primeiro tenha, talvez, a vantagem de ser mais singelo e econômico que o segundo, a adoção deste último se recomenda quer por já ter merecido a aprovação do Chefe de Estado, quer pela conveniência de se organizar o serviço com amplitude suficiente para corresponder às necessidades de proteção efetiva do patrimônio histórico e artístico nacional, tanto nas circunstâncias atuais quanto no futuro. Em verdade, o plano do Sr.

Mário de Andrade é mais completo em todos os sentidos do que o do Dr. José Mariano Filho.”¹³⁷

José Mariano Filho compartilhava com o grupo do SPHAN do gosto pelo passado, mas a valorização deste se dava de maneira diferente nos dois casos. Enquanto o grupo liderado por ele e por membros da Escola Nacional de Belas Artes preconizava uma estilização que valorizava o ecletismo, ligando o passado ao presente, o grupo “moderno” do SPHAN tomava o passado como inspiração para o futuro, associando o antigo ao moderno. As disputas entre os partidários do neocolonial e da chamada “escola moderna brasileira” influenciaram decisivamente a configuração do campo do patrimônio no Brasil. Essa disputa se fez notar no concurso para o projeto do edifício do Ministério da Educação e Saúde, ainda em 1935, quando o grupo liderado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, contando com os arquitetos modernos que haviam sido desclassificados, projetaram o imóvel com o aval do ministro Gustavo Capanema.

José Mariano Filho fundava sua argumentação na alegação da incapacidade dos profissionais aos quais seriam destinadas as tarefas de recuperação dos monumentos, além de enfatizar sua autoridade ao afirmar ter sido ele próprio o primeiro a levar adiante a proteção do patrimônio artístico nacional:

“Ora, ou o Ministério confia na idoneidade moral e na capacidade de seus mandatários, e realiza prontamente o seu objetivo, ou dilui a responsabilidade entre cavalheiros que se sentirão muito orgulhosos de emitir pareceres literários sobre assuntos de que não entendem patavina.

Atenda você ao meu raciocínio: se para fazer a classificação dos monumentos públicos de arte se tornar preciso um congresso de entendidos em cada Estado, o problema se complica inutilmente. E é justamente você quem sofrerá mais diretamente as consequências desse erro. Haverá discursos, retaliações; serão invocadas razões sentimentais, com prejuízo evidente para o programa a se realizar. Daí o meu ponto de vista: a ação deve ser central, o ciclo se reduzirá ao

¹³⁷ Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a José Mariano Filho, de 29 de maio de 1936, encaminhando parecer sobre a proposta de criação da Inspeção dos Monumentos Públicos de Arte. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais- José Mariano Filho, fl. 4-6

mínimo. O chefe classificará, você aprovará ou não, o ministro põe a chancela. (...)

Do parecer que você elaborou, concluo que o meu pensamento não foi integralmente apreendido. Não há autonomia individual do Inspetor do Serviço. Há apenas articulação direta entre ele, o chefe geral e o ministro. Em resumo, trata-se de resolver com 3 pessoas o que se pensa resolver (ou não) com duzentas. Entretanto, convém ponderar que eu me referi apenas ao serviço de Imóveis. Isso é um detalhe. O projeto cuida de muitas outras coisas. De qualquer modo será preciso incluir no projeto original, ou em substitutivo, o “direito de adjudicação” que não está incluído no atual projeto. Essa prática existe na França e creio que nos demais países.

Não tratarei do caso, em particular, pela imprensa. Aliás, fui duas vezes solicitado, e me esquivei. Creia na sinceridade com que lhe falo. O projeto de Mário de Andrade é perigosamente complicado e dispendioso. Não vá você supor que eu seja inimigo de Mário de Andrade. Ao contrário, se não sou amigo, pois apenas nos apertamos a mão uma vez, sou seu admirador, e tão sincero que eu lhe pediria o favor de lhe mostrar essa carta, se – você que o conhece de perto – achar conveniente.”¹³⁸

O tom da correspondência de José Mariano Filho, principalmente seu final, indica uma tensão existente entre ele e o organizador do SPHAN na atribuição dada aos intelectuais que faziam parte das redes de pertencimento intelectual envolvidas com o novo órgão. Se por um lado o anteprojeto de Mário de Andrade fora pouco aproveitado nas atividades do SPHAN, como vimos na introdução, tampouco José Mariano Filho conseguiu adentrar o círculo profissional e intelectual que se formou ao redor do SPHAN, de seu corpo técnico, de seu Conselho Consultivo e de sua política editorial. Como foi possível observar nas correspondências reproduzidas acima, desenvolveu-se o clima de inimizade envolveu ataques veiculados na grande imprensa e nas publicações especializadas, com as partes procurando arvorar-se de autoridade para coordenar o projeto de proteção dos monumentos brasileiros. Vale ressaltar, além do mais, que a disputa não era apenas por reconhecimento, mas também por cargos públicos, que envolviam remuneração, comando de equipes técnicas especializadas e elaboração de

¹³⁸ Carta de José Mariano Filho a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 31 de maio de 1936. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais- José Mariano Filho, fl. 1-2.

procedimentos e conceitos. Com a abertura de um mercado privilegiado para os agentes culturais nos órgãos estatais na década de 1930, as intrigas visando à ocupação de postos públicos se acirraram, na imprensa aberta e nas correspondências e outras formas de sociabilidade privada:

“E finalmente, completando a nossa incipiente instalação, Rodrigo alugou uma sala no andar térreo do prédio vizinho ao edifício Nilomex, onde pudemos organizar as primeiras exposições de arte antiga brasileira com fotografias e até mesmo as moldagens dos Profetas do Aleijadinho, que o Eduardo Tecles já estava produzindo para um futuro museu, no papel até hoje. E aí, na pequena sobreloja, recordamo-nos bem da presença imponente de José Mariano Filho, já nosso conhecido da Escola Nacional de Belas Artes, onde era o “Roi Solleil” no dizer do contínuo Teófilo, em amistosa mas um tanto amarga palestra com o nosso Diretor e era já precursora de futuras homilias nas conferências de João Camillo de Oliveira Neto entre aqueles mesmos figurantes e ali aparteantes do conferencista.”¹³⁹

Em alguns artigos da *Revista do SPHAN* e em prefácios às *Publicações do SPHAN* Rodrigo Melo Franco de Andrade procurou ironizar ou ridicularizar José Mariano Filho e sua maneira arrogante de desqualificar o depoimento de Rodrigo José Ferreira Bretas, considerado pelos estudos feitos pelo SPHAN como o mais antigo existente sobre o Aleijadinho. Um desses exemplos é o prefácio à obra *Em torno da história de Sabará*, de autoria de Zoroastro Viana Passos, de 1940, quinto volume da série das *Publicações do SPHAN*:

“[...] E o enorme valor daquela monografia não diminui, de modo algum, por motivo da pequena inexatidão acima apontada, nem de outros ligeiros lapsos sem importância que, se escapam ao cuidadoso Bretas, passaram ainda mais completamente despercebidos aos censores que lhe aparecem à última hora.

Em verdade, o que estes acharam para impugnar na obra do velho escritor mineiro foi justamente o que ela contém de mais precioso, isto é, a reprodução do texto elaborado em 1790 pelo 2º vereador da Câmara de Mariana sobre o movimento artístico na Capitania durante o século XVIII. [...]

O Capitão Joaquim José da Silva, contemporâneo do grande artista [Francisco Antônio Lisboa, o Aleijadinho], esclarece na sua memória que este foi discípulo do pai, Manuel Francisco Lisboa, assim como de

¹³⁹ REIS, José de Souza. “*Documentário sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade e a fase inicial do SPHAN*”. Arquivo Central do IPHAN, série Personalidades/ Rodrigo Melo Franco de Andrade, caixa 96, pasta 320, fl.4-12.

João Gomes Batista. Mal o lê, entretanto, o douto censor se apressa em asseverar ter sido Rodrigo Bretas que, “*impossibilitado de explicar o modo pelo qual se instruíra o Aleijadinho, [...] apela levianamente para o abridor de cunhos João Gomes Batista e para o pai do artista.*”

O benemérito cronista do livro de registro de fatos notáveis instituído pela Ordem Régia de 20 de julho de 1782, informa que o referido Manuel Francisco Lisboa foi um “grande mestre” cujas “lições práticas de arquitetura interessaram a muita gente”. Mas o censor dá-lhe o quinau, ensinando que o mesmo Manuel Francisco Lisboa não produziu senão “obras grosseiras, que não justificam a alta preparação técnica e cultura geral do filho [...].

Segundo pesquisas realizadas há pouco por iniciativa do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde 1776 o grande artista já estava tão aleijado que do livro de contas correntes das Mercês e Perdões de Vila Rica, a fls.83, consta um pagamento feito pelo respectivo tesoureiro “pelo que despendeu com dois pretos que carregaram Antônio Francisco para rever o risco da obra.[...] Decorridos, porém, cento e quarenta anos, em 1940, eis que surge o censor para prelecionar que “a insensibilidade tátil” tornaria ao Aleijadinho “impossível o exercício da profissão manual que ele exercia [...].

Pouco importa, aliás, a fatuidade dessas censuras às soluções dos problemas de história da arte.[...]”¹⁴⁰

A importância da análise dos prefácios já foi citada no primeiro capítulo, e aqui eles voltam à cena, inseridos nas discussões públicas sobre a autoridade nos assuntos envolvendo o patrimônio histórico e artístico nacional. Como porta-vozes da fala oficial do SPHAN, por intermédio de seu diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, eles insistiam na importância dos trabalhos sistemáticos de pesquisa documental em diversos estados do Brasil e na originalidade dos documentos encontrados, ressaltando ao mesmo tempo a importância do autor, da obra publicada e das atividades do SPHAN.

Os prefácios elaborados por Rodrigo Melo Franco de Andrade possuem grande importância dentro da política editorial do SPHAN também por se tratar de um veículo privilegiado de afirmação das orientações do órgão e de crítica aos adversários nas discussões públicas. Privilegiado na medida em que não se proporcionava a oportunidade de réplica, uma vez que não havia espaço reservado às cartas de leitores e

¹⁴⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Prefácio*. In.: PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da história de Sabará. Publicações do SPHAN*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940, p. VIII – XI.

comentários sobre os artigos e as monografias. Contando, como vimos, com uma rede de distribuição bem articulada, as edições lançadas pelo SPHAN tiveram penetração considerável no círculo de profissionais, instituições e intelectuais, veiculando apenas as proposições mais alinhadas com a prática do órgão.

No prefácio citado acima Rodrigo Melo Franco de Andrade critica abertamente José Mariano Filho, citando passagens de um artigo seu em nota de rodapé sobre o *censor* identificado. O questionamento de uma das principais fontes referentes ao Aleijadinho continha em si a denúncia de manipulação da memória por parte do SPHAN para legitimar o discurso que criou condições para a ocupação dos cargos pelos arquitetos modernos e intelectuais “modernistas”. A próxima correspondência, em que José Mariano Filho tece ataque ao SPHAN, e sua equipe em decorrência de um artigo escrito no quarto volume da *Revista* por Nair Batista¹⁴¹, é bastante explícita nesse sentido:

“Rodrigo,

Por cinco fontes distintas fui avisado de que você havia deliberado – com a ajuda da guarda de ferro que constitui o corpo de conselheiros do SPHAN – as delícias de zelador remunerado do patrimônio de arte da nação – assunto pelo qual você jamais devotara a mais leve e ingênua curiosidade. Sob o pseudônimo de Nair, aparece você convenientemente resguardado pelos encantos de uma senhora a me endereçar picuinhas covardes. Dentro do próprio Serviço sabe-se abertamente que você executa, corrige, apara e remenda os artigos de seus colaboradores.

Quero que fique certo de que estou disposto a enfrentar sozinho o seu despeito, embaçado e dissimulado, venha de onde ele vier. Até agora, só generosas razões sentimentais me fizeram adiar o dia de mostrar ao público os efeitos calamitosos de sua desastrada gestão. Vaidoso e incompetente, obrigado por ignorância a servir de instrumento ao ódio

¹⁴¹ BATISTA, Nair. *Valentim da Fonseca e Silva*. In.: *Revista do SPHAN*, vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1941-42), p. 271-330. Nair Batista, inicialmente funcionária administrativa do SPHAN, foi incentivada por Rodrigo Melo Franco de Andrade a escrever estudos sobre os artífices e entalhadores, participando dos cursos de formação ministrados na sede do órgão durante as décadas de 1930 e 1940. Publicou quatro estudos na *Revista do SPHAN* entre 1937 e 1945.

de comunistas infiltrados no serviço de patrimônio, a um sacrificado programa pelo qual me bati durante vinte anos.”¹⁴²

As discussões envolviam não somente esses dois intelectuais, mas também os integrantes do corpo técnico do SPHAN no Rio de Janeiro, que conviviam com Rodrigo Melo Franco de Andrade e discutiam com ele cotidianamente as soluções para os problemas enfrentados. Na correspondência acima podemos perceber a tentativa de desqualificação do corpo profissional do SPHAN em virtude das orientações políticas de alguns deles, como o “comunista” Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema e depois funcionário do Setor de Documentação do SPHAN. Lúcio Costa, chefe da Divisão de Pesquisa e Tombamento, possuía grande ligação com seu diretor, com quem trocava inúmeros bilhetes. Em um deles, comenta a carta de José Mariano Filho, opinando sobre a resposta a ser dada:

“Rodrigo,

Estive considerando o caso da carta do J.M. Se ele a mandou é que está disposto a fazer campanha pela imprensa e, nestas condições, só há um meio de evitar o [ilegível], é apanhar o golpe no ar, respondendo-lhe ainda com maior insolência, para mostrar que você está perfeitamente senhor da situação.

Porque o que dá ao M essa desenvoltura, esse ar de segurança, é o fato dele estar realmente compenetrado de que é uma grande figura. Desde que ele percebe que essa auréola em que ele se julga envolvido não é luz coisa nenhuma, mas um simples brilho vago de ouro banana, e se capacite que você tem, de fato, elementos para desmascarar diante do respeitável público toda a falsa sapiência dele, aí então, o receio do ridículo (essa espécie de ridículo ele receia) e o receio maior de perder os aplausos fáceis da platéia, farão talvez com que ele desista do propósito de se arriscar numa aventura em que só tem a perder.

Assim, por exemplo:

- 1) Acusar, tranquilamente, o recebimento da carta dele, datada de agosto de 41.
- 2) Esclarecer logo de saída que os tais vinte anos de campanha em que ele tanto insiste, representam simplesmente vinte anos de entulho que precisa ser convenientemente removido, para se poder fazer obra séria, porquanto a orientação dele sempre foi errada e nociva.
- 3) Mostrar que você vem prestando ao país dois grandes serviços. Primeiro o de impedir que, restando sob a

¹⁴²Carta de José Mariano Filho a Rodrigo M.F. De Andrade, de agosto de 1941. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, fundo Rodrigo M.F. De Andrade, série Correspondências Pessoais, pasta José Mariano Filho, fl. 6.

orientação dele, o patrimônio monumental da nação se transforme, da noite para o dia, em “pastiche estilo Monlofe”. Segundo o de reconduzir as investigações em torno da história da nossa arte à tradição dos estudos honestos de Bretas, de Diogo de Vasconcelos, etc., livrando-a, assim, das invencionices e leviandades dos “camelôs da cultura”, dos quais ele é o exemplo mais típico.

- 4) Explicar que os colaboradores do SPHAN foram formados pessoalmente por você e trabalham sob a orientação e responsabilidade direta do diretor do Serviço do Patrimônio, mas que eles já possuem autonomia e tirocínio bastantes para desenvolverem por conta própria as investigações e os estudos que lhes são consignados. Entretanto, já que ele, no seu inimitável estilo quixotesco, pede que você se apresente de “viseira erguida”, recomendar-lhe o prefácio à obra “Em torno da História de Sabará”, publicação n.6 do SPHAN, à venda nas principais livrarias do estado há cerca de três meses.
- 5) Fazer ver a ele que você tem procurado evitar – com pena do ridículo a que o terá de expor – de dar publicidade ao colossal “sotisier” de professor de opereta que é a obra dele, mas no caso dele desejar ser oficialmente desmascarado, você estará às ordens.
- 6) Frisar, finalmente, que ele só lhe leva vantagem numa coisa, é na baixeza (a carta dele é um testemunho disso), mas que, nesse terreno, o seu nome está acima de qualquer mácula. Ele recairá, em cheio, sobre a pessoa dele.”¹⁴³

Percebe-se, portanto, que as discussões envolvendo a prática, os conceitos e a autoridade advinda da proteção ao patrimônio histórico e artístico brasileiro, além de participarem da dinâmica de diferentes círculos sociais, adquiriam também em muitos casos o caráter de inimizades pessoais, com ataques públicos empreendidos de diferentes maneiras. José Mariano Filho e Lúcio Costa adotam um tom mais ríspido, agressivo, com ataques pessoais, insinuações e insultos. Já Rodrigo Melo Franco de Andrade tinha atitude mais amena, contemporizadora, com ataques mais irônicos, pontuais, sutis. Sua preocupação com a articulação de diversas instâncias de produção de discursos sobre o passado brasileiro contribuiu para sua postura ao mesmo tempo contemporizadora e atuante nos diversos meios de comunicação, demarcando as fronteiras entre seu grupo e seus principais concorrentes.

¹⁴³ Bilhete de Lúcio Costa a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de agosto de 1940. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, fundo Rodrigo M.F. De Andrade, série Correspondências Pessoais, pasta Lúcio Costa, fl. 9.

Para terminar o capítulo devemos salientar que as discussões e disputas por espaços ocorreram também dentro da própria estrutura administrativa do SPHAN, formada pelo corpo técnico, pelas regionais e pelos museus administrados pelo órgão. Como bem analisado por Letícia Julião, os museus do SPHAN fundaram uma nova forma de exposição museológica, construindo narrativas sobre temas específicos, alinhados com a política de tombamentos empreendida pelo órgão.¹⁴⁴

Um desses museus, o Museu Nacional, no entanto, destoava dos demais. Como observado no primeiro capítulo, esse museu foi fundado ainda no final do período colonial, e durante a primeira metade do século XIX constituiu-se na instância soberana de elaboração e difusão de um discurso voltado para a história natural brasileira, de viés marcadamente colecionista, com o objetivo de identificar e divulgar os valores científicos da nova nação que nascia e também da civilização universal. Na segunda metade do século XIX seus estudos passam a adquirir contornos mais voltados para a biologia, antropologia física e etnologia, e o museu passa a contar com a colaboração de estudiosos estrangeiros, que comandariam expedições etnológicas para o recolhimento de peças indígenas e registro de práticas e rituais. Se entre o final do século XIX e a primeira década do século XX o Museu Nacional, sob a direção de Ladislau Neto, abandona de certa maneira a preocupação com a questão nacional, empreendendo o que Maria Margareth Lopes chamou de “ciência pela ciência”¹⁴⁵, a partir da década de 1920 a instituição adota nova postura, pleiteando a participação nas questões que envolvessem as suas atividades. A partir da posse de Edgar Roquette Pinto como diretor, o Museu Nacional se posicionou como um “centro irradiador de conhecimento

¹⁴⁴ JUILÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. [manuscrito]. Belo Horizonte: Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da UFMG, 2008.

¹⁴⁵ Para a autora, por mais que os debates em torno dos saberes relacionados com a prática de pesquisa antropológica e etnológica estivessem inseridos nas principais controvérsias “científicas” envolvendo a questão racial, a preocupação com a “memória nacional” passa a figurar em segundo plano, superada pela ênfase na atividade “científica”.

para os mais variados pontos do Brasil”, readequando suas atividades aos novos tempos. Seus membros passaram a ser agentes importantes nesta mudança, filiando-se a associações científicas que contribuía para uma imagem positiva da ciência, em detrimento dos “sábios generalistas”. Segundo Regina Horta Duarte, durante as décadas de 1920 e 1930 os profissionais do Museu Nacional

“Defenderam ardorosamente a adoção de novas posturas da sociedade em relação à natureza. Dedicaram-se ao conhecimento e à valorização de sua flora e fauna, de seus recursos hídricos e paisagens, propugnando uma atuação efetiva do Estado na regulamentação de áreas de proteção e parques nacionais e no controle da exploração de recursos naturais nas demais áreas do território nacional. Com uma visão autoritária, marcada por verdadeira obsessão pedagógica e por voluntarismo, acreditavam que medidas adequadas dirigidas à população poderiam trazê-la à cena em sua ‘verdade’ mais profunda, com a emergência de uma cultura popular devidamente domesticada pelo saber erudito e por uma racionalidade considerada superior, revelando uma nacionalidade ‘genuína’.”¹⁴⁶

O Museu Nacional passou também a ser um centro formador de profissionais, notadamente na área da antropologia e da etnologia, contribuindo para o estabelecimento de uma corrente cujo viés analítico se baseava numa tradição que tomava *espaços* como lugares das manifestações concretas das variações raciais e culturais.¹⁴⁷ Suas atividades se diversificaram, passando a instituição a atuar em diversas áreas, procurando explorar os mais diversos recursos midiáticos para divulgar suas atividades e os traços da cultura nacional identificados. Tratava-se de um projeto de intervenção ampla na esfera pública, buscando guiar o cidadão em direção ao verdadeiro sentido da nacionalidade e afirmar o papel da instituição e de seus membros como “guias” legítimos, uma vez que respaldados por valores científicos.

O Museu Nacional apresentava-se, no início da década de 1930, como local estratégico de ação pedagógica. Essa instituição mostrou-se afinada aos anseios de

¹⁴⁶ DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil 1926-1945*. Belo Horizonte: Tese defendida no concurso de Professor Titular em História do Brasil do Departamento de História da UFMG, 2010, p.11.

¹⁴⁷ Idem, p. 63.

formação de um novo ‘homem brasileiro’, e recebeu amplo apoio governamental através do Ministério da Educação e Saúde Pública. Nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, suas atividades se desdobraram em diversos sentidos, como bem identifica, mais uma vez, Regina Horta Duarte:

O Museu Nacional abrigou um esforço colaborativo de pesquisadores de várias áreas de conhecimento, em iniciativas impressionantemente variadas e que não se limitavam ao espaço restrito das suas dependências, mas se estendiam por outros domínios institucionais e sociais. Membros como Roquette-Pinto, Alberto Sampaio e Cândido de Mello Leitão organizaram exposições ao grande público de forma inédita na história daquela instituição; envolveram-se ativamente no projeto editorial da Biblioteca Pedagógica dirigida por Fernando Azevedo, com destaque para a Coleção Brasileira, cujo objetivo máximo era “descobrir o Brasil aos Brasileiros”; fundaram e editaram a *Revista Nacional de Educação*, voltada para a divulgação científica entre o grande público e cuja tiragem chegou a quinze mil exemplares; organizaram atividades radiofônicas, estabelecendo uma emissora e realizando programas educativos; envolveram-se com o cinema e a produção de filmes educativos; [...] Assim, a ‘missão pedagógica’ do museu lançou mão de várias mídias, como escritos, imagens, exposições, filmes, programas de rádio e eventos diversos, além das relações diversas com os poderes instituídos e com outros locais produtores de conhecimento.¹⁴⁸

De acordo, portanto, com a passagem acima, depreende-se a amplitude do alcance do papel que o Museu Nacional se propôs a desempenhar no início da década de 1930, contando com o apoio do Ministério da Educação e Saúde Pública chefiado por Francisco Campos. Para o sucesso de tal estratégia, os membros da instituição tiveram de se posicionar no jogo de forças políticas, negociando com os diferentes agentes envolvidos nos projetos culturais que visavam à identificação, proteção e divulgação do passado brasileiro.

Porém, no período aqui analisado, entre 1937 e 1946, o Museu Nacional viveu grandes impasses, em decorrência da mudança na orientação do Ministério da Educação e Saúde após a posse de Gustavo Capanema como chefe da pasta em 1934. A partir de

¹⁴⁸ DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil 1926-1945*. Belo Horizonte: Tese defendida no concurso de Professor Titular em História do Brasil do Departamento de História da UFMG, 2010, p. 11-12.

então o MES reorientaria seus esforços para a criação das primeiras Universidades brasileiras, e o Museu Nacional foi integrado à estrutura do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, segundo consta do anteprojeto para a criação do SPHAN elaborado por Mário de Andrade e do Decreto-Lei 25/1937.

No anteprojeto, Mário de Andrade propõe a reestruturação do Museu, com a criação de um museu relacionado com cada um dos quatro livros de tombo. O primeiro seria o Livro de Tombo dos Bens Arqueológicos e Etnológicos, e para isso ocorreria o desmembramento das atividades do Museu Nacional em duas instituições distintas, uma de arqueologia e uma de etnologia, respeitando-se o que o autor denominara de “arte arqueológica, ameríndia e popular”.¹⁴⁹

O projeto de reestruturação foi duramente repudiado por Heloísa Alberto Torres, na época chefe da Divisão de Antropologia Etnografia e Arqueologia do Museu Nacional. Em carta de maio de 1936, a antropóloga se posiciona radicalmente contra o projeto de Mário de Andrade, afirmando que a necessidade de projetos reorganizadores das instituições culturais no país, também constatada por ela, não a impediria, no entanto, de fazer suas ressalvas:

“Não se pode atribuir ao nosso museu etnográfico a função de museu-arquivo que o projecto parece recomendar. Em todo ele, apenas uma palavra faz crer que a pesquisa também é admitida: é quando emprega, na argumentação das funções do serviço, o termo enriquecer o patrimônio. É prometter (sic) muito pouco a quem precisa, antes de tudo, colecionar¹⁵⁰”.

O projeto não abriria novas possibilidades ao trabalho antropológico e etnográfico ao separá-los, colocando uma diretoria entre eles. A antropóloga aprofunda suas críticas, afirmando que a extinção do Museu Nacional para a criação de outros dois

¹⁴⁹ ANDRADE, Mário. *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*. In.: *Revista do Patrimônio*, n.30, 2002, p. 277.

¹⁵⁰ Carta de Heloísa Alberto Torres a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 13 de maio de 1936. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, fundo Gustavo, referência GC. 36.03.24/2-A, rolo 41, fotogramas 469-471.

museus seria, em um país em que as verbas são escassas, um pretexto para que as mesmas fossem diminuídas na primeira ocasião de um corte orçamentário, dado que não haveria mais o peso da instituição que se pretendia extinguir. Afirmava protestar acima de tudo contra o que considerava

“um golpe profundo a uma instituição de 118 anos de existência e que, mal grado a incompreensão pela maioria dos governantes, tem conseguido levar e manter o nome do Brasil em alto nível em todo o mundo, na divulgação do que nossa terra tem de mais belo: sua natureza e sua gente¹⁵¹”.

Heloísa Alberto Torres afirma que sua crítica é a de uma servidora do museu que dedica ao desenvolvimento dos estudos antropológicos no Brasil todos os seus esforços. Sua constatação era a de que os valores classificatórios do patrimônio arqueológico e etnográfico propostos por Mário de Andrade se pautariam em critérios alheios à contribuição dos antropólogos:

“O projeto do Sr. Mário de Andrade, que indica tantas medidas de valor no tocante à história e à arte, parece quase que só ter tomado em consideração este aspecto da vida dos nossos silvícolas, não consultando absolutamente o interesse das sciencias (sic) antropológicas.”¹⁵²

As discussões sobre a manutenção ou o desmembramento do Museu Nacional se estenderam pelo ano de 1936, no qual se iniciaram as articulações para a instalação do SPHAN. A instituição não sofrera mudanças, mas seu papel permaneceu ambíguo. Se por um lado possuía prestígio e uma história que lhe permitia se considerar portadora de uma tradição no campo das ciências naturais, biológicas e antropológicas, sua posição dentro da estrutura administrativa do SPHAN e a negligência do corpo técnico do novo órgão quanto à salvaguarda dos sítios arqueológicos e naturais fez com que os

¹⁵¹ Carta de Heloísa Alberto Torres a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 13 de maio de 1936. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, fundo Gustavo, referência GC. 36.03.24/2-A, rolo 41, fotogramas 469-471.

¹⁵² Idem, *Ibidem*.

profissionais da instituição buscassem diversos meios de divulgar suas atividades e afirmar a sua vertente preservacionista.

Como veremos no próximo capítulo, os profissionais do Museu Nacional procuraram veicular suas produções na *Revista do SPHAN*, buscando espaços dentro da nova instituição. A situação do Museu Nacional só se estabilizou após 1946, com a reforma administrativa do SPHAN e a incorporação do Museu Nacional à Universidade do Brasil. A análise deste caso, por sua vez, quando confrontado com os dois primeiros, de clima declaradamente belicoso, permite mostrar como a dinâmica de inclusão e exclusão observada nas articulações entre diversas redes empreendida por Rodrigo Melo Franco de Andrade não definia apenas “quem estava dentro e quem estava fora”, mas também as relações desiguais entre “quem estava dentro”.

Tais articulações visaram, como procuramos mostrar, respeitaram a dinâmica de forças entre as instituições já existentes, ou seja, Rodrigo Melo Franco de Andrade, atuando como um “intelectual dos bastidores”, foi extremamente pragmático na escolha dos colaboradores do SPHAN, visando às instituições dotadas de maior legitimidade, a despeito da visão referente ao passado que elas veiculavam. A aproximação entre a instituição e o IHGB, nesse sentido, é bastante elucidativa das estratégias discursivas adotadas na consolidação do SPHAN. Mesmo podendo ser enquadrada dentro da categoria “passadista” tão criticada nas correspondências e na imprensa, a produção do IHGB foi, quando relativa aos assuntos de interesse do SPHAN, largamente considerada, estando presente em muitos artigos da *Revista do SPHAN*, principalmente nos resumos bibliográficos organizados. Esses estudos, que serão analisados no próximo capítulo, consistem em uma indicação sobre “o que se deve ler”, sendo interessante observar neles os vínculos e atribuições de valores às instâncias produtoras de discursos nacionais. Rodrigo Melo Franco de Andrade fazia questão de que as

Publicações do SPHAN fossem enviadas ao instituto, que, em 1944, o elege sócio. Sua eleição é interessante enquanto “ato simbólico”. Em seu discurso de posse, ele deixa clara a ligação que pretende firmar entre os dois órgãos. É importante observar que esse discurso, proferido na tribuna da sala de reuniões do instituto, diante dos sócios presentes, envolve subjetividades características de ocasiões solenes, causando reações múltiplas:

“Em verdade, foi no seio desta benemérita agremiação que nossos monumentos e obras de arte tradicional encontraram os pioneiros da sua história e os precursores da campanha pela sua defesa efetiva. Foi aqui, em verdade, que se assentaram os fundamentos dos estudos e da ação cujo encargo só muito mais tarde os poderes públicos vieram a assumir, em benefício do patrimônio de arte e das relíquias históricas do Brasil. Por isso mesmo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não é senão um prolongamento deste insigne Instituto.(...)”¹⁵³

Rodrigo Melo Franco de Andrade acumulou títulos honoríficos, que ajudaram a construir a imagem que ele mesmo se preocupava em passar de homem dedicado a uma “causa” maior, cuja personalidade se apagava detrás das atividades do órgão que dirigia. Isso contribuiu para a formação de representações sobre o intelectual, sobre o SPHAN e, numa perspectiva mais ampla, sobre os profissionais que trabalham com a preservação cultural até os dias atuais.

No próximo capítulo nos concentraremos no conteúdo da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN*, edições que se somaram a outros esforços de elaboração de representações sobre o passado, a arte e os monumentos, que eram seus suportes.

¹⁵³ ANDRADE, Rodrigo M.F. de. *Araújo Pôrto-Alegre, precursor dos estudos de história da arte no Brasil*. In.: *Revista do IHGB*, v.184, jul/set 1944, p. 22-32.

CAPÍTULO 3: NARRATIVAS DO PATRIMÔNIO – O PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL NA POLÍTICA EDITORIAL DO
SPHAN.

Após identificarmos o “lugar” da política editorial do SPHAN no meio intelectual brasileiro e no âmbito das “políticas da memória” empreendidas no país, e depois analisarmos as sociabilidades entre os diversos intelectuais envolvidos nas discussões que tocavam o tema da preservação do patrimônio histórico e artístico nas décadas de 1930 e 1940, neste último capítulo procederemos à análise dos textos veiculados na *Revista do SPHAN* e nas *Publicações do SPHAN* entre 1937 e 1945.

Os estudos presentes nas edições do SPHAN alçaram o órgão à condição de autoridade inquestionável nos assuntos referentes à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro. Rodrigo Melo Franco de Andrade procurou publicar estudos de intelectuais renomados e reconhecidos como autoridades incontestes nos assuntos relativos à história e à identidade cultural brasileira. A presença de autores como Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Lúcio Costa, Sérgio Buarque de Hollanda, Afonso Arinos de Melo Franco, Augusto de Lima Júnior, Edgar Roquette-Pinto, dentre outros, ajudava a conferir legitimidade ao novo órgão, contribuindo para o reforço da distinção desses intelectuais.

Tal processo de elaboração de representações sobre os monumentos através da escrita de artigos e livros, que denomino aqui a “escrita dos monumentos”¹⁵⁴ teria sido,

¹⁵⁴ Como já analisado no primeiro capítulo, a publicação de livros e artigos que analisam, descrevem ou exaltam os monumentos são mais uma forma de construção dos mesmos, através da mobilização de recursos discursivos que criam imagens, “quadros da memória coletiva”, nos dizeres de Michael Pollak. Ver: POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2,n.3,,1989, p.3-15.

portanto, de suma importância para a consolidação de uma vertente patrimonial conhecida como da “pedra e cal” por sua estreita ligação com os bens materiais, principalmente de arquitetura religiosa. Na política editorial do SPHAN este assunto teve predominância, merecendo estudos de diversos autores, membros de seu corpo técnico, de seu Conselho Consultivo e de diversos colaboradores selecionados, como vimos no último capítulo, pragmaticamente dentro da rede de sociabilidades tecida por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nas páginas da *Revista* e das *Publicações do SPHAN* foram fixados e disseminados os principais conceitos que nortearam as práticas de identificação, preservação e restauro dos monumentos.

Considera-se que o Brasil, identificado pela política editorial e ações de tombamento do SPHAN, tem um passado “barroco e português”¹⁵⁵. Como veremos à frente, este passado foi justificado através de conceitos como “autenticidade”, “originalidade” e “genuína tradição”. A articulação entre estas idéias-chave e a posição ocupada pelos arquitetos “modernos” na seção técnica do SPHAN no Rio de Janeiro contribuíram para a consolidação da arquitetura como predominante nos assuntos referentes à preservação do patrimônio histórico e artístico.

Este processo foi analisado por diversos estudos no Brasil desde a segunda metade da década de 1980¹⁵⁶, configurando um ponto de vista consolidado na

¹⁵⁵FONSECA, Maria Cecília Londres. *A Invenção do patrimônio e a memória nacional*. In.: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Ed. FGV, 2001, p. 87.

¹⁵⁶ Foram destacados na introdução três estudos com os quais dialogamos, são eles: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em “pedra e cal”*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da PUC-SP. 1995; RUBINO, Silvana. *As Fachadas da Memória: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1991; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogenese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009. Ver também: FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 2005; CAVALCANTI, Lauro. *Arquitetos, arquitetura e patrimônio*. In.: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de

historiografia brasileira referente às políticas de proteção do patrimônio cultural. Para situar a análise que pretendo empreender e introduzir os conceitos e proposições gerais decorrentes do enfoque aqui chamado de “arquitetônico”, iniciarei este último capítulo identificando a afirmação, na *Revista* e nas *Publicações do SPHAN*, da arquitetura religiosa colonial como estilo genuinamente brasileiro, fornecedor de obras de arte que comprovavam a existência de um “espírito nacional”.

3.1. O PATRIMÔNIO “BARROCO E LUSITANO”

No primeiro capítulo foi possível observar como os prefácios aos primeiros volumes da coleção serviram como meios de afirmação de valores científicos e relativos a pesquisas sérias e embasadas em documentos. No segundo foi analisado como, através de alguns prefácios às *Publicações do SPHAN*, o órgão procurou se posicionar diante das questões que envolviam o barroco mineiro, enfatizando as largas pesquisas documentais e o discurso “científico” produzido.

O primeiro volume da *Revista* contou com vinte e um artigos. Eram em princípio artigos de menor número de páginas, alguns de teor ensaístico e também comunicações em ocasiões especiais¹⁵⁷. Como bem apontado por Márcia Regina Romeiro Chuva, o primeiro volume teve sentido programático, procurando identificar as diversas potencialidades do conceito de patrimônio. No “Programa” da publicação, que abre o primeiro volume, é citada a diversidade dos estudos a serem empreendidos, respeitando-se os quatro livros de tombo criados:

“O presente volume desde logo se ressentir de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o

Janeiro: Ed. FGV, 1999.

¹⁵⁷ O artigo “Estilização”, de Edgar Roquette-Pinto, publicado no primeiro volume da *Revista do SPHAN*, tratava de uma comunicação na Escola Nacional de Belas Artes em 1928. No volume dois consta a comunicação de Manuel Bandeira “Manuel da Costa Ataíde, dourador”. No quinto volume foi publicada a comunicação “O ambiente artístico fluminense à chegada da Missão Francesa em 1816”, de Francisco Marques dos Santos, proferida no salão da Escola Nacional de Belas Artes em 20 de dezembro de 1940.

patrimônio histórico e artístico nacional consistisse apenas nesses. A verdade, entretanto, é que, tal como foi definido pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro, aquele patrimônio se constitui do *conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se acharem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico e etnográfico, bibliográfico ou artístico*. Equiparam-se ainda a estes valores os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”¹⁵⁸

Ainda no primeiro volume, no entanto, uma nota editorial, certamente escrita pelo mesmo Rodrigo M.F. de Andrade, indica a linha que a publicação seguiria:

“A maior parte dos monumentos arquitetônicos nacionais é de caráter religioso. Raras são as obras de arquitetura civil que no Brasil se aproximam ou se possam equiparar às igrejas e aos conventos. Essas obras merecem estudo acurado e estão a reclamá-lo tanto mais quanto maior tem sido a preferência dada até agora aos trabalhos de investigação sobre os monumentos religiosos, em detrimento de outros. Mas cumpre reconhecer que tal preferência é justificada pela importância predominante entre nós dos primeiros.”¹⁵⁹

Estes primeiros estudos sobre arquitetura religiosa versaram sobre o Seminário de Belém da Cachoeira, em Belém/PA, a Igreja do antigo Colégio Jesuíta em São Pedro D’Aldeia/RJ (série de fotografias), a igreja dos Montes Guararapes, em Recife/PE, a Igreja do Carmo de Ouro Preto/MG, a Capela de Santo Antônio em Piratininga/SP, A Igreja dos Remédios em São Paulo/SP, a Igreja de São Francisco Xavier na Capital Federal/RJ e a Capela de Nossa Senhora de Sant’Anna, em Mariana/MG. Eram pequenos textos, traçando o histórico das edificações, as modificações feitas, os documentos encontrados que atestam a antiguidade dos monumentos. Neste primeiro volume, os monumentos de arte religiosa colonial atraem a atenção dos pesquisadores certamente por seu valor artístico, mas também por sua “antiguidade”, por terem sido “testemunhas” de fatos históricos ou processos valorizados para a formação da nacionalidade, “documentos” para a escrita da história brasileira. A localização dos

¹⁵⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Programa*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 2.

¹⁵⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Alguns monumentos de arquitetura religiosa no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 98.

mesmos também é interessante. Não se tratavam majoritariamente de obras de arte ou arquitetura barrocas, com a presença da “arquitetura jesuíta” paraense e de capelas paulistas, segundo Mário de Andrade, “toscas”, não dotadas de qualidades estéticas que as pudessem qualificar como monumentos de arte.

Este primeiro volume possui dois artigos que podem ser considerados os “principais”: “Documentação Necessária”, de Lúcio Costa, e “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias”, de Gilberto Freyre. A relação entre as proposições dos dois intelectuais, segundo Márcia Chuva e Silvana Rubino¹⁶⁰, consolidou uma vertente de pensamento sobre o patrimônio histórico e artístico voltada para as obras de arquitetura, no caso, a “casa popular”.

Segundo Lúcio Costa, a despeito dos estudos já existentes sobre igrejas e conventos, a casa popular ainda não havia se tornado objeto de estudo daqueles que se interessavam pelos monumentos. Considerada como uma obra de arte menor, a casa popular, no entanto, seria onde “as qualidades da raça se mostram melhor”, sem algumas afetações típicas das casas de residência mais elaboradas¹⁶¹.

Para o autor, transferidas para o Brasil, tais características conferiram um ar “despretensioso”, que a arquitetura brasileira soubera manter até a metade do século XIX. O artigo de Lúcio Costa, ao defender o estudo da casa popular, defende também a ação dos arquitetos na tarefa de identificação e proteção do patrimônio nacional. A valorização da casa popular, feita muitas vezes por “pedreiros incultos”, significaria, nas

¹⁶⁰ Sobre o assunto ver: RUBINO, Silvana: *Entre o CIAM e o SPHAN: Diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre*. In.: KOMINSKY, Ethel Volfson, LÉPINE, Claude, PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p.267-286; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Fundando a Nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. In.: *Revista Topoi*, v.4,n.7, jul-dez.2003, p. 313-333.

¹⁶¹ COSTA, Lúcio. *Documentação Necessária*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 31.

palavras do autor, “aproveitar a lição de sua experiência de mais de trezentos anos”, indo contra os que exploravam aquilo que ele considerava seu “aspecto já morto.”¹⁶²

Neste ponto, o autor explora a relação entre a arquitetura popular colonial e a nova geração de arquitetos “modernos”, que ocupavam a maioria dos postos na seção técnica do SPHAN. Estes deveriam aprender com as lições da arquitetura colonial, ligada às dificuldades de povoamento da colônia, ou acabariam por cair na decadência observada a partir da segunda metade do século XIX. Sobre as causas dessa decadência, Lúcio Costa é direto:

“Excluída a causa maior, que faz parte do quadro geral de transformações, de fundo social e econômico, iniciadas no século XIX, restam aquelas que poderíamos classificar, talvez, como sendo de ordem doméstica: primeiro o imprevisto desenvolvimento do mau ensino da arquitetura – dando-se aos futuros arquitetos toda uma confusa bagagem “técnico-decorativa” sem qualquer ligação com a vida; depois o desenvolvimento, também não previsto, do cinematógrafo, que abriu ao grande público, até então despreocupado “dessas coisas” e habituado às casas simplórias, mas honestas, dos mestres de obras, novas perspectivas – “bungalows”, casas espanholas americanizadas, castelos, etc.

Foi quando surgiu, com a melhor das intenções, o chamado movimento tradicionalista de que também fizemos parte. Não percebíamos que a verdadeira tradição estava ali mesmo, a dois passos, com os mestres de obras nossos contemporâneos; fomos procurar, num artificioso processo de adaptação – completamente fora daquela realidade maior que cada vez mais se fazia presente e a que os mestres se vinham adaptando com simplicidade e bom senso – os elementos já sem vida da época colonial: fingir por fingir, que ao menos se fingisse coisa nossa.”¹⁶³

Para Lúcio Costa, a tradição “bem debaixo dos olhos” seria a que Gilberto Freyre descreveu como um processo de “acomodação” do português aos trópicos, à mistura com o índio e o negro que caracterizava a formação cultural brasileira. O artigo do intelectual pernambucano neste primeiro volume coloca a questão da formação cultural brasileira em termos mais claros. Para seu autor, uma das questões que requeria

¹⁶²COSTA, Lúcio. *Documentação Necessária*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 34.

¹⁶³Idem, p. 35-39.

mais urgentemente a cooperação entre brasileiros, portugueses e luso-descendentes seria a da relação entre as artes cultas e populares em Portugal e suas colônias.

“Só por esse esforço, em comum, será possível determinas com segurança as características gerais da arte de sabor português a as suas diferenciações, nas várias terras onde se fez sentir não só a influência do sangue como a da cultura da gente de Portugal. Um povo com a capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo.”¹⁶⁴

Ainda segundo Gilberto Freyre:

“Na arte do doce, na da cozinha, na da louça, na do jardim, na do móvel, na da escultura religiosa, na dos trabalhos de ouro e prata, na dos instrumentos de música, na dos brinquedos dos meninos, na das embarcações de rio e mar, a força criadora do português, em vez de impor-se com intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artístico do índio e do negro e, mais tarde, ao de outros povos, sem, entretanto, desaparecer. [...]

Por outro lado, não deixou de haver sobre a arte culta e popular de Portugal, sugestão da natureza brasileira. E não só sugestão dessa natureza em seu estado cru como influência de uma paisagem e de um meio social coloridos fortemente pela escravidão e pela miscigenação.”¹⁶⁵

Portanto, o esforço em recuperar o passado brasileiro passaria inevitavelmente pela identificação da herança lusitana, que se somando ao elemento indígena e negro deu origem a uma cultura que criara suas próprias especificidades, adquirindo status de cultura autônoma. Há nesta divisão entre três grupos de influência uma valoração evidente, como se pode perceber da apropriação das idéias de Gilberto Freyre por Lúcio Costa:

“[...] Dificuldades materiais de toda a sorte, inclusive a da mão-de-obra a princípio bisonha dos nativos e dos negros: o índio, afeito a vagares, estranhou, com certeza, a grosseria no fazer e a impaciência dos brancos; o negro, mesmo que tenha com o tempo se demonstrado um habilíssimo artista, mostrando mesmo uma certa virtuosidade um tanto “acadêmica”, nos trabalhos mais antigos, quando ainda

¹⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 42.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*.

interpreta desajeitadamente a novidade, lembra o louro bárbaro e bonitão do Norte em seus primeiros contatos com a civilização latina, ou, mais tarde, pretendendo traduzir, com o sotaque ainda áspero e gótico, os motivos greco-romanos renascidos. Em ambos o mesmo jeito de quem está descobrindo coisa nova e não acabou de compreender direito.”¹⁶⁶

O trecho reproduzido acima, além de explícita uma valoração que coloca o empreendimento lusitano em primeiro plano, dependendo da “educação” do índio e do negro, aponta para outro objetivo na recuperação de um passado “português”: a inserção do passado brasileiro em uma “tradição universal”, no “concerto internacional das nações”¹⁶⁷. Lúcio Costa identifica a incompreensão dos índios e negros ocorrida na colônia com os contatos entre os Latinos e os povos bárbaros, estabelecendo etapas no desenvolvimento cultural da nação brasileira ao compará-la com a civilização européia.

Já no segundo volume é possível observar aquela que seria a maior característica da *Revista do SPHAN*, apontada por diversos estudos: a valorização da arquitetura religiosa colonial, em especial do barroco mineiro, considerado um estilo artístico genuinamente nacional. Foi possível identificar em cada um dos volumes os artigos “principais”, os “carros-chefes” da *Revista*, estudos que fornecem subsídios para a afirmação do passado “barroco e português” que o SPHAN procurou consagrar. Neste segundo volume, dois artigos em especial se destacam: “Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil”, de Augusto de Lima Júnior, e, principalmente, “Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho”, de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Neste artigo o diretor do SPHAN faz um apanhado das obras realizadas por Antônio Francisco Lisboa, procurando comprovar através de documentos pesquisados

¹⁶⁶ COSTA, Lúcio. *Documentação Necessária*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 32-33.

¹⁶⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Fundando a Nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. In.: *Revista Topoi*, v.4,n.7, jul-dez.2003, p. 313-333.

técnicos e colaboradores do SPHAN – principalmente Epaminondas de Macedo e Zoroastro Viana Passos – a autoria do artífice. O objetivo é refutar certa tendência identificada de contestar a obra do Aleijadinho, colocando dúvidas sobre a participação do artífice na elaboração de altares e esculturas ou enfatizando a participação de numerosa equipe nos trabalhos, o que equivaleria a diluir sua responsabilidade pelo resultado final. Como foi mostrado no capítulo dois, um dos documentos utilizados pelos técnicos do SPHAN para atribuir a autoria de obras em Ouro Preto e Sabará a Aleijadinho foi a crônica de Rodrigo José Ferreira Bretas, publicada em 1858. Em seu artigo, Rodrigo M.F. de Andrade procura esclarecer através dos documentos as lacunas nas obras do cronista oitocentista, bem como de outros autores, como Feu de Carvalho e Diogo de Vasconcelos, historiadores mineiros. Segundo Andrade

“Seja como for, o que se pode concluir destas notas, apresentadas como a primeira contribuição do SPHAN para o estudo da questão da autoria das obras atribuídas ao Aleijadinho, é que este deixou traços positivos de sua passagem não só em Congonhas do Campo, como houve quem pretendesse, mas também em Sabará, na igreja do Carmo, e em Ouro Preto, no Carmo, em São Francisco de Assis e nas Mercês e Perdões.[...]”

Esperamos que o SPHAN concorra um pouco, nas pegadas dos doutos, para a solução sucessiva destes pequenos problemas, cuja importância é maior do que poderá parecer, para a história da arte brasileira.”¹⁶⁸

A importância alegada por Rodrigo Melo Franco de Andrade é exposta de forma mais sistemática no artigo de Augusto de Lima Júnior “Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil”. O autor procura estabelecer as filiações da arquitetura religiosa brasileira. Os templos religiosos até a metade do século XVIII teriam apresentado uma forma “pré-românica peninsular”, com altares e decorações interiores formadas de motivos e símbolos, alguns em uso entre os cristãos desde os mais recuados tempos primitivos, outros, em maior parte, difundidos na idade média, constituindo sempre matéria relevante nas decorações barroco-portuguesas. Na segunda metade do século

¹⁶⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938(1939), p. 297.

XVIII, no entanto, teria ocorrido uma “evolução” com o surgimento do barroco brasileiro. Uma das características do barroco brasileiro ressaltadas pelo autor é a desproporção entre os templos e seus altares. Enquanto se observava uma profusão artística relevante nos altares, constatava-se uma pobreza das fachadas. Por sua vez, no período em que teriam florescido as fachadas mais belas os altares caíram em forte decadência:

“O período de altares magníficos é o de fachadas singelas. Quando a arquitetura começa a fornecer os mais belos exemplares de frontispícios e de torres, riscos caprichosos e originais, a carpintaria dos altares empobrece e perde a majestade e riqueza do período anterior. Essa afirmativa fica limitada ao campo de minhas observações.”¹⁶⁹

O estudo dos altares, no entanto, se fazia necessário, uma vez que, além da beleza eles também eram repositórios de símbolos cristãos antigos, transmitidos através das gerações e dos povos:

“Esses altares constituem pelo objetivo de suas concepções, verdadeiras obras primas onde se podem ler como edificação, as mais belas lições de mística cristã, através da simbolística que, depois de vir da antiguidade, desenvolveu-se no românico e no gótico juntando-se as duas formas no barroco para quase desaparecer na pobreza dos estilos religiosos das igrejas contemporâneas.[...] Juntam-se nesses altares desde os elementos decorativos da antiguidade helênica, aos adquiridos através dos séculos, com as múltiplas interferências que criaram os romanos e os góticos. Muitas vezes neles se encontram lado a lado monstros simbólicos bíblicos e animais fantásticos visigodos. Aliás esse fato ocorre com frequência mesmo em construções do final do século da arte.”¹⁷⁰

O estudo do barroco brasileiro seria, portanto, a análise da contribuição, da originalidade brasileira em adaptar e traduzir símbolos originados no berço da civilização ocidental e transmitidos através dos tempos através da cultura católica européia. A partir dessa orientação geral, o SPHAN empreendeu pesquisas documentais e visitas de campo a várias cidades coloniais brasileiras, principalmente em Minas

¹⁶⁹ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938(1939), p. 107.

¹⁷⁰ Idem, p. 107.

Gerais, com o objetivo de “mapear” o barroco brasileiro e contribuir para a divulgação da primeira contribuição original brasileira para a história da arte mundial.¹⁷¹

No terceiro volume a *Revista do SPHAN* apresenta uma série de estudos, transcrições de documentos e apontamentos biográficos e bibliográficos com referência ao barroco e especificamente ao Aleijadinho. Conforme será visto, a partir deste terceiro volume aprofunda-se um esforço “genealógico” com o objetivo de recuperar os mestres de Antônio Francisco Lisboa, e com isso demarcar uma suposta “escola barroca mineira”. Os artigos “A pintura decorativa em algumas igrejas antigas em Minas”, de Luis Jardim, “Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro”, de Lúcio Costa, “O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho”, de Afonso Arinos de Melo Franco e “Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa”, de Judith Martins indicam o aprofundamento do tema nas páginas da *Revista*.

O artigo de Luis Jardim tinha como objetivo traçar as distinções entre o barroco brasileiro e o europeu. Na Europa o barroco teria iniciado no século XVI com raízes italianas e servido como propaganda da Companhia de Jesus e do movimento de Contra-Reforma, bem como simbolizado o apogeu do absolutismo. Sua decadência teria ocorrido no século XVIII, justamente quando o barroco brasileiro surgiria com sua maior profusão artística. O fenômeno brasileiro teria se dado em condições muito diferentes das observadas na Europa:

“[...] em linhas gerais e dentro dos limites deste artigo, nos parece ter sido diverso dos europeus os motivos que aqui orientaram o sentido daquele fenômeno. [...]

Verificam-se aí, de início, dois pontos capitais que dão ao fenômeno barroco, no Brasil, modalidade bem diversa da européia: éramos na primeira metade do século XVI, quanto à política, vagas capitânicas hereditárias, quanto à religião, vastos campos de catequese. Acresce ainda a circunstância, ponderável do ponto de vista artístico, de coincidir com a decadência do barroco na Europa o que chamaremos o apogeu do barroco no Brasil, guardadas, é claro, as proporções quanto ao valor de um e de outro, principalmente em relação à pintura:

¹⁷¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2009, p. 269-272.

meados do século XVIII. (...) Deve-se também levar em consideração que a ação da Igreja não foi na colônia de caráter contra-reformista e, portanto, todo o apelo aos sentidos por meio de pompas e ornamentos grandiosos, com finalidades místicas, não teria nenhuma intenção contra-revolucionária. Quando se transplantou da metrópole para a colônia o gosto pelas decorações amplas, já se foi em forma de tradição artística, de uso geral e comum, e de todo perdido seu valor de ação social, religiosa e, de alguma forma, política.”¹⁷²

As condições de elaboração do estilo brasileiro, longe de representarem um demérito devido às diferenciações que geraram dos modelos europeus, teriam contribuído para a elaboração de obras criadoras e inovadoras, dotadas de estatuto artístico representativo da cultura brasileira. Ao enfatizar o caráter universal da arte, como representativa do “espírito”, Luis Jardim explicita um dos argumentos centrais para a eleição do barroco como principal foco da proteção ao patrimônio histórico e artístico brasileiro:

“Já hoje não é possível admitir-se como simples incapacidade o fato de um pintor não poder resolver problemas de pintura, segundo o gosto e orientação mais comuns e constantes da época em que tenha vivido. Por essa incapacidade aparente, muitas vezes ele defende e revela temperamento mais rico e criador. Orientar-se de um modo servil pelo universalmente adotado, cingir-se às formas consagradas, equivale quase sempre a mutilar-se o artista que sente na arte um meio de criação e de expressão.[...]

Há sempre ,como assinala Roger Fry, uma verdade ou realidade artística que não está sujeita a interpretações históricas, quaisquer que sejam os pontos de vista porque se analisem. O fenômeno artístico transcende as normas e as formas estabelecidas, não se esclarece vigorosamente pelas datas, e só tem explicação cabal nele mesmo. Por esse critério, mais amplo e por isso mesmo mais de acordo com a própria arte – livre, independente, expressiva e criadora – a pintura em questão mostra até que ponto chegou entre nós a capacidade de criar. Não se procure na obra de arte outra verdade que não a plástica.”¹⁷³

Lúcio Costa analisa, por sua vez, o mobiliário brasileiro, e destaca que, tendo sido o Brasil colônia portuguesa até 1822, é natural que o mobiliário nacional tenha sido uma espécie de “desdobramento” do lusitano:

¹⁷² JARDIM, Luis. *A pintura decorativa em algumas igrejas antigas em Minas*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41), p. 64.

¹⁷³ Idem, p. 101.

“Se o material empregado era, isto sim, bem brasileiro, aqueles que o trabalharam foram sempre os portugueses filhos mesmo de Portugal ou, quando nascidos no Brasil, de ascendência exclusivamente portuguesa, ou então mestiços, misturas em que entravam junto com o negro e do índio, dosagens maiores ou menores de sangue português. Quanto ao negro e ao índio sem mistura, limitava-se o mais das vezes a reproduzir móveis do reino e de qualquer forma se fazia mestre no ofício sob as vistas dos portugueses.”

Além disso, excluído o convívio com os holandeses no norte do país, as lições da missão francesa e a importação direta, durante o século XIX, de certas modas européias, todas as demais influências – a moura, a italiana, a espanhola, a francesa, a inglesa e também indiana – todas elas nos vieram sempre de segunda mão, através de Portugal.”¹⁷⁴

Mais uma vez Lúcio Costa se baseia nos argumentos difundidos por Gilberto Freyre para explicar as adaptações ocorridas na colônia, frutos do senso de acomodação do português, de sua característica de “se diluir em outras culturas”. Contando com fartura de matéria-prima nacional e com mão de obra indígena e africana, os móveis aqui fabricados teriam por muito tempo apresentado aspecto tosco, fruto das condições de vida nos primeiros anos da colônia:

“É que ao colono só interessava o essencial: além do pequeno oratório com o santo de confiança, camas, cadeiras, tamboretas, mesas e ainda arcas. Arcas e baús para ter onde meter a tralha toda. Essa sobriedade mobiliária dos primeiros colonos se manteve depois como uma das características da casa brasileira. Mesmo porque, como já se lembrou muito a propósito, o clima o mais das vezes quente da colônia, o uso da rede em certas regiões e o costume tão generalizado de sentar-se sobre esteiras no chão não estimulavam o aconchego dos interiores nem os arranjos supérfluos ou de aparato.”¹⁷⁵

Esta primeira fase, de adaptação às condições do meio mais do que de profusão artística, teria perpassado os momentos cruciais do povoamento e conquista do território, com a fundação das primeiras vilas, dos primeiros conventos e colégios dos Jesuítas, das bandeiras e do início do comércio de escravos. Para o autor, o estabelecimento da iniciativa colonial portuguesa no Brasil teria feito surgir, no século

¹⁷⁴ COSTA, Lúcio. *Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41), p. 149-150.

¹⁷⁵ Idem, p.150-151.

XVIII, uma “completa revolução”, uma “alteração fundamental” do aspecto do mobiliário brasileiro:

”Já para meados do século, porém, desaparece todo e qualquer vestígio seiscentista, e o mobiliário, finalmente liberto das velhas fórmulas, mas conservando ainda a primitiva nobreza de aspecto, ganha em equilíbrio e apuro de acabamento. [...] [...] a composição passa a ter agora um núcleo central de onde parte o resto do móvel. [...] Essa impressão de movimento e de vida – em contraste com a feição estática característica do período anterior – como se móvel fosse organismo e não coisa fabricada – é o traço comum que distingue de um modo geral a produção do século XVIII.”¹⁷⁶

Para Lúcio Costa, a emergência de um mobiliário “barroco” dotado de características refinadas coincidia com o ciclo do ouro em Minas Gerais, bem como com a manutenção da cultura da cana-de-açúcar no nordeste. Mais importante, contudo, seria o fato de que este surto criador teria coincidido também com “manifestações inequívocas, tanto de caráter individual como coletivo, da formação de uma consciência independente nacional.”¹⁷⁷

A terceira fase, que teria durado até meados do século XIX, teria seguido uma tendência mais acadêmica, e mesmo assim teria durado pouco. A partir da segunda metade deste século a influência comercial teria gerado o que o autor considera “anomalias”: a reprodução estilizada de móveis antigos em larga escala, que estariam condenadas a representar o caráter já morto do passado, ou a idealização de uma “arte nova”, de um “novo modernismo”, com a criação de móveis geométricos ou cheios de “curvas sem consciência”.¹⁷⁸

Enquanto os dois primeiros artigos do terceiro volume da *Revista* tecem análises sobre o “fenômeno barroco” no Brasil, estabelecendo tipologias e justificando a importância das obras do período, os outros dois artigos contribuem para fundar um

¹⁷⁶COSTA, Lúcio. *Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41), p. 154.

¹⁷⁷Idem, p.157.

¹⁷⁸Idem, p. 161-162.

campo de estudos sobre o barroco e mais especificamente sobre o Aleijadinho. Afonso Arinos de Melo Franco publica pequeno artigo com a transcrição de trechos de relatos dos viajantes John Mawe, Saint- Hillaire, Luccock, Burton, Castelnau e Eschwege, que considera o primeiro estrangeiro a relatar a existência e a obra do artífice ao descrever o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas, Minas Gerais. O objetivo do autor é mostrar que “a lenda e as obras do Aleijadinho não passaram despercebidas aos observadores estrangeiros em Minas.”¹⁷⁹

Já os “Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa”, de Judith Martins, constituem-se em um objeto privilegiado para analisarmos o esforço de criação de um programa de estudos sobre a obra do artífice mineiro, considerado principal expoente de um estilo artístico genuinamente brasileiro. A elaboração desta bibliografia comentada visava suprir a lacuna identificada no início das atividades do SPHAN, de uma “sistematização dos esforços e da compilação e organização dos estudos já realizados”¹⁸⁰. Além de visar estabelecer conceituações e avaliações sobre as obras já publicadas, a elaboração deste resumo bibliográfico também visava à formação de novos profissionais na área, característica já apontada no segundo capítulo. Assim seria possível “propor” um percurso ao leitor iniciante, fazendo as ressalvas com relação aos estudos compilados. A bibliografia indica um conflito entre intelectuais que afirmam a autoria das obras por Aleijadinho e aqueles que duvidam das realizações do artífice, alegando a falta de documentos e o embasamento na tradição oral¹⁸¹. Feu de Carvalho, principal autor dos ataques, é citado por Rodrigo Melo Franco de Andrade no

¹⁷⁹ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41), p. 173.

¹⁸⁰ MARTINS, Judith. *Apontamentos para a bibliografia referente a Antônio Francisco Lisboa*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41), p.180.

¹⁸¹ Sobre os conflitos acerca da atribuição de obras a Antônio Francisco Lisboa ver: GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o Aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

artigo, já analisado aqui, “Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho”, do primeiro volume da *Revista*. Segundo ele, sua, por mais que fizesse uma crítica leviana, teria servido de estímulo a pesquisas nos arquivos das Ordens Terceiras, nas quais muitos documentos valiosos teriam sido encontrados. Vários deles foram publicados nos volumes editados pelo SPHAN, e no resumo bibliográfico de Judith Martins o caráter de ineditismo é acentuado nas obras que publicam os documentos.

Observamos, portanto, a consolidação de um campo de estudos, relativo à arquitetura e à história da arte brasileira, que se formou em torno da classificação do barroco, da datação das obras e comprovação da autoria das mesmas. O quarto volume da *Revista do SPHAN* possui dois artigos que apontam para o desenvolvimento das pesquisas referentes ao tema. São eles “João Gomes Batista”, de Luis Camilo de Oliveira Neto, e “Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa”, de Judith Martins.

Esta autora, pesquisadora formada diretamente por Rodrigo Melo Franco de Andrade através do trato com os documentos e obras referentes à arte barroca, após publicar um resumo bibliográfico sobre o Aleijadinho, contribui com uma compilação de dados extraídos de pesquisas documentais do SPHAN e informações presentes na bibliografia publicada sobre Manuel Francisco Lisboa. Pai do artífice, teria sido supostamente ele quem ensinara o ofício ao famoso escultor mineiro. A investigação seria de suma importância para a história da arquitetura e da arte religiosas coloniais, visto se tratar da história da formação do maior representante do gênio artístico nacional. Outra alegação da autora era de que

“[...] recentemente, apareceram escritores a contestar o merecimento de Manuel Francisco Lisboa, qualificando-o de simples carpinteiro, ou pedreiro rude, autor de obras grosseiras e sem interesse maior.”¹⁸²

A autora empreende então um relato sobre as principais circunstâncias da vida de Manuel Francisco Lisboa, procurando mostrar documentos que comprovem a autoria de obras significativas em Vila Rica. Aponta que, se nada comprovava de fato que ele fazia serviços de arquitetura, documentos encontrados por Salomão de Vasconcelos comprovavam que teria sido ele o autor dos riscos da Ponte da Itaubira e do Chafariz do Padre Faria, executados em 1757, além de outros como a Casa de Misericórdia e o risco da igreja de N.S. do Carmo de Ouro Preto. Judith Martins se utiliza da documentação compilada nos arquivos e nas Ordens Terceiras por Salomão de Vasconcelos e Luis Jardim, dentre outros, bem como da comunicação de Manuel Bandeira publicada no primeiro volume da *Revista* para embasar suas afirmativas e comprovar a autoria de pontes, chafarizes e baluartes de construções em Vila Rica, Mariana e Catas Altas. Nos casos em que não foi possível encontrar documentos que acabassem com as dúvidas sobre a paternidade de Antônio Francisco Lisboa, a autora recorria à obra de Rodrigo José Ferreira Bretas, que continha a reprodução da “Memória de 1790”, escrita pelo Segundo Vereador do Senado da Câmara de Mariana, Joaquim José da Silva, argumentando que “um data do tempo em que o Aleijadinho ainda vivia, e o outro congrega informações colhidas com parentes próximos a ele”.¹⁸³

O artigo de Luis Camilo de Oliveira Neto, historiador mineiro¹⁸⁴, também visa suprir lacunas sobre a formação e o aprendizado das técnicas pelo Aleijadinho. O

¹⁸² MARTINS, Judith. *Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p. 121-122.

¹⁸³ Idem, p. 148.

¹⁸⁴ Luis Camilo de Oliveira Neto formou-se em química industrial na Escola de Engenharia de Belo Horizonte, tendo após isso realizado uma série de estudos sobre o Brasil. Foi também diretor da Casa de Rui Barbosa, professor e reitor da Universidade do Distrito Federal, membro do Serviço Nacional de Educação e diretor do Serviço de Documentação da Biblioteca do Itamarati. APUD: CHUVA, Márcia

processo de aprendizagem das práticas construtivas e de entalhe no período colonial ocorria ao passo do desenvolvimento das construções, e a troca de experiências e vivências teria contribuído de maneira determinante para a formação de um estilo mais adaptado às condições do meio brasileiro. Segundo o autor, a força criativa de Antônio Francisco Lisboa não poderia ser bem explicada sem se considerar seu conhecimento sobre a prática do desenho, “só possível através do convívio com um artista de alto merecimento.”¹⁸⁵

Assim como Judith Martins, o autor procura embasar sua análise na “Memória de 1790”, contida na obra de Rodrigo José Ferreira Bretas, enfatizando que João Gomes Batista havia se notabilizado por exceder a todos no desenho “mais doce e mimoso”:

“Sobre João Gomes Batista, sua vinda para Vila Rica em meados do século XVIII representa uma ocorrência de indiscutível importância e que de certa maneira deve ser assinalada como o processo de transmissão de conhecimentos e influências, entre a erudição e as técnicas avançadas da Europa e os círculos de profissionais que exerceram suas atividades em Minas.”¹⁸⁶

A ênfase que estes dois artigos colocam na autenticidade e na relevância das informações contidas na crônica de Rodrigo José Ferreira Bretas e na “Memória de 1790” tem relação com os embates, mostrados no segundo capítulo, sobre a legitimidade do SPHAN e de seu corpo de técnicos e colaboradores, que envolveu a conceituação e a proteção do barroco brasileiro. Estas duas fontes, como vimos, eram contestadas nas décadas de 1930 e 1940, não só por “historiadores da arte” como Feu de Carvalho, mas principalmente por arquitetos ligados à corrente de José Mariano Filho. O último artigo da *Revista do SPHAN* analisado nesta seção, publicado em seu quinto volume, sumariza como o debate envolvendo a arquitetura “moderna” e o “neocolonial”

Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009, anexo 2, p. 436.

¹⁸⁵ OLIVEIRA NETO, Luis Camilo de. *João Gomes Batista*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p. 85-86.

¹⁸⁶ Idem, p. 87-88.

permeou a “sacralização” do barroco mineiro e de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

“A arquitetura jesuítica no Brasil”, de Lúcio Costa, que abre o quinto volume, é um verdadeiro “tratado” sobre o barroco e sua relação com a arquitetura moderna, contando com 96 páginas e grande quantidade de fotografias e desenhos explicativos das proposições veiculadas. O objetivo do autor, afirmado no início do texto, era acabar com confusões acerca da contribuição jesuítica para a arquitetura brasileira, asseverando o leitor de que, mesmo não tendo sido ela a mais rica ou mais bela no conjunto dos monumentos do passado, sua importância fora significativa.

A arquitetura jesuítica, que emergira após o Renascimento, “quando os primeiros sintomas do barroco já se faziam sentir e já se desenvolviam”, teria nascido “livre de compromissos com as tradições monásticas medievais, e, por conseguinte, em situação particularmente favorável para se deixar impregnar, logo de início, do espírito moderno, pós-renascentista e barroco, é natural que tenha sido assim.”¹⁸⁷

Na Europa, portanto, a designação “arquitetura jesuítica” abrangeria desde os modelos mais “renascentistas” até as evoluções do barroco. O caso brasileiro, segundo o autor, teria sido diverso:

“Enquanto para os europeus, saturados de renascimento, o “estilo jesuítico” comporta, além das manifestações compassadas iniciais, as manifestações mais desvoltas do barroco; enquanto para os hispanoamericanos a ação dos jesuítas prosseguiu durante todo o século XVIII, abrangendo o ciclo barroco completo; no Brasil, onde na metade do século XVIII os jesuítas já haviam atenuado suas atividades, as obras dos jesuítas, ou pelo menos grande parte delas, representam o que temos de mais “antigo”. Consequentemente, quando se fala aqui de “estilo jesuítico”, o que se quer exemplificar são as composições mais renascentistas, mais moderadas, regulares e frias, ainda imbuídas do espírito severo da Contra-Reforma.”¹⁸⁸

¹⁸⁷ COSTA, Lúcio. *A arquitetura jesuítica no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941 (1943-44), p. 9-10.

¹⁸⁸ Idem, p. 10-11.

A arquitetura da Companhia de Jesus no Brasil, inimiga dos derramamentos plásticos, despretensiosa, muitas vezes pobre, teria tido, por sua vez, a *sobriedade* como uma de suas principais características. Sua evolução até o estilo barroco mineiro teria respeitado, “curiosamente e na mesma cadência, as várias etapas que percorreu o conjunto da arte européia, na sua evolução da idade clássica à Renascença, através dos estilos medievais – romântico e gótico”:

“Do exposto, resulta que se pode razoavelmente falar de um “classicismo barroco”, de um “romantismo” e de um “goticismo” barrocos e, finalmente, de um “renascentismo barroco”, sem pretender significar com essas expressões semelhança formal – embora ela de fato exista, algumas vezes nas linhas gerais ou num ou noutro pormenor – senão uma concordância no processo evolutivo muito curiosa e, principalmente, muito útil para permitir às pessoas menos familiarizadas com o assunto apreenderem mais facilmente o que há de fundamental nessa evolução.”¹⁸⁹

É interessante observar que, a despeito do título do artigo anunciar uma análise pormenorizada da arte jesuítica brasileira, o autor procede a um trabalho minucioso de classificação da arquitetura, escultura e pintura barrocas, preocupando-se em estabelecer as fases de desenvolvimento do estilo no Brasil através dos exemplos de igrejas, altares e retábulos encontrados. O barroco brasileiro teria sido, portanto, um novo estilo, considerado “moderno” na época de sua ocorrência, datada da segunda metade do século dezoito, portanto, contemporânea dos jesuítas por pouco tempo. E a inovação, longe de constituir uma anomalia com relação aos modelos preestabelecidos, seria rica em inventividade e espírito renovador:

“Convém, no entanto, desde logo reconhecer, que não sempre as obras academicamente perfeitas, dentro dos cânones greco-romanos, as que, de fato, maior valor *plástico* possuem. As obras de sabor popular, desfigurando a seu modo as relações modulares dos padrões eruditos, criam, muitas vezes, relações plásticas novas e imprevisas, cheias de espontaneidade e de espírito de invenção, o que eventualmente as coloca em plano artisticamente superior ao das obras muito bem comportadas, dentro das regras de estilo e *bom ton*, mas vazias de seiva criadora e de sentido plástico real.”¹⁹⁰

¹⁸⁹COSTA, Lúcio. *A arquitetura jesuítica no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941 (1943-44), p. 12-13

¹⁹⁰Idem, p. 63.

Lúcio Costa enfatiza então o que considera ser um sistema de valores que configuraria o barroco, determinado pelas adaptações ao meio colonial, ao desenvolvimento do senso de liberdade das formas e ao apogeu da sociedade mineradora em Minas Gerais:

“A expressão “arte barroca” não significa, assim, apenas um estilo. Ela abrange todo um sistema, verdadeira confederação de estilos – uma “commonwealth” barroca, poder-se-ia dizer. Estilos perfeitamente diferenciados entre si, mas que mantêm uma norma comum de conduta em relação aos preceitos e modelos renascentistas.”¹⁹¹

Esta nova “confederação de estilos” teria legado à posteridade os exemplos mais suntuosos de arte religiosa brasileira, justamente aqueles que mereceram a maior atenção por parte do SPHAN. Através do método de análise estabelecido por Lúcio Costa – e que fundou um cânone no tratamento da arquitetura histórica brasileira – pretendia-se alcançar a coerência do conjunto das obras, partindo-se do pressuposto que as obras de arte barrocas não foram confeccionadas sem um plano predeterminado, ao sabor das conveniências, mas sim com base em um projeto coerente e inovador.

Em seu artigo Lúcio Costa contribui para a construção de um laço entre o barroco e o “modernismo” na arte e na arquitetura. Logo acima, em uma das citações deste artigo, o autor classifica o estilo barroco mineiro como “moderno”, embasando sua atribuição no que ele considerou ser a opinião da época. Estes “primeiros modernos” teriam vencido os preconceitos inerentes aos processos de renovação das formas consagradas, afirmando-se como legítimos portadores de um “espírito nacional” ao constituírem uma escola capaz de integrar a produção brasileira no conjunto da história da arte universal.

“Tratando-se de uma ordem nova e *diferente*, livre de compromissos com as tradições monásticas medievais, e por conseguinte em situação particularmente favorável para se deixar impregnar, logo de início, do

¹⁹¹ COSTA, Lúcio. *A arquitetura jesuítica no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941 (1943-44), p. 12.

espírito moderno, pós-renascentista e barroco, é natural que tenha sido assim.”¹⁹²

A associação com os “novos modernos” é imediata, na medida em que o autor defende a liberdade das formas, das colunas, vãos e ângulos, tão valorizados pela vertente arquitetônica da qual ele foi um dos maiores expoentes, juntamente com Oscar Niemeyer. Desta maneira, configura-se uma operação discursiva que associa a idéia de “boa tradição”, aquela herdada das adaptações originais e inovadoras dos modelos lusitanos, à de “modernidade”, representada por uma produção arquitetônica “moderna” que procurava afirmar-se através da atuação de seus principais expoentes nas políticas culturais do Estado Novo.¹⁹³

Pudemos perceber, portanto, como, nas páginas da *Revista do SPHAN* foi veiculada uma produção textual voltada para o estudo e valorização da obra de Antônio Francisco Lisboa e dos artífices do período colonial. Segundo a análise de Márcia Regina Romeiro Chuva, os artigos referentes à arquitetura e história da arte colonial representam aproximadamente 79% dos 153 artigos consultados, o que configura um amplo domínio do tema entre as preocupações da instituição.¹⁹⁴ Neste estudo analiso um universo mais restrito que o da autora, composto por 85 artigos, dos quais 69% se referem ao tema. Os artigos reproduzidos acima foram escritos, em sua totalidade, por membros da seção técnica do SPHAN, mas muitos colaboradores contribuíram com artigos sobre diferentes aspectos da arquitetura colonial e do barroco mineiro.

A eleição do barroco como a principal forma de expressão de uma “tradição genuinamente brasileira” foi reforçada pela série das *Publicações do SPHAN*. Do total de 13 volumes analisados, sete foram dedicados ao assunto, com a publicação de

¹⁹² COSTA, Lúcio. *A arquitetura jesuítica no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941 (1943-44), p. 10

¹⁹³ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Fundando a Nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. In.: *Revista Topoi*, v.4,n.7, jul-dez.2003, p. 322.

¹⁹⁴ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 269-273.

estudos contendo farta documentação referente a obras e à construção de igrejas em Ouro Preto e Sabará.¹⁹⁵ A monografia “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil, de Afonso Arinos de Melo Franco, o décimo primeiro volume da série, delineou um quadro conceitual voltado para a prática de preservação dos monumentos, ao introduzir o conceito de “civilização material”. Segundo seu estudo, a obra de colonização portuguesa, facilitada pela capacidade de adaptação e mestiçagem característica deste povo, teria permitido a fusão de forças de três civilizações:

“Impor tarefas tradicionais não podia ser o seu programa, pois que essas formas se alteravam desde algum tempo, dentro das próprias fronteiras nacionais. Graças a isto ficou-lhe aberta a larga estrada da absorção de elementos culturais dos povos menos evoluídos com que tratava, faculdade que lhe simplificou e engrandeceu singularmente a tarefa colonizadora. Povo já amestiçado no século XV, tendo no sangue europeu, de que tão pouco se orgulhava, boa percentagem de sangue africano e judeu, cultura instável, localização geográfica privilegiada – o português estava precipuamente destinado a fundir, no Brasil, as forças de três civilizações tão distintas: a européia, a africana e a indígena.”¹⁹⁶

O desenvolvimento do processo colonizador gerou uma série de adaptações, que deram origem a uma civilização original e homogênea, ainda que fortemente influenciada pelos três elementos formadores:

“As diferenciações locais, tão sensíveis em países como a França, a Alemanha e a Itália, eram muito insignificantes em Portugal, por causa mesmo da exiguidade e da concentração das populações. Isto permitiu a extraordinária homogeneidade da colonização do Brasil, que deu à nossa civilização material este todo harmônico, temperado apenas por diferenças mais geográficas que culturais, e que é

¹⁹⁵ São eles: BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto. Publicações do SPHAN*, vol.2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939; PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da história de Sabará. Publicações do SPHAN*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941; LOPES, Francisco Antônio. *História da construção da igreja do Carmo de Ouro Preto. Publicações do SPHAN*, vol. 8. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942; PEIXOTO, Afrânio. *A igreja de Nossa Senhora da Glória de Ouro Preto. Publicações do SPHAN*, vol. 10. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943; MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. Publicações do SPHAN*, vol. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943; MACHADO, Aires da Mata. *Arraial Tijuco: Cidade Diamantina. Publicações do SPHAN*, vol.12. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945; TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana. Publicações do SPHAN*, vol.13. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

¹⁹⁶ MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. Publicações do SPHAN*, vol. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943, p. 11-12.

surpreendente, se levarmos em conta a nossa vastidão.”¹⁹⁷

A noção de “civilização material”¹⁹⁸ foi valorizada por Rodrigo Melo Franco de Andrade no prefácio que escreveu para a obra. Nele o diretor do SPHAN sublinha que a publicação constituía da reunião das lições apresentadas pelo autor aos técnicos do SPHAN em palestras durante o ano de 1941. Comprovada a importância do estudo, fora decidida sua publicação, e se este não apresentava documentação inédita, como a maioria dos estudos publicados pelo SPHAN, sua riqueza residia na compilação documental em vista dos vestígios materiais, considerados aspecto de civilização.

“Por motivo da precedência conferida pelos historiadores aos fenômenos políticos e sociais, ficou, sem dúvida, prejudicado o esclarecimento das ocorrências de ordem material na formação e no desenvolvimento do Brasil. Daí a iniciativa do curso, atendendo-se a que as referidas ocorrências e seu encadeamento constituem dados capitais para a elaboração da história da arte em nosso país”¹⁹⁹

¹⁹⁷ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Prefácio*. In.: MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. Publicações do SPHAN*, vol. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943, p.13.

¹⁹⁸ O conceito de “civilização material” utilizado por Afonso Arinos de Melo Franco foi largamente utilizado nas atividades do SPHAN, uma vez que a monografia do autor resultou de um curso ministrado ao corpo técnico do órgão. Não foi possível identificar através da consulta à bibliografia arrolada no final da monografia os autores consultados por Afonso Arinos de Melo Franco, e também não há citações no corpo do texto que explicitem os vínculos relacionados ao conceito. Pode-se aventar, no entanto, uma relação entre a utilização do conceito pelo autor e as atividades de Sérgio Buarque de Holanda, que realizou um estudo “avant-la-lettre” da civilização material brasileira nos textos que deram origem ao livro “Caminhos e Fronteiras” – principalmente no clássico “Monções”-, inventários de igrejas e capelas dos séculos XVII e XVIII elaborados para estudos internos do SPHAN e artigos sobre aspectos da arte e da arquitetura brasileira em comparação com as de Portugal, como o lançado no segundo volume da *Revista do SPHAN*. Afonso Arinos cita diversos artigos de Sérgio Buarque de Holanda na bibliografia de seu estudo, e é possível estabelecer uma vinculação direta entre suas concepções, uma vez que os dois intelectuais eram frequentadores assíduos do gabinete de Rodrigo Melo Franco de Andrade no SPHAN. Anos mais tarde, nas décadas de 1950 e 1960, Fernand Braudel, intelectual de destaque da segunda geração da *Escola dos Annales*, destacou-se pela utilização do conceito de “cultura material”. Tendo visitado o Brasil por duas vezes, entre 1935 e 1937 e em 1947, é possível vislumbrar o trânsito intelectual entre o historiador francês e os intelectuais brasileiros que nas décadas de 1930 e 1940 se empenharam em estudar os vestígios materiais. Sobre a obra de Afonso Arinos ver: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. Sobre as atividades de Sérgio Buarque de Holanda nas décadas de 1930 e 1940 ver: NOVAIS, Fernando. *Introdução*. In.: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. Das Letras, 3ª.Ed, 1995. Sobre Fernand Braudel e sua estadia no Brasil ver: LIMA, Luís Correa. *O Brasil transforma Braudel*. Artigo presente em <http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/anpuh-2005.pdf> ;

¹⁹⁹ MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. Publicações do SPHAN*, vol. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943, p, 2-3.

Afonso Arinos empreende a análise dos vestígios materiais deixados pelos três elementos constituintes da formação brasileira, o português, o índio e o negro, observando que se o primeiro legou exemplos de engenhosidade para a história da arte nacional, os outros dois são mais perceptíveis no aspecto psicológico, na medida em que nos sentimos diferentes dos portugueses. Seriam elementos enriquecedores e diferenciadores da personalidade nacional:

“O desenvolvimento da nossa civilização material é de base portuguesa, entendida no seu complexo luso-afro-asiático. A contribuição negra e índia, muito notável na sua elaboração do nosso psiquismo nacional, é pouco importante na nossa civilização material, não somente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isto mesmo, salvo um ou outro mais notáveis, são de difícil identificação.”²⁰⁰

A partir deste quadro conceitual, que considera a evolução das construções como aspecto de desenvolvimento cultural e civilizatório, Afonso Arinos passou a explorar os ciclos econômicos brasileiros enfatizando os fatores de desenvolvimento material, como fundações de vilas, construção de igrejas, abertura de caminhos, instalações de câmaras municipais, num enfoque alinhado à orientação adotada pelo SPHAN e fundamentado em muitos dos artigos da *Revista do SPHAN* e monografias da série das *Publicações do SPHAN* analisadas acima.

No entanto percebe-se nos artigos, principalmente nos de Lúcio Costa, que tal noção de civilização material é associada a uma concepção de arte e arquitetura como portadoras de um “valor artístico”, um “espírito criador” que exprimia os caracteres da raça. Este “valor artístico” era, em muitos casos, colocado em plano superior a um “valor histórico”, ligado às idéias de “antigo”, “original”, “autêntico” e “documento”.²⁰¹

²⁰⁰MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. Publicações do SPHAN*, vol. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943, p. 24.

²⁰¹CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 74-75.

A grande maioria dos textos analisados até aqui foram escritos por integrantes do corpo técnico do SPHAN ou de seu Conselho Consultivo. São considerados artigos de teor descritivo que analisam o patrimônio sob uma ótica arquitetônica. Diversas pesquisas, já citadas no decorrer desta dissertação, como as de Antônio Gilberto Ramos Nogueira, Silvana Rubino, Maria Cecília Londres Fonseca, Luciano Cavalcanti e Márcia Regina Romeiro Chuva abriram um campo de estudos responsável pela consagração desta linha explicativa para a firmação da vertente patrimonial conhecida como “pedra e cal”.

É possível, no entanto, a partir de algumas considerações já lembradas nestes estudos, propor novos recortes, com o objetivo de perceber nuances na dinâmica de configuração das visões sobre a proteção ao patrimônio histórico e artístico. Se até aqui nos detivemos em artigos escritos na maioria por arquitetos, cabe assinalar que o conjunto dos textos da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN* nos permite dizer que eles se enquadram dentro de uma categoria de estudos de cunho histórico, feitos por uma variedade de intelectuais, dentre os quais apenas uma parcela fazia parte dos quadros do SPHAN ou de seu Conselho Consultivo. Diversos colaboradores, membros de outras instituições reconhecidas pela pesquisa de assuntos relacionados ao passado brasileiro, publicaram artigos na *Revista do SPHAN* sobre temas e períodos da história brasileira dentro do foco das ações do órgão – o período colonial e o barroco – e também sobre outros temas, épocas e episódios. Elaboraram diferentes representações, veicularam e difundiram diferentes discursos, configurando práticas diversas que, dentro de uma mesma iniciativa editorial, formaram os objetos de que falavam.²⁰² Essas formas de registro foram, a um só tempo, constituintes do, e constituídas no processo de

²⁰² CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990, p. 135. Ver também, do mesmo autor: *O mundo como representação. Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, v.5,n.11, jan-abr.1991. Uma interpretação ligeiramente diversa, utilizando-se do conceito de *estratégia* pode ser encontrada em BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

gestão dos bens simbólicos, importando averiguar não apenas onde e quem produzia esses discursos – e as condições de produção –, mas também o universo em que se inseriam aqueles para quem se dirigiam, seus possíveis usos ou suas condições de recepção.²⁰³ Como já frisado no segundo capítulo, o percurso dos livros é cheio de percalços, caminhos inesperados que tornam a um só tempo a pesquisa sobre o assunto dispendiosa e intrigante. Acreditamos que tal situação pode ser estendida à heterogeneidade discursiva observada na política editorial do SPHAN em seus primeiros anos de existência, quando as fronteiras entre os saberes e instituições ainda estavam em processo de demarcação. A variedade de temas e de formas através das quais os autores se posicionaram diante dos monumentos permite que avancemos além dos critérios arquitetônicos, já consagrados na bibliografia sobre o SPHAN

Para sugerirmos uma nova contribuição ao debate, portanto, analisaremos três aspectos que acreditamos ser importantes após a leitura dos volumes publicados pelo SPHAN, e que dizem respeito a “outros patrimônios” sobre os quais se detiveram diferentes intelectuais e profissionais, membros da estrutura administrativa do SPHAN ou colaboradores advindos de outras instituições. O primeiro diz respeito a formas de registro dos documentos e monumentos eleitos pelo SPHAN como representativos da nacionalidade, através de artigos que constroem imagens “literárias” sobre a história que eles evocam. Veremos como alguns intelectuais foram responsáveis por uma visão idílica de um passado romantizado, que, mesmo contando com o auxílio dos documentos para confirmar as datas e personagens, pode ser considerada como uma forma de escrita “memorialista”. Os artigos enquadrados nesta categoria permitem vislumbrar como determinadas práticas que se relacionavam apenas parcialmente com os objetivos do SPHAN foram veiculadas, sendo afirmadas por membros do SPHAN

²⁰³ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 77.

menos próximos do centro decisório e por colaboradores de outras instituições. O segundo diz respeito ao esforço de elaboração de conceitos que embasassem a identificação, a atribuição de valores a partir dos quais os monumentos seriam classificados. Analisarei a tentativa de conceituação do que se convencionava chamar de “valor histórico” e “valor artístico”, problemática de grande interesse para se observar as peculiaridades do trabalho dos historiadores (da arte ou não) e as visões sobre os monumentos. O terceiro e último se refere aos artigos que tratam do elemento indígena na formação da nacionalidade. Estes artigos, tidos pelos estudos correntes como pouco representativos no quadro geral da política editorial do SPHAN, representantes de um “patrimônio que ficou no papel”, preterido pelo núcleo central do órgão, informam sobre a atuação de instituições bastante peculiares no período, principalmente o Museu Nacional. São, portanto, de grande interesse para esta dissertação, que pretende analisar justamente as diferentes visões e instituições que contribuíram para a política editorial do SPHAN. Ao final, procederemos a uma sucinta conclusão sobre os resultados da pesquisa e as questões que permanecem abertas para a contribuição dos historiadores que cada dia mais se interessam em pesquisas a trajetória das políticas de preservação do patrimônio cultural e as iniciativas editoriais brasileiras.

3.2. ALÉM DO DISCURSO ARQUITETÔNICO: OUTROS PATRIMÔNIOS

Como foi analisado acima, a política editorial do SPHAN serviu para a consolidação de um conjunto de conceitos que embasaria as atividades do órgão. Com base nos artigos e monografias “centrais”, foi possível observar como a prática de preservação do patrimônio foi articulada à prática arquitetônica e a uma determinada corrente intelectual, chamada de “moderna” ou “modernista”.

No entanto, se observarmos o conjunto geral de textos publicados, algumas questões se impõem. Em primeiro lugar, a despeito da afirmação de uma corrente arquitetônica, as publicações do SPHAN tiveram um perfil histórico, procuraram situar os monumentos no contexto da época em que participaram da história brasileira. Além disso, os artigos e monografias veiculados pela política editorial do SPHAN discorreram sobre vários temas da história nacional de diversas maneiras, não bastando a análise do discurso arquitetônico para se estabelecer a dinâmica de busca por condições de difusão dos discursos sobre o nacional que estamos identificando. Se aos arquitetos ficou quase que reservado o trabalho de conservação e restauro dos monumentos, a atribuição dos valores e escalas de importância aos monumentos foi, na grande maioria dos casos, feita por historiadores.²⁰⁴

Ao mesmo tempo, se os artigos dos membros do corpo técnico do SPHAN no Rio de Janeiro e dos colaboradores mais próximos de Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre o período colonial e o barroco mineiro foram decisivos para a afirmação de conceitos ainda hoje consagrados sobre a proteção ao patrimônio em “pedra e cal”, é curioso constatar que eles totalizam pouco menos da metade dos artigos sobre os assuntos.²⁰⁵ É necessário, portanto, analisar os artigos sobre o período colonial e o barroco escritos por membros do quadro administrativo do SPHAN mais distantes do centro decisório, como, por exemplo os chefes das regionais, e também por colaboradores que se filiavam a outras instituições e formas de registro do passado, o que permitirá vislumbrar a variedade de intelectuais, instituições e formas de registro relacionadas à prática patrimonial no período.

²⁰⁴Dos 85 artigos publicados na *Revista do SPHAN* entre 1937 e 1946, 57 foram elaborados por historiadores e historiadores da arte, ou seja, 67% do total. Por sua vez, 8 das 13 monografias integrantes da série das *Publicações do SPHAN* foram escritas por profissionais e intelectuais que se enquadravam dentro das duas categorias profissionais.

²⁰⁵São, entre os exemplares analisados, 29 dos 59 artigos referentes ao período colonial e à arte religiosa, o equivalente a 49%.

Tal variedade de formas de registro sobre o patrimônio advém, segundo já analisamos no primeiro capítulo, da fragilidade das fronteiras entre os saberes nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil, quando os cursos superiores nas disciplinas que compõe a área de conhecimento hoje conhecida como a das “ciências humanas” ainda eram escassos. Sem cursos superiores estabelecidos no país, o trabalho do historiador, categoria profissional central nesta seção do capítulo, ainda era determinado pelo trato contínuo com os documentos, com a filiação a instituições de pesquisa específicas, como institutos e associações e com as práticas editoriais.

Passaremos à análise de artigos de dois “historiadores” veiculados na *Revista do SPHAN*, Salomão de Vasconcelos e Alberto Lamego. O primeiro, que fazia parte do quadro do SPHAN, foi representante regional do órgão em Minas Gerais entre 1938 e 1945, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e colaborador de sua *Revista*. Já o segundo, que não fazia parte dos quadros do SPHAN, era membro do IHGB, com formação na área de geologia e mineralogia, autor de estudos sobre a história do Rio de Janeiro, sob o ponto de vista de sua geografia, tendo atuado como colaborador nas páginas da *Revista do SPHAN*.

Salomão de Vasconcelos escreveu quatro artigos na *Revista* entre 1937 e 1945. São eles “Relíquias do Passado”, presente no segundo volume, “Um velho solar de Mariana”, no terceiro volume, “Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII”, no quarto volume, e “Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto”, no quinto volume.

Em “Relíquias do Passado”, o historiador mineiro identifica um mal entendido acerca da criação da primeira Câmara da vila de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Albuquerque, posteriormente denominada Mariana. O desconhecimento da existência

de um primeiro livro de atas, datado de quatro de julho de 1711, teria feito com que importantes autores tivessem incorrido em grave erro ao datar a criação da vila no ano de 1712 ou mesmo 1714. Para o autor, a resolução deste problema se afigurava de extrema importância e relevância, uma vez que teria sido

“nesse venerando cenáculo que se lançaram as bases do poder municipal no nosso estado ou, na frase mais expressiva de Diogo de Vasconcelos, onde se desfraldou nas Minas o estandarte das câmaras, princípio e ainda fonte das instituições liberais de nossa pátria.”²⁰⁶

O interesse na data exata da criação da primeira câmara tinha como principal motivação, portanto, a tentativa de se estabelecer uma “memória das instituições”. Não se tratava da busca de um valor artístico que expressasse o gênio criador nacional, mas sim um esforço de afirmação do poder, no caso municipal, como elemento de civilização.

As atas e acordos referentes à criação da primeira Câmara de Mariana seriam, portanto, elementos centrais na elucidação deste passado, e o artigo visava justamente comunicar o achado do primeiro livro de atas pela equipe do historiador mineiro, que mesmo “descorado pelo tempo e em parte inutilizado pelos roedores iconoclastas”²⁰⁷, servia para confirmar as teses do autor. As atas foram transcritas integralmente, e o artigo contou com a reprodução fotográfica dos documentos.

É interessante notar como a prática relatada pelo historiador em seu artigo, de propor problemas históricos de datação de criação de vilas, de instalação de câmaras e instituições do poder era bem característica dos institutos históricos e geográficos estaduais, preocupados com o estabelecimento da população no território dos estados e com a questão de divisas e limites. Salomão de Vasconcelos, mesmo fazendo parte do

²⁰⁶ VASCONCELOS, Salomão de. *Relíquias do Passado*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41), p. 43.

²⁰⁷ Idem, p. 47.

quadro de funcionários do SPHAN, contribuiu para o órgão de acordo com as práticas características de seu ofício enquanto membro do IHGMG, que envolviam a pesquisa documental exaustiva.

O historiador concentrou seus artigos em aspectos históricos das cidades de Vila Rica e Mariana. A recuperação da história das primeiras cidades mineiras também estava na pauta de atividades do IHGMG desde a década de 1910, sendo o instituto responsável pela organização dos festejos pela ocasião do bicentenário de Mariana, bem como da celebração do martírio de Tiradentes no dia vinte um de abril em Ouro Preto. Interessante notar que neste primeiro artigo, Salomão de Vasconcelos não se refere à importância dos documentos que comprovam a criação da primeira Câmara de Mariana entre julho e dezembro de 1711 para a história nacional. Para o autor, além desses documentos, “muitos outros atos e medidas interessantes constam do livro referido, muitos deles podendo se prestar a belas e oportunas páginas da História Mineira.”

É mais uma vez preocupado com a história da “civilização montanhosa” que Salomão de Vasconcelos publica seu segundo artigo “Um velho solar de Mariana”. Ele inicia o artigo identificando o ramo familiar ao qual o velho solar pertence, a saber, o do Dr. João de Souza Barradas, “sogro do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (o velho”. Barradas havia figurado como importante nome na magistratura, na política e na administração colonial, e seus descendentes seguiriam os mesmos passos:

“Se, no dizer de Diogo de Vasconcelos, é lícito julgar-se pelos frutos a árvore, pode o Dr. João de Souza Barradas, do seu jazigo, mostrar à posteridade os filhos e netos que teve.”²⁰⁸

²⁰⁸ VASCONCELOS, Salomão de. *Um velho solar de Mariana*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p. 227.

Após citar todos os filhos e netos do patriarca da família – filhos de Minas, na maior parte marianenses -, Salomão de Vasconcelos passa à descrição do solar, construído entre o final do século XVIII e início do seguinte, provavelmente por um dos filhos do Dr. João de Souza Barradas. Ocupado pelo cônego Barradas, posteriormente passou para a posse de Diogo Antônio de Vasconcelos – avô paterno do autor.

Após estas considerações, Salomão de Vasconcelos passa a relatar memórias do local, em companhia de seu tio Diogo de Vasconcelos, político e historiador mineiro:

“Certa vez, indo eu com ele a Antônio Pereira, cuja estrada passa juntinho da frente da casa, parou, como de costume, desceu do Marreco (o seu burrico de estimação), e entrou. Era uma fresca manhã de maio e os melros, em revoadas, cantavam alegres sobre a copa dos coqueiros, como no cenário de outrora, do seu tempo de criança.”²⁰⁹

Portanto, o solar em Mariana representaria um monumento da história não só por sua antiguidade ou por sua localização em uma cidade histórica, mas também por ter servido de acolhida a vultos da história política e intelectual mineira. O estilo da escrita do autor e a forma como o casarão é tratado, como símbolo da pujança de uma tradicional família, é muito semelhante com o teor do discurso elaborado pelo IHGMG, instituição da qual Salomão de Vasconcelos era uma das principais lideranças. É possível perceber, então, como nas páginas da *Revista do SPHAN*, periódico inserido num esforço cultural de um órgão que pregou um discurso “científico e objetivo” sobre monumentos que seriam os pressupostos de manifestação de uma nacionalidade homogênea, a atividade de intelectuais membros de outras instituições contribuiu para uma pluralidade de modalidades discursivas, nem sempre identificadas com o discurso dos membros do grupo central do SPHAN. Salomão de Vasconcelos imprimiu em seus artigos na *Revista do SPHAN* e em sua atividade como representante regional do órgão

²⁰⁹ VASCONCELOS, Salomão de. *Um velho solar de Mariana*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p. 234.

em Minas Gerais as marcas de sua filiação institucional ao IHGMG. Separar a atuação do historiador mineiro nas duas instituições constituiria em erro, uma vez que, como já frisado, a dinâmica observada no círculo de intelectuais e profissionais envolvidos nas atividades do SPHAN, como funcionários do órgão ou colaboradores, foi a de busca por espaços de veiculação de discursos, o que acabou por possibilitar a articulação entre instituições.

Se o artigo “Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII” pode ser enquadrado dentro das orientações do corpo técnico do SPHAN, ao fazer um apanhado dos artífices que exerceram a profissão durante todo o século XVIII, com a transcrição dos documentos e elaboração de listagens, o último artigo, “Primeiros aforamentos e ranchos de Ouro Preto” volta a deixar clara a semelhança com a prática empreendida pelo IHGMG. Nele, Salomão de Vasconcelos se limita a reproduzir integralmente os documentos, sem emitir opiniões ou empreender análises sobre os mesmos. O trabalho de pesquisa e publicação de documentos era, portanto, uma prática comum e importante nas redes de sociabilidades intelectuais envolvidas na política editorial do SPHAN. Neste panorama, a *Revista do SPHAN* e as *Publicações do SPHAN* foram pontos de contato entre diferentes vertentes profissionais, vinculadas a diversas instituições, e que tinham no trato com os documentos sua principal atividade. Rodrigo Melo Franco de Andrade aceitou colaborações de diversas fontes, nem sempre alinhadas com as diretrizes do órgão, desde que os autores levassem a cabo estudos que tivessem relação com os monumentos identificados e tombados pelo SPHAN.

A contribuição do historiador fluminense Alberto Lamego também é interessante para observar não somente a variedade das práticas expressas pelos artigos veiculados, mas também como autores cujos artigos se enquadravam dentro da categoria “arquitetura e arte do período colonial” identificaram outros períodos e objetos que não

o barroco da segunda metade do século XVIII. Por fim, a obra de Alberto Lamego, sua caracterização como historiador e o tipo de discurso que ele veiculou, recheado de imagens romanceadas sobre o passado representado pelos monumentos descritos, permite aprofundar o estudo da heterogeneidade discursiva presente na coleção da *Revista e das Publicações do SPHAN*.

No artigo “O Solar do Colégio”, Alberto Lamego procura restituir a importância da construção, erigida no início do século XVIII pelos padres da Companhia de Jesus. Se não era possível observar no monumento as minúcias decorativas do estilo barroco, o autor considera prova de parcialidade e ignorância o questionamento da importância dos jesuítas para a formação cultural brasileira. Segundo o autor:

“Prova da tacanhíssima parcialidade e de completa ignorância de nossos grandes historiadores, é o contestar-se a formidável influência do primitivo jesuíta na cimentação da nacionalidade brasileira. Os seus colégios, residências e mansões, na era colonial, foram o empecilho único do aniquilamento do índio pelo imigrante. Nele abaluartavam-se os pobres índios perseguidos. Se as bandeiras, dispersivas, destruíam incompatíveis tribos de aborígenes, nos redutos pupulares dos inacianos reafirmava-se o equilíbrio tri-racial do sangue, pela salvação do elemento americano. Nas fazendas leiolistas deu-se o cruzamento mais intenso dos etíopes e ameríncolas, tão difícil, dada a repulsa destes por aqueles. Cafuscos, caribocas e xibaras multiplicavam-se e dali saíam clarificados, fusionando-se com o branco, para o perfeito metabolismo racial. Não fossem os religiosos missionários, a percentagem de sangue indígena, no mestiço, redundaria ínfima, pelas descargas implacáveis dos bacamartes predadores..”²¹⁰

Para o autor, resgatar o monumento constituído pelo Solar do Colégio seria o equivalente a rememorar intensamente a presença dos religiosos que o erigiram, comandando artífices indígenas quando estes ainda se comunicavam precariamente com os colonizadores. A arquitetura do Colégio, portanto, evocaria valores de grande importância para a história da configuração racial e cultural brasileira, não necessariamente ligados à história da arte. Neste caso, percebemos que o monumento é

²¹⁰ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O solar do Colégio*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939(1940), p.23.

utilizado para simbolizar aspectos da história nacional, não manifestações artísticas excepcionais, originais e autênticas.

É interessante observar que em alguns artigos a noção de “valor histórico” foi desenvolvida, paralelamente à noção de valor artístico. Mário de Andrade, em seu artigo “A Capela de Santo Antônio”, publicado no primeiro volume da *Revista*, identifica o “valor histórico”:

“O critério para um trabalho proveitoso na defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no estado de São Paulo, quase exclusivamente pelo ângulo histórico. No período que deixou no Brasil as nossas mais belas grandezas coloniais os séculos XVIII e XIX até fins do Primeiro Império, São Paulo estava abatido, ou ainda desensarado dos revezes que sofrera. Não pôde criar monumentos de arte. Se é certo que uma pesquisa muito paciente pode encontrar detalhes de beleza ou soluções arquitetônicas de interesse técnico, num teto ou torre sineira, num alpendre ou numa janela gradeada, é mais incontestável ainda, ao meu ver, que São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da arquitetura ou da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Bahia. O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices de um tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir. Está nesse caso a deliciosa capela de Santo Antônio, no município de São Roque, a 70 Km da capital, pras bandas de oeste.”²¹¹

Percebemos na atitude do autor, um apreço pelas ruínas, pelo antigo, danificado, que ele associa a um “valor histórico” inerente aos monumentos. No início de seu artigo ele se lamenta:

“Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiráveis, quem sabe se em tal capela denunciada vai topar-se com alguma São Francisco? Já não digo tão inédita como a de São João Del Rey, mas pelo menos tão linda como a de João Pessoa... E encontramos ruínas, tosquidões. Vem a amargura. Uma desilusão zangada, como a fome criara, nova e oposta miragem.”²¹²

²¹¹ ANDRADE, Mário. *A Capela de Santo Antônio*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937(1938), p. 119.

²¹²Idem, p. 119.

Mário de Andrade, representante regional do SPHAN por pouco tempo, membro do corpo técnico durante o ano de 1939, foi, durante o período estudado, um intelectual que, mesmo próximo do centro articulador do órgão, manteve posições bastante peculiares quanto ao patrimônio nacional. Publicou apenas dois artigos entre 1937 e 1945, por mais que tenha sido responsável por inúmeros estudos e pesquisas documentais. Conforme mostrado no segundo capítulo, por diversas vezes ele argumentou em favor de pesquisas sobre o folclore e as “artes aplicadas populares”, orientação que não foi adotada pelo SPHAN. Por vezes o enfoque dado por Mário de Andrade era alvo de críticas inclusive entre os membros do corpo técnico do SPHAN:

“Rodrigo,

Estou desolado e mesmo bastante machucado.

O caso é o seguinte: o Saia, um pouco enxeridamente, sem ter as “notas” junto, leu a redação deste meu trabalho e fez uma crítica arrogante. Acha que está anti-científico, muito literário, e se não pronunciou a palavra “literatice”, tenho certeza de que pensou nela. Não pronunciou por delicadeza. Em compensação acha que é trabalho de católico e se não pronunciou a palavra “papa-hóstia”, deve ter pensado em coisa parecida. Não pronunciou porque sabia não ser a verdade “histórica”. Acha que dei excesso de importância aos frades carmelitas na proteção outorgada a Jesuíno; acha que dei muita importância aos padres na proteção às artes, etc,etc, e que tudo existia só em função histórica do momento. Acha que na parte psicológica eu me servi em demasia do texto do Padre Feijó, que era um panegirista. E enfim acha que não estudei, não encontrei a funcionalidade que a parte profana da existência, política, social, etc. do tempo poderia ter tido na formação e realização artística de Jesuíno. Que há, portanto, toda uma feição da sociologia e da psicanálise que não tratei: me arrasou.

Acabo de corrigir a datilografia do que escrevi. Estava disposto a escrever mais uma biografia do Padre Jesuíno, estritamente científica, o que não me custaria nada. Serão apenas uns dois dias de trabalho, pegando no pré-escrito e reduzindo a equação. E mandaria as duas versões pra você escolher. Nem perderei meu trabalho literário com isso, pois o desenvolvia numa novela romanesca bastante desenfreada, que a vida do Padre dá bem pra isso.”²¹³

O caso do historiador fluminense também poderia se enquadrar neste tipo de questões que colocava uma produção “científica” em oposição à “literatice”. A partir da

²¹³ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 04 de fevereiro de 1942. In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória/IPHAN, 1982, p.147-148.

constatação da importância da influência do jesuíta para a formação da nacionalidade, Alberto Lamego empreende a caracterização do monumento. Ao contrário dos artigos elaborados pelos membros do corpo técnico do SPHAN, a narrativa do autor cria um ambiente bucólico, idealizado, não contando com documentos para fundamentar a história traçada. Não se tratava de um estudo “científico e objetivo”, por mais que seu autor se preocupasse em determinar as datas importantes e os ocupantes do local. Ao descrever o antigo solar ele conclui:

“A estrutura monacal dos seus contornos evoca no severo lineamento a indobrável disciplina Loyola, geometrizando pela sua rigidez dogmática a rebelde consciência do selvagem. Crê-se toda hora ver surgirem nos retângulos das janelas que o circuitam, as negras sotainas dos jesuítas.

Dos portais vazios, a esboquearem nos pesadíssimos lances de muralhas, espera-se a cada instante o saimento, na azáfama costumeira, de índios semi-nús e de negros africanos, algaraviando em dialetos bárbaros. Cuida-se distinguir, nos lajedos do terraço que o fronteia, as perucas polvilhadas e os veludos suntuosos, recamados de ouro e prata, das casacas de fidalgos cavaleiros, condomínios de grandes teres, que chegam a gauchar em coceis caracolantes, agitando nas mãos finos tricórneos emplumados, e os espadins dourados sacudindo pensos aos boldréis de seda. Julga-se a cada momento ouvir, da torre da Capela, festivo bimbalar de sinos. Espera-se algum irmão noviço indo espiar as horas para os toques de sineta, no antiquíssimo relógio de sol.”²¹⁴

O historiador relaciona a construção com dois “ciclos”: o “ciclo jesuíta” e o “ciclo dos fidalgos”. Para simbolizar a fusão racial que teria sido permitida pela ação dos religiosos, ele relata uma festa ocorrida na ocasião da visita do ouvidor geral, Dr. Manuel da Costa Mimoso em 1730 para a devassa sobre as queixas da população, “flagelada pelo despotismo dos assecas”. O ouvidor se hospedou com os jesuítas, e o autor relata apaixonadamente as festas e cerimônias:

“Tamanha foi a recepção que afim que todo o povo concorresse ao Colégio, por todos os recantos da Capitania, seis escravos da fazenda do Visconde, bizarramente vestidos, ao som de sacabujas e atabaques, apregoavam as festas.[...]

²¹⁴ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O solar do Colégio*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939(1940), p.23.

Arredor da praça, séges e carros de bois, cavaleiros e pedestres, massas de povo e turbas de escravos. A anarquia no vestir copiava o espírito remendado do povo aventureiro[...].

Na psique popular, colidiam-se diferenciadas, ainda, várias gerações de levadas imigradas. A heterogeneidade da plebe, e da burguesia rural dela nascida, exteriorizava-se na roupagem extravagante e arcaica. Roupas da terra e vestes de além-mar, trajes preciosamente herdados, misturavam-se (...) Envolta em trapos de riscado, a negraria esgazeava olhares admirativos.[...]

Os pômulos faciais dos índios salientavam-se na mistão étnicas dos rostos tricontinentais. Os seus olhos mongólicos, de sob inclinadas frestas palpebrais, espiavam indiferentes, impassíveis como lagoas...[...]

As festas do Colégio movimentavam-se dias a fio. Com seus banquetes formidandos, com suas danças guerreiras de negros e índios, ante a fachada cingida de luminárias e sob o esturgir das salvas da mosquetaria da Ordenança, pelas noites fantasmagóricas de artifícios foram as maiores que se viram na Capitania[...].”²¹⁵

É interessante observar que em seu outro artigo, “Os Sete Povos das Missões”, publicado no quarto volume da *Revista*, Alberto Lamego adota o mesmo tom literário, formador de imagens pictóricas sobre os monumentos no contexto de seu uso pelas populações coloniais. Ao relatar uma festa ocorrida no século XVII, no tempo em que a região era de posse espanhola, o historiador fluminense volta a exaltar a mistura das raças – sempre com a preponderância do elemento português - simbolizada pelas festas:

“Onze foram os dias fixados para as festas, desde o dia 4 de novembro, dia de São Carlos, santo do nome do nosso rei, até 14 (data natalícia da rainha, que já tinha baixado ao túmulo dois meses antes, em 27 de setembro, mas cujo passamento ignoravam os seus vassalos da América).

A convite do general D. Pedro Cevallos, compareceram os índios dos três Povos da *Trindade*, *Mártires* e *S. Tomé* para ajudar aos militares. [...]

Trouxeram harpas, violinos, violões, clarins, charamelas, etc. Chegaram todos juntos no dia 3, véspera dos festejos, e entraram no povo de São Borja, ao som dos seus instrumentos, todos em forma, causando grande animação e alegria a todos os militares e vivendeiras que os aclamaram.

Acompanhados por todos, entraram na igreja e com grande devoção rezaram e cantaram em guarani, ao som da música e finalizaram com o *Alavado*, em castelhano.[...]

Seguiu-se um banquete régio com a presença de todos os oficiais e eclesiásticos [...]. O Banquete dói abundantíssimo e, na sobremesa, fantasiou-se um jardim com doces variados que cobriam todas as

²¹⁵ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O solar do Colégio*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939(1940), p. 27-29.

mesas desde o princípio até o fim. O solo ou pedestal desse jardim era formado de vários espelhos.”²¹⁶

Alberto Lamego procura, portanto, identificar os monumentos com a presença do elemento jesuíta no território brasileiro e com as principais figuras da administração colonial, ressaltando a importância histórica das edificações abordadas. Sobre o “Solar do Colégio”, o autor afirma que a expulsão dos missionários teria acarretado a passagem do antigo solar para a posse de Joaquim Vicente dos Reis, tenente coronel da milícia, membro de diversas ordens. O oficial, dotado de visão distinta, soubera desenvolver consideravelmente sua propriedade. Para exemplificar a pujança do local e a importância de seu proprietário, o autor mais uma vez se utiliza de construções imagéticas, relatando uma visita de D. Pedro II, em companhia da Imperatriz e do Conde D’Eu, por volta do dia 14 de junho de 1875:

“Nesse dia o velho órgão musicou ainda sob as mãos do professor Filipe Claudel. Das janelas do solar, não se cansava o Imperador em enaltecer o circunvagante panorama. É o grande engenho a fumar, são as filas distantes de senzalas, é o oscilante verde-gaio dos canaviais. Mas acima de tudo, é aquela imensa campanha pastoril, macia de gramados, onde nos dias claros, pontilham no ar timpânico os trilos nítidos das codornas, entre o longínquo mugir da gadaria. Acima de tudo é aquele faiscante seriar de lagoas, animadas do bulício de aves gritadoras. São aquelas desmedidas massas líquidas que se rebalsam em cintilante estiramento, flanqueadas nas orelhas de rechãs capinosas, bosqueadas de capões de “juramentos” e “quixabas”, onde as árvores se acocoram, embrulhadas nas copas unidas de docel. São aquelas várzeas limpas e vistosas, onde as águas tranquilíssimas se iluminam niqueladas ao clarear das manhãs, onde as garças sereníssimas passam lentamente, ao decair do sol, nos bruxuleios alaranjado dos crepúsculos; onde os vapores sonambulam, sobre o brilho mercurial de pauis que se irisam, picados de résteas lunares...”²¹⁷

O relato apaixonado do autor tem como ponto culminante a ocasião da despedida do monarca. Segundo o relato do historiador fluminense, a comprovação da grandeza moral do proprietário do solar, bem como a ligação do imóvel à integração das raças ocorrida no Brasil, poderia ser afirmada por um ato em especial:

²¹⁶ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Os sete povos das Missões*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p. 56-57.

²¹⁷ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O solar do Colégio*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939(1940), p. 37-38.

“A despedida do monarca, Paula Barroso tem mais um gesto de grandeza, que umedece os olhos bons ao Magnânimo. Por uma de suas netas faz entregar aos seus cinco melhores escravos – e aos que mais falta lhe fariam – a carta de alforria. Antevendo a abolição, o tenente-coronel liberta o elemento servil antes do 13 de maio. Deu-se então um acontecimento que desvenda de relance a nobreza moral da gente do Colégio. Os negros alforriados – já gozando anteriormente de regalias de verdadeiros colonos – oferecem espontaneamente a Paula Barroso um ano de trabalho gratuito em reconhecimento pelo bom cativo que tiveram”.²¹⁸

Esta solidariedade entre as raças com a preponderância do elemento lusitano que se ligava à existência do monumento também é exemplificada por outro “grande vulto da história brasileira” que passou pelas dependências do antigo solar, o Tenente-Coronel Saldanha da Gama. Este oficial, em suas visitas constantes ao solar, sempre trazia presentes para os familiares e para os negros. Segundo o autor, “um de seus quindins era a sua velha mãe preta. Ia vê-la na senzala. Osculava-lhe com respeito as mãos e enchia-a de mimos que trazia. Ouvia com afeto protetor as conversas dos escravos.”²¹⁹

Alberto Lamego adota em seus artigos um tom bastante diverso do das orientações que se afirmaram entre o grupo central do SPHAN, composto, como já vimos, pelos membros do corpo técnico, do Conselho Consultivo e pelos colaboradores mais próximos a Rodrigo M.F. de Andrade. Transita entre um estilo “memorialístico” e a exaltação de grandes vultos políticos brasileiros, adota um estilo narrativo fortemente impregnado de lirismo, com o objetivo de evocar imagens idílicas de um passado heróico de consolidação da formação racial e cultural brasileiras. Com relação ao antigo solar fluminense, o autor enfatiza o caráter exemplar do monumento:

“A fazenda do Colégio é dos últimos redutos onde se acastela na planície, o cavalheirismo hospitaleiro, a qualidade primacial da gente do Colégio. [...]

O mundo vara o mais convulsivo período da evolução humana. Ameaçando a sociedade esboroar-se, hordas de aventureiros despreparados galgam as posições. Embaciou-se o cunho polido, da cultura social de indelévels estratificações históricas. Uma vaga de lama banha a humanidade. Tudo leva-nos a preconizar um

²¹⁸ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O solar do Colégio*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939(1940), p. 37-38.

²¹⁹ Idem, p. 39.

encadeamento regressivo à barbárie. A brutalidade é a lei. O cinismo, o caminho. A calúnia o meio. A exploração das massas, a ambição. A pilhagem dos cofres públicos, a vitória. O dinheiro, o poder.

Em bravíssimas arrancadas audaciosas, campeia infrene o mais desabalado cabotinismo. Na sociedade encapelada, pululam todos os elementos de crimogênese, tenebrosamente libertados. O homem recapitula em sínteses individuais, estágios recalçados de extintas gerações, filtrados através de milênios.

Mas quando os fatores degenerativos da incultura aparentam indicar o sossobramento da humanidade, quando o dominante oportunismo caviloso tenta invalidar ideais reformadores de sociólogos altruístas, há quadros que nos alentam. Um deles é o Solar do Colégio.

Ali a heráldica de sentimentos e do caráter não se estilhaçou ante a superioridade vital da localidade campeadora. Ali as garras frenéticas de um ganancioso e espúreo regime econômico, não estrangulam as seculares tradições de honestidade, probidez e fina educação da velha aristocracia do trabalho rural, que condignamente a sua missão histórica, na era que findou. Porque o retrocesso humano é apenas aparente. É muito visível o alvo para onde vamos. E, se as paredes solarengas se desaprumam, marcando o fim do feudalismo agrícola, o Colégio é um dos marcos evolutivos que a picareta do progresso deve respeitar.

Que jamais se desmoronem tuas muralhas, solar venerável, que aninhastes os êmulos de Anchieta, que acolhestes os índios perseguidos, que educastes o povo, rude, pelo exemplo dos senhores rurais, que amaciastes a tortura da escravidão, e que vistes tantas vezes, na farda de um almirante brasileiro, curvar-se respeitosamente o mais perfeito dos cavalheiros para beijar a mão calosa de uma negra velha.”²²⁰

Enquanto o autor alerta para a necessidade de se recuperar antigos valores constituintes da mistura que deu origem à cultura brasileira no artigo sobre o antigo solar, em seu texto sobre os “Sete Povos das Missões” ele afirma que tal retomada já se fazia em curso, com a continuidade da obra histórica dos jesuítas por parte do presidente gaúcho Getúlio Vargas, natural de São Borja, região do monumento religioso:

“No extremo noroeste do estado do Rio Grande do Sul, à margem esquerda do Rio Uruguai, está situada a cidade de São Francisco do Borja, onde viu a luz do sol o Sr. Getúlio Vargas, e que foi um dos “Sete Povos das Missões”. [...]

No poder dos jesuítas estiveram os “Sete Povos” até 1767, quando, por decreto de 3 de abril, foram expulsos das terras espanholas, mas o governo espanhol continuou na posse de todo o território das Missões até 1801, quando, por golpe de audácia, dele se apoderou um grupo de portugueses, sem armas e munições. [...]

Agora que o grande estadista que dirige a nação faz reviver das cinzas do passado os dias gloriosos dos Sete Povos das Missões, considerando monumentos históricos as suas igrejas em ruínas,

²²⁰ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O solar do Colégio*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939(1940), p. 37-38.

determinando, por decreto, a sua restauração e a organização de um museu, na de São Miguel, para a guarda das relíquias esparsas a elas pertencentes, que o tempo ainda não destruiu, é de toda oportunidade darmos notícia das festas realizadas no Povo de São Francisco da Borja há quase dois séculos.[...]”²²¹

É possível perceber, portanto, como, nas páginas de política editorial do SPHAN foram veiculadas interpretações bastante heterogêneas sobre o que constituiria o patrimônio histórico e artístico da nação, baseadas em concepções também diversas sobre o valor histórico e o valor artístico manifestados pelos monumentos. A grande variedade de enfoques correspondia à diversidade de formações daqueles que eram, na época, enquadrados dentro da categoria “historiador”.

Acreditamos que a contraposição entre estes dois valores era bem característica do campo de intervenção intelectual na emergente área da proteção do patrimônio histórico e artístico. A formação de um campo heterogêneo de estudos sobre a história da arte colocava os dois valores em questão, e os intelectuais envolvidos na tarefa de elaborar os conceitos a partir dos quais seriam eleitos e classificados os monumentos tentaram colocar o problema em termos claros.

3.3. VALOR HISTÓRICO E VALOR ARTÍSTICO

Nesta penúltima seção, analisaremos o artigo “Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte”, da historiadora da arte alemã Hanna Levy contratada por Rodrigo Melo Franco de Andrade para ministrar cursos técnicos aos membros do corpo técnico do SPHAN nos anos de 1940 e 1941.

Este artigo é importante por ter sistematizado conceitos caros aos estudos de história da arte brasileira, que ainda se encontravam em processo de consolidação, tendo

²²¹ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Os sete povos das Missões*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p. 55.

no SPHAN um de seus principais *locus* discursivos. Pode ser considerado, juntamente com a monografia “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil”, de Afonso Arinos de Melo Franco, analisado na primeira seção deste capítulo, um texto balizador das práticas de identificação e proteção dos monumentos. A autora afirma que, “dentre os aspectos que oferece, no domínio da arte, o problema dos critérios de julgamento, a questão da distinção entre o valor artístico e o valor histórico ocupa um lugar particularmente importante.”²²²

A autora cita que as questões sobre os diferentes valores expressos pelas obras de arte surgiram à medida que os estudos sobre a história da arte passaram de um estado “embrionário”, que não saberia distinguir entre uma emoção subjetiva e um método científico, ao status de uma ciência digna do mesmo estatuto que a história ou alguma das ciências exatas. Para melhor precisar as implicações práticas do problema entre os dois valores, a autora inicia descrevendo o que entenderia por “valor histórico”:

“Aceitamos aqui a definição sumária de Focillon, segundo a qual este termo traduz a importância de um dado histórico na medida em que este dado é causa e efeito. “Valor histórico” de uma obra de arte quer, portanto, dizer que esta obra foi causa ou efeito (ou as duas coisas ao mesmo tempo) no correr da história da arte. Valor histórico de um fato político para a história da religião quer dizer que esse fato político se tornou causa ou efeito para a história religiosa.”²²³

No excerto do artigo acima é possível perceber como fez parte das preocupações dos colaboradores do SPHAN a conceituação do que seria a dimensão histórica dos monumentos. A autora estabelece uma visão sobre o que constituiria o aspecto histórico do patrimônio: as relações de causa e efeito para a história geral e para a história dos estilos artísticos, que manifestariam a cultura nacional. Tal postulado fora afirmado anteriormente por Alöis Riegl, historiador da arte austríaco membro da Escola de Artes

²²² LEVY, Hanna. *Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p. 181.

²²³ Idem, p. 186.

de Viena, que publicou em 1903 a obra “*O culto moderno dos monumentos*”, considerada a primeira tentativa de conceituação e sistematização das categorias de valores envolvidas no trato com os monumentos. Segundo o autor, se em um passado remoto os monumentos eram construídos visando à perpetuação da memória coletiva ou do líder, ou seja, de forma intencional, os monumentos modernos, “*monumentos históricos e artísticos*”, possuíam a especificidade de se referir a eventos históricos localizados no tempo e no espaço, tratando-se de uma escolha deliberada dos sujeitos modernos. Esta definição se relaciona com a noção de história adotada pelo autor, que é bastante próxima da de Hanna Levy:

“é histórico tudo aquilo que foi, e não é mais hoje em dia. No momento atual, nós acrescentamos ainda a esse termo a idéia de que aquilo que foi não poderá jamais se reproduzir, e que tudo aquilo que foi constitui um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento”²²⁴

Hanna Levy relaciona em seu artigo o “valor histórico” com a elaboração de tipologias e correntes artísticas, e enfatiza que o estabelecimento dos diferentes valores a serem respeitados depende da avaliação a ser realizada em cada obra de restauração, uma vez que a teoria não bastaria, servindo apenas de referencial para atitudes concretas. Seria natural que o lado metodológico do problema influísse constantemente sobre o seu lado prático ou empírico, porque a teoria abstrata e a história concreta da arte se encontrariam, em sua opinião, em relação dialética. Os valores, por sua vez, se encontrariam misturados, em diferentes graus de importância, mas a autora identificava três motivos pelos quais não se poderia afirmar uma equivalência entre os valores históricos e artísticos:

²²⁴ RIEGL, Aloïs. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Tradução Daniel Wiczorek. Paris, Seuil, 1984,p.37. APUD: CUNHA, Cláudia Reis e. *Aloïs Riegl e o culto modernos dos monumentos*. In.: *Vitruvius*, n.54,ano 05, jun/2006. [Tradução da autora]

“O fato dos valores histórico e artístico não coincidirem necessariamente explica-se por múltiplas razões, das quais sobressaem três:

1. Não é a força criadora que é transmitida, mas apenas a soma do saber, a matéria dos conhecimentos. Entre o desenvolvimento histórico e a faculdade criadora as relações são desproporcionais.
2. Circunstâncias exteriores podem impedir qualquer efeito ativo de uma obra de arte.
3. A reação por parte dos artistas e por parte do público a uma obra de arte do passado e do presente é determinada por uma quantidade de elementos extra-artísticos.”²²⁵

Pode-se deprender da passagem acima que, se ao valor histórico é dedicada uma vasta definição, o valor artístico é associado à subjetividade e à emoção, o que Hanna Levy chama de “circunstâncias exteriores”. Mais uma vez percebe-se o alinhamento entre o quadro conceitual veiculado pela autora alemã e as posições de Aloïs Riegl, para quem não existiam *monumentos artísticos*, apenas *monumentos históricos*, uma vez que eles se referiam à história da arte, e não à arte propriamente dita.²²⁶

Hanna Levy procura dissociar os valores artísticos, e principalmente os históricos, de um “valor documental, inerente a todo monumento:

“Distinguimos do termo “valor histórico”, na sua aplicação à obra de arte, o termo “valor documentário”. Por este termo queremos exprimir o fato de que toda a obra de arte possui (ou pode possuir), além do seu valor histórico, no sentido da nossa definição – quer dizer, com relação à história da arte – um valor histórico com relação à história geral, como fonte, documento, etc.”²²⁷

Aloïs Riegl também pregava o reconhecimento de que um determinado monumento representa um estado particular e único no desenvolvimento de um domínio da criação humana, passando a ser identificado como documento histórico e, por essa

²²⁵ LEVY, Hanna. *Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p. 187-188.

²²⁶ RIEGL, Aloïs. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Tradução Daniel Wieczorek. Paris, Seuil, 1984, p.37. APUD: CUNHA, Cláudia Reis e. *Aloïs Riegl e o culto modernos dos monumentos*. In.: *Vitruvius*, n.54, ano 05, jun/2006. [Tradução da autora]. Ver também: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. UNESP/Estação Liberdade, 2006, p. 18-20.

²²⁷ LEVY, Hanna. *Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942) p. 186.

razão, devendo ser mantido o mais fiel possível ao estado original, como no momento preciso de sua criação. O historiador vai além em sua análise designando um “*valor de antiguidade*”, que, como já vimos, foi bastante caro à visão do grupo central do SPHAN. Segundo Riegl, o *valor de antiguidade* seria constatado logo à primeira vista pelo confronto, não apenas pelo público instruído, mas principalmente pelas massas, com aquilo que não é moderno, com as edificações danificadas ou em ruínas que atestam a passagem do tempo e o ciclo de criação-destruição que caracterizaria a vida.

O estabelecimento de uma escala de valores, portanto, estaria associada a uma análise “histórica” das influências, baseadas em farta documentação que permitisse a atribuição das escolas sem julgamentos de valor. Estas proposições, a meu ver, indicam as múltiplas orientações possíveis, e que foram explicitadas acima. O esforço de identificação de uma arte genuinamente nacional, segundo Hanna Levy, poderia ter relação com a história geral da arte, mas poderia, sem demérito, ter importância mais localizada, associada ao caráter documental inerente aos monumentos e obras de arte:

“Tal monumento, por exemplo, do qual se tenha reconhecido a importância capital (histórica e artística) para a história da arquitetura brasileira, será talvez julgado de menor significação para a história da arquitetura dos países latino-americanos ou para uma história geral da arquitetura. Não é menos certo que esse monumento, visto do ângulo da história arquitetônica brasileira, representa um *valor máximo*, que se aproxima tanto quanto possível do valor *absoluto* ideal.[...]

Somente um estudo minucioso relativo tanto à análise da estrutura artística interna e à análise histórica da obra que exerceu influência como da obra que sofreu decidirá a questão de saber que valor (histórico ou artístico) se deve atribuir a uma e outra das duas obras. O que vale dizer que só uma análise como esta permitirá atribuir significação definida à “influência” verificada. Um historiador da arte que se concentre em notar o simples fato d’uma influência exercida, sem examinar o seu caráter particular, não terá dito nada de essencial para a compreensão de uma obra de arte. Ou, mais corretamente, a simples verificação da influência exercida e recebida constitui uma contribuição importante para a cronologia da história da arte. Mas tudo quanto

em história da arte ultrapasse a pura crônica continuará por fazer-se depois desta verificação”²²⁸

A partir das proposições da historiadora da arte alemã, é possível identificar diversas atitudes adotadas no trato com os monumentos analisados nos artigos e monografias veiculados na política editorial do SPHAN. Se determinados temas estiveram relacionados com a identificação de um “espírito nacional”, merecendo a atribuição como *valor máximo* de história da arte nacional, integrante da história geral da arte, outros mereceram uma atribuição de valor calcada na história da formação cultural brasileira, ou na história das instituições, políticos e grandes famílias. Acima de tudo, os monumentos eram encarados como passíveis de proteção por seu “valor documental”, como “testemunhas” do passado, documentos para a escrita de uma “biografia da nação” numa concepção que se aproximava, segundo Márcia Regina Romeiro Chuva²²⁹, da crítica documental tradicional, difundida a partir da segunda metade do século XIX.

Como já foi frisado, o grupo de intelectuais responsáveis pelos artigos referentes à história da arquitetura e da arte coloniais era muito heterogêneo, por mais que pudesse ser enquadrado dentro das categorias de “historiadores” e “historiadores da arte”, que, se diferiam em alguns aspectos relativos ao tipo de discurso adotado, igualavam-se na preocupação em datar as obras, atribuir suas autorias, comprovar a originalidade e a autenticidade, numa caça aos falsos e aos documentos nos arquivos eclesiásticos e, públicos e privados. Esta produção textual foi bastante diversa daquela veiculada pelos arquitetos e intelectuais mais próximos ao centro decisório do SPHAN, analisados na primeira seção deste capítulo. Estas diferenças decorreriam, a meu ver, das características observadas entre os campos de conhecimento e as áreas de especialidade,

²²⁸ LEVY, Hanna. *Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p.189.

²²⁹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009, p. 366-367.

que ainda se encontravam em processo de formação e delimitação de fronteiras, o que teria gerado visões diversas e originais sobre o patrimônio nacional, a história da arte e da arquitetura. A constatação de que o “valor artístico” teria sido colocado em primeiro plano, sobrepondo-se ao “valor histórico”, em decorrência da afirmação de uma vertente arquitetônica, a meu ver, significa apenas o ponto de partida para muitas análises, até porque ainda nos dias de hoje os processos de tombamento, inventários de bens culturais e produções textuais sobre o patrimônio incluem minuciosos estudos históricos, que extrapolam em muito o enfoque arquitetônico da chamada vertente “pedra e cal”.

A variedade de temas e abordagens veiculadas nas publicações editadas pelo SPHAN e a dinâmica de atuação de instituições já atuantes em áreas afins às preocupações do SPHAN, portanto, faz necessária uma análise do discurso que extrapola aquilo que se identificou como vertente patrimonial identificada com a arquitetura. Os artigos e monografias publicados pelo SPHAN não trataram somente de construções. Uma série de possibilidades de utilização do conceito de *patrimônio* e *monumento* foram propostas, e apenas parte delas se identificava com a análise de igrejas, fortes, prédios oficiais e residências. A maioria da bibliografia referente ao SPHAN e sua política editorial, como vimos, se centrou no patrimônio “em pedra e cal”, negligenciando a diversidade de abordagens que caracterizou os primeiros anos das atividades do órgão.

Passaremos, portanto, à análise de um tema ainda pouco explorado e bastante interessante para se perceber a atuação de intelectuais e instituições não identificadas com grupo central do SPHAN: os antropólogos e etnólogos que escreveram sobre jazidas arqueológicas, práticas e costumes indígenas e suas contribuições para a formação cultural brasileira.

3.4. AS POPULAÇÕES INDÍGENAS NA POLÍTICA EDITORIAL DO SPHAN

Após nos determos nos artigos produzidos por historiadores, analisaremos nesta última seção os artigos elaborados por antropólogos e etnólogos, que versaram sobre os índios e suas práticas. São artigos bastante característicos, envolvendo métodos relacionados às pesquisas na área da história natural, antropologia, etnologia e arqueologia, e com um estatuto diferenciado para os “monumentos” que elegem.

Até aqui neste último capítulo estivemos preocupados com os monumentos arquitetônicos e seus aspectos históricos, hierarquizados através da conceituação explicitada na última seção. Tais construções deveriam ser protegidas, conservadas e restauradas, como vimos, por evocarem fatos memoráveis ou estilos que manifestaram, na visão do grupo de colaboradores do SPHAN e de sua política editorial. Já os monumentos identificados pelos antropólogos e etnólogos que colaboraram com artigos para a *Revista do SPHAN* se inserem em outra ordem, no âmbito das práticas, daquilo que hoje é chamado de “patrimônio imaterial”, a saber, os saberes transmitidos, as práticas originais ou adaptadas no decorrer dos anos, a integração do homem com o meio que o cerca, a proteção à natureza e aos “monumentos naturais”, que serão melhor explicados a frente.

Estes artigos e seus autores despertam grande interesse na medida em que se constata que nenhum dos “monumentos” identificados por eles foi alvo de proteção efetiva por parte do SPHAN. Antônio Gilberto Ramos Nogueira, em sua dissertação de mestrado “O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em “pedra e cal””, afirma que os artigos referentes à cultura indígena e às jazidas arqueológicas teriam se constituído uma espécie de compensação pelo esquecimento do tema pelo núcleo central do

SPHAN. Teriam sido, portanto, um patrimônio que ficara “no papel”, não tendo sido efetivamente foco das atividades do SPHAN.

Ora, mas o fato de tais representações terem “ficado no papel” não as diminui enquanto visões características de intelectuais e suas instituições, que pleiteavam por espaço neste novo campo de intervenção estatal na esfera pública que era a proteção ao patrimônio histórico e artístico. Os artigos referentes aos indígenas correspondem a 10,8% do conjunto total da produção veiculada na *Revista do SPHAN* entre 1937 e 1946. A porcentagem não é desprezível. Após uma análise dos autores destes artigos, percebe-se uma distribuição dos mesmos entre profissionais do Museu Nacional e do Museu Goeldi. Como se pode perceber trata-se de uma produção bastante específica e que merece ser mais bem analisada.

Os artigos aqui analisados serão: “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”, de Heloísa Alberto Torres, “Estilização”, de Edgard Roquette-Pinto, “A natureza e os monumentos culturais” e “Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão”, de Raimundo Lopes, “Resumo histórico do Museu Emílio Goeldi” e “A Cerâmica de Santarém”, de Carlos Estevão e “Alguns aspectos da cultura artística dos Pancarús de Taracatú”, de Estevão Pinto.²³⁰

Dentre os autores, Edgard Roquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes faziam parte dos quadros do Museu Nacional, tendo o primeiro exercido a presidência da instituição na década de 1920 e a segunda entre 1938 e 1955. Uma descrição da posição ocupada por esta instituição é de suma importância para se compreender a importância que os artigos escritos por seus profissionais tiveram na

²³⁰ Além desses artigos, outros dois artigos versaram sobre os costumes indígenas, a saber: “A habitação dos Timbiras” e Arqueologia Amazônica, de Gastão Cruls.

configuração das forças intelectuais dentro do âmbito das atividades do SPHAN, incluindo sua política editorial. Os três intelectuais do Museu Nacional eram membros do Conselho Consultivo do SPHAN, representando a instituição no órgão colegiado.

O fato de terem sido publicados seis artigos relativos à antropologia e etnologia indígenas nos dois primeiros volumes da *Revista do SPHAN* adquire maior relevância para a análise da dinâmica observada entre intelectuais e instituições que atuaram no processo de criação e consolidação do SPHAN se levarmos em conta a situação específica enfrentada pelo Museu Nacional dentro da estrutura administrativa do SPHAN, já analisada no segundo capítulo. Destes seis artigos, cinco foram escritos por pesquisadores do Museu Nacional, todos de sentido bastante propositivo. Dentre os artigos que serão analisados aqui, os escritos por Carlos Estevão, diretor do Museu Goeldi, visam demarcar as atividades da instituição e ressaltar sua importância desde o século XIX, demonstrando preocupações bastante semelhantes às do Museu Nacional.

Dos nove artigos referentes à temática indígena, portanto, cinco foram escritos por profissionais do Museu Nacional, dois por membros do Museu Goeldi e dois por Gastão Cruls, engenheiro militar que participara da expedição liderada pelo Marechal Cândido Rondon no início do século XX. Gastão Cruls não poderia ser colocado na mesma posição dos membros dos museus Goeldi e Nacional. Sua formação fora diversa, e sua ligação com Rodrigo Melo Franco de Andrade teria sido preponderante para garantir sua presença na política editorial do SPHAN. Este autor adquirira importância por suas atividades e pela publicação de livros como “Hiléa Amazônica”, nos quais relatava expedições e achados indígenas.

Passemos, portanto, aos artigos e às proposições que veicularam nas páginas da *Revista do SPHAN*. Neles foram apresentadas duas diferentes visões sobre a

contribuição do indígena para a sedimentação da nacionalidade, articuladas com os estudos nas áreas da antropologia, etnologia e sociologia cultural.

- **3.3.1 “Um Estágio Primitivo da Nacionalidade”**

Heloísa Alberto Torres publica no primeiro volume da *Revista do SPHAN* o artigo “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”. Nele a antropóloga e diretora do Museu Nacional identifica as diversas jazidas arqueológicas existentes no Brasil, analisando o estado em que se encontravam e propondo medidas para a manutenção dos terrenos mais prejudicados. Sugere medidas como a elaboração de mapas, cartilhas explicativas para os moradores das regiões onde as jazidas se encontravam e a “proteção e divulgação dos elementos mais característicos das culturas extintas e atuais”²³¹. Esta atividade incluiria, obviamente, a proteção aos próprios índios, que teria como uma de suas primeiras motivações

“[...]o reconhecimento por parte dos civilizados de que os indígenas devem ser conservados, pela constatação do direito à terra que habitavam; pelo interesse que fornecem para a melhor compreensão do espírito humano, que eles representam em condições mais primitivas; pela reparação que lhes é devida depois de alguns séculos de perseguições.”²³²

A não observância destes três pontos pelos “civilizados” teria levado, segundo a antropóloga, a ações que incutiam no índio um sentimento de inferioridade, “colocando-o em condições inadequadas para o desenvolvimento do papel que seu nível cultural permite desempenhar com eficiência”²³³

²³¹TORRES, Heloísa Alberto. *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 11.

²³²Idem, p. 17.

²³³Idem, p. 13.

Se “o meio e o homem primitivo parecem ter colaborado no preparo do elemento a que recorrerá mais tarde o homem, em estágio de cultura mais desenvolvido, para expandir o seu progresso”²³⁴, a destruição da cultura que regia a vida dos indígenas e a oferta de outra que eles ainda não eram capazes de aproveitar contribuía para um processo de “desmoralização por deculturação”.²³⁵ Esta falta de auto-confiança impedia que os índios viessem, à medida de suas necessidades, a adotar, por iniciativa própria, práticas mais civilizadas. Note-se que a antropóloga não defende a conservação dos índios em estado de primitividade, “para maior gáudio dos senhores etnólogos”²³⁶, mas levanta-se contra a introdução de elementos que, “por mais vantajosos que parecessem, não se ajustavam às suas condições de vida sem causar choques, às vezes lastimáveis”²³⁷.

Diante deste diagnóstico alarmista, a autora defende a demarcação das terras indígenas e a proibição da entrada de “civilizados” nestas terras. Seria esta a única medida capaz de garantir que os índios se desenvolvessem de acordo com o ritmo que lhe é característico. Segundo a antropóloga, o índio, elemento primitivo da nacionalidade, não subsistiria e se desenvolveria em contato direto com a civilização.

Partindo da mesma idéia do indígena enquanto elemento primitivo da nacionalidade, Edgar Roquete-Pinto, professor de Antropologia no Museu Nacional (1906) e diretor do mesmo Museu (1926), assume postura diferente de Heloísa Alberto Torres, adotando um tom mais otimista.

²³⁴TORRES, Heloísa Alberto. *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 15.

²³⁵Idem, p. 20.

²³⁶Idem, p. 19.

²³⁷Idem, p. 16.

Em seu artigo “Estilização”, também presente no primeiro volume da *Revista do SPHAN* e resultado de uma conferência proferida em 1928 na Escola Nacional de Belas Artes, o etnólogo e sanitarista discorre sobre o fenômeno de desenvolvimento de um estilo artístico que traduzisse o “espírito da raça”. Segundo o pesquisador

“Todos os grupos humanos são capazes de estilização, nem todos conseguiram criar um estilo. Faltou aos que não atingiram este nível a transmissão hereditária dos conceitos psicológicos que só com o germe da raça, preservados de contatos deturpadores, transitam pelas gerações. E foi assim que surgiu e cresceu um estilo puríssimo desdobrando-se na magnífica cerâmica de Marajó, obra de arte de impecável beleza, que insulados primitivos imaginaram e construíram nas regiões cortadas pelo Equador.”²³⁸

Para Roquete-Pinto, existiam exemplos na cultura dos primitivos brasileiros que permitiam identificar um estilo artístico original. O autor voltava-se contra as interpretações que ligavam as manifestações de arte indígena às noções de magia pura e simples. Também se insurgia contra a interpretação que associava os desenhos dos selvagens com os de loucos. Prefere associar as manifestações indígenas às das crianças. Segundo Roquette-Pinto,

“[...] no primitivo, como na criança, o desenho esquemático é o primeiro sinal de preocupação expressiva por métodos gráficos.(...)Quando, no seio da população primitiva surgem alguns indivíduos anormais para o meio, (...) o desenho esquemático atinge a estilização.(...) Nas esculturas pré-históricas, nos desenhos das cavernas, nas figuras dos povos selvagens, como nas grandes obras de arte do mundo culto, sempre que se descobre um movimento (...) existe a estilização.”²³⁹

Relacionando as artes ditas primitivas das ditas civilizadas, o autor salienta que a ligação entre arte e religião se observa tanto no fetichismo, no monoteísmo quanto na “fase superior da crença científica”. A aglutinação de imagens que daria origem ao fenômeno artístico seria “inerente aos restos de fetichismo infantil, latente nas camadas

²³⁸ROQUETE-PINTO, Edgar. *Estilização*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 51.

²³⁹Idem, p. 53.

profundas de todos os adultos, e que se reafirmaria quando encontrasse meio favorável, tal qual aconteceu com entre os verdadeiros primitivos pré-históricos e os selvagens atuais”²⁴⁰. A idade e a civilização torná-los-iam cada vez mais fugazes, menos em certos artistas que seriam, destarte, tipos especialmente aptos à estilização.

Roquete-Pinto justifica a relação feita entre os primitivos e os civilizados a partir de constatação, bastante otimista, de que

*as gerações que surgem pensam cada vez mais o Brasil”, (...a vitória definitiva há de ser conseguida no dia em que, embora completamente conquistados pelos ideais de fraternidade humana, como já estamos, pudermos representar os atributos de nossa vida em estilizações que serão os gestos artísticos do nosso povo”. (...) Depois que o povo conseguir, por gradual, lento, mas seguro processo, criar a estilização de seus companheiros de habitat organizados ou inertes, hão de surgir os estilos que traduzirão, na arte, as atitudes da natureza, conforme aconteceu com os supremos ceramistas de Marajó.*²⁴¹

Este otimismo de Roquete-Pinto contrasta com a desmoralização apontada por Heloísa Alberto Torres. Ambos utilizam-se, por sua vez, do argumento de que, por ocupar um papel de estágio primitivo da nacionalidade, o elemento indígena deveria ser incluído nos estudos que se relacionassem ao patrimônio histórico e artístico nacional. A tarefa de “entender o Brasil” passava pela de entender os primórdios da nacionalidade.

As medidas de proteção tanto às populações indígenas ainda existentes quanto às jazidas contendo peças arqueológicas de civilizações desaparecidas não eram, no entanto, semelhantes às que se tornariam cotidianas no trabalho de identificação e proteção do patrimônio histórico e artístico. O instrumento legal do tombamento não era aplicável satisfatoriamente a estes “repositórios da cultura nacional”, e as questões

²⁴⁰ROQUETE-PINTO, Edgar. *Estilização*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 59.

²⁴¹Idem, p. 63.

envolvendo os índios e suas jazidas tinham ligações com as políticas de demarcação das terras indígenas e proteção ao meio ambiente, com as atividades econômicas desenvolvidas nas regiões de ocorrência das populações e achadouros e com questões de interesse nacional, como a abertura de redes de transporte com a interiorização do progresso e as “marcha para o petróleo”.

Por outro lado, percebe-se que não havia consenso quanto à existência de um estilo artístico indígena. Enquanto uma posição mais otimista asseverava a existência de estilização, por mais que ligada a uma fase inicial de desenvolvimento do “espírito nacional”, havia também os que julgavam necessário instrumentos legais visando proteger as populações “desmoralizadas”, visando uma integração à civilização com o menor impacto psicológico possível.

Ambas visões, no entanto, confluíam para a identificação do elemento indígena como portador de valores “originais”, referentes à uma espécie de “infância da nacionalidade”. Tal interpretação não era original no âmbito das políticas da memória empreendidas por instituições desde o século XIX. Segundo Astor Diehl, a historiografia produzida pelo IHGB definiu em seu projeto de História nacional aqueles que ficariam excluídos por não serem portadores da noção de *civilização*: os índios e os negros.²⁴² Para Arno Wehling, os índios e os negros não teriam sido desprezados, os objetos de estudo é que foram separados: os povos históricos, civilizados e com escrita eram estudados pela História; os povos não históricos, selvagens ou bárbaros e ágrafos caberiam à Etnografia.²⁴³ Nesse sentido, com o surgimento de um conceito *evolutivo* no século XIX, Roberto Ventura destaca a dissolução da unidade da História por meio da

²⁴² DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira, do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p. 26.

²⁴³ WEHLING, A. *Estado, história e memória. Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 149.

separação entre o discurso histórico de tipo moderno (tendo por objeto sociedades históricas) e o discurso etnológico (voltado para os grupos selvagens). Nesta divisão, os povos “selvagens” foram excluídos do território do historiador. Deu-se a separação entre a história do mundo civilizado e a descrição etnológica de sociedades reduzidas ao estado selvagem e à ausência de escrita. Ventura afirma que, enquanto na Europa a separação entre História e Etnologia teria ocorrido por volta de 1800, no Brasil tal separação só se dera de fato a partir de 1930. Contudo, no Instituto tal separação já havia ocorrido em 1847, com a criação da Comissão de Arqueologia e Etnografia.²⁴⁴

As visões sobre os índios difundidas pelo IHGB, como se percebe, eram diversas, e assim permaneceram durante o final do século XIX e início do século XX, restritas aos estudos etnológicos, que possuíam estatuto diferenciado dos estudos históricos. Temístocles Cezar sumariza este debate ao postular que não havia um consenso no IHGB a respeito do papel dos índios e negros na história brasileira. Especificamente sobre o trabalho de Von Martius, citado no primeiro capítulo, o autor aponta que os índios, juntamente com os portugueses, fariam “parte da” História do Brasil, ao contrário dos africanos que apenas teriam relações “para com” ela.²⁴⁵ No entanto, um de seus maiores expoentes, Francisco Adolfo de Varnhagen, desde os anos 1840 liderara uma verdadeira operação de desmonte dos argumentos indianistas,

²⁴⁴ VENTURA, R. *Estilo Tropical, história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 28. KODAMA, K. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)* Rio de Janeiro: Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Cultura do Centro de Ciências Sociais da PUC/RJ, 2005, p. 82.

²⁴⁵ CEZAR, Temístocles. *Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. et al. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003. p. 202.

sobretudo o de que os indígenas teriam direito à posse do território americano por serem nativos à época da chegada do europeu."²⁴⁶

Já observamos como a concepção de história veiculada pelo SPHAN aproximou-se em muitos pontos dos valores difundidos pelo IHGB, principalmente a importância atribuída ao documento original. Resta observar que os artigos antropológicos e etnológicos propõem um papel mais ativo tanto da cultura indígena na formação racial e cultural brasileira quanto dos profissionais dedicados ao estudo do tema. Os artigos analisados acima identificam a necessidade de demarcação das terras indígenas e da proteção de suas práticas culturais, reabilitando o argumento de que eles seriam os primeiros ocupantes do território onde depois se consolidara a nação brasileira. Nesse aspecto, se diferenciaram das visões que combatiam a alegação de uma “herança original” por parte dos índios, propagadas pelo IHGB. Por outro lado, o SPHAN consolidou uma visão que relegava os estudos sobre os indígenas a um estatuto específico, diferenciado da história, afastado das concepções de “monumento” consolidadas durante as primeiras décadas de suas atividades. Nisso, se aproximou das propostas do IHGB, ao afirmar representações sobre os indígenas similares aos mitos de origem.

Outra interessante visão foi apresentada por Raimundo Lopes, pesquisador maranhense filiado também ao Museu Nacional, que se preocupou com a relação entre o patrimônio histórico e a natureza, incluindo nesta as populações indígenas, habitantes naturais das matas. Tratava-se de uma interpretação dotada de grande originalidade

²⁴⁶ CEZAR, Temístocles. *A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis*. In.: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org); *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro, 7letras, 2006, p. 32. Ver também, do mesmo autor: *Anciens, Modernes et Sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Le cas de l'origine des Tupis*. In.: *Anabases*, vol.8, 2008, p. 43-65.

dentro do espectro de práticas abarcadas pelas atividades do SPHAN, aprofundando a constatação da diversidade discursiva veiculada pela política editorial do SPHAN.

- **3.3.2. A “ocupação altruística”**

Em “A natureza e os monumentos culturais”, publicado também no primeiro volume da *Revista do SPHAN*, Raimundo Lopes aborda o tema das populações indígenas, mas de um ângulo diferente e interessante: a associação entre a proteção aos monumentos e a natureza que os cerca, não somente por aspectos estéticos, mas também como fator de preservação e recuperação dos terrenos. Segundo o autor, “protege-se a natureza para bem da cultura; e a recíproca é verdadeira: o amparo dos monumentos da cultura reverte em proteção à natureza.”²⁴⁷

Como já frisado, este pesquisador era membro do Museu Nacional, que, como também já vimos, teve atuação ampla e solícita em diversas áreas da política cultural e educacional empreendida pelo governo de Getúlio Vargas após o golpe de 1930. Dentre as muitas frentes de atuação da instituição, pode-se destacar, com relação ao tema aqui analisado, a campanha em prol de um código de proteção florestal e de um código da caça e pesca no Brasil. As preocupações com a fauna e a flora não se restringiam ao Museu Nacional. Segundo Regina Horta Duarte,

“[...] a idéia da natureza como um patrimônio nacional e da necessidade de uma espécie de “pedagogia da natureza nacional” também já estava presente no discurso de cientistas estrangeiros como Herman Von Ihering, diretor do Museu Paulista no início do século XX e Emílio Goeldi, diretor do Museu Paraense entre o final do século XIX e o início do seguinte. Logo no início do período republicano, tais argumentações assumiam dimensões políticas na medida em que apontavam as consequências dessas práticas para a nação brasileira e criticavam modelos liberais então dominantes. Para Goeldi, aqueles eram “escandalosos crimes praticados contra a natureza deste belo País”, num torpe comércio de penas que degradava moralmente aqueles que dele participavam, afundados na barbárie, no

²⁴⁷ LOPES, Raimundo. *A Natureza e os Monumentos Culturais*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 77.

“vil assassinato” e no saque ao “patrimônio sagrado e intangível da Nação”. Von Ihering criticava o liberalismo ortodoxo da República federalista, reivindicando leis federais rigorosas em defesa dos “interesses verdadeiros da Nação”, assim como a necessidade de criação de reservas, parques e estações biológicas, a exemplo do que já ocorria em outros países.²⁴⁸

Seguindo esta direção geral adotada por biólogos, antropólogos e etnólogos desde a década de 1920 no Museu Nacional e instituições afins, Raimundo Lopes apresenta então exemplos em vários estados nos quais a preservação aos monumentos incluiu a preservação do ambiente que os cercava. Esta preservação garantia, inclusive, a manutenção de jazidas que permitiam descobertas sobre o aspecto material da vida das populações brasileiras. Exemplo disso seria a situação das “antigualhas e artes indígenas”.

Dentre as várias jazidas existentes, os sambaquis, os aterros, as estearias e os enterratórios se destacariam por sua abundância e por sua integração com as paisagens locais. A expansão das atividades agropecuárias representava uma ameaça à existência de tais mananciais, que já padeciam em muitos casos devido às condições do terreno e do clima.

Esta ação predatória com relação ao meio ambiente é associada ao problema da distinção entre o que se pode ou não utilizar da natureza para a economia extensiva e a economia tradicional de cada região, questão das mais importantes e que deveria contar com medidas de fiscalização e educação por parte do governo. Certos contrastes entre as condições de vida sertaneja e indígena fazem o pesquisador acreditar que os primeiros levam, em certos quesitos, desvantagem com relação aos segundos.

Raimundo Lopes passa a defender, então, uma estreita relação entre o índio e o meio ambiente, considerando que “a proteção ao índio é aspecto culminante da proteção

²⁴⁸DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil 1926-1945*. Belo Horizonte: Tese defendida no concurso de Professor Titular em História do Brasil do Departamento de História da UFMG, 2010, p.22.

e compreensão da natureza”. O índio seria “fator de conservação da flora e da fauna, pois, embora vivendo delas, ele as poupa, pois vive identificado com a natureza”²⁴⁹.

Os índios dariam um exemplo do que o autor chama de “economia intelectual”, ou “ocupação altruística”, forma de construção-produção que seria oposta à destruição e à devastação. Possuindo uma cultura à qual era inerente um sentimento de harmonia e identificação com o meio e a raça, os indígenas eram levados a proteger a natureza assim como os “civilizados” eram impelidos a proteger seus monumentos.

Raimundo Lopes afirma não se contentar “com poucos tipos, como o jagunço, o jéca-tatú, o bandeirante, o gaúcho, etc, arbitrariamente arvorados em padrões gerais de uma variada população rústica(...)”²⁵⁰. Afirma a necessidade de estudos científicos e criteriosos sobre os aspectos culturais dos indígenas, estudos estes que ajudariam muito a compreender e proteger a natureza brasileira. Ajudariam também como exemplo do sentimento de integração com o meio que levaria à preservação. Raimundo Lopes também é defensor da criação de reservas indígenas, mas sua justificativa difere da de Heloísa Alberto Torres. Para ele somente a demarcação das terras indígenas garantiria que eles, legítimos aproveitadores e conservadores excepcionais da natureza, encontrassem os meios necessários para a persistência de suas artes e de sua cultura.

Em outro artigo publicado no segundo volume da *Revista do SPHAN*, Raimundo Lopes volta a focar a associação entre os indígenas e o meio ambiente, desta vez através das técnicas de pesca e das práticas alimentares. No longo ensaio “Pesquisa Etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão” ele analisa “as influências de cada um dos

²⁴⁹LOPES, Raimundo. *A Natureza e os Monumentos Culturais*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938), p. 85.

²⁵⁰Idem, p. 89.

elementos étnicos e raciais na formação de um complexo de usos e costumes da nossa gente”²⁵¹

Após discorrer sobre todas as modalidades de pesca observadas em suas visitas à região, o autor identifica três formações a partir das quais se forjou a cultura brasileira: a “lusó-tupi”, inicial, a “brasilio-africana”, colonial, e a “neo-brasileira”, moderna. Em todas as três a influência do elemento indígena aparece ligada à sua estreita relação de identificação com o meio ambiente.

Era preciso compreender, segundo o autor, que os processos tradicionais de pesca e de alimentação se ligavam “às três raças formadoras e já eram os mesmos nos tempos bíblicos (...) e nas tebas selvagens, sendo uma das potencialidades mais expressivas do Brasil”²⁵². A regularização da pesca deveria, então, respeitar as peculiaridades de cada região, e a proteção ao índio visaria a preservação de elementos culturais de extrema importância para o desenvolvimento da economia nacional.

Este índio integrado com a natureza não representa uma contraposição ao índio como “primórdio da nacionalidade”, muito pelo contrário. As posições de Raimundo Lopes parecem confluir com as de Roquete-Pinto no que se refere ao papel do índio não só no passado, mas também no presente. O pessimismo de Heloisa Alberto Torres, para a qual os índios se encontravam desmoralizados e deculturados pelo contato com a “civilização” não reconhece, a princípio, influências que estes possam ter legado à cultura brasileira no presente. Para Raimundo Lopes e Roquete-Pinto os indígenas teriam legado mais que uma base sobre a qual a civilização brasileira se desenvolveu. Teriam proporcionado exemplos concretos de relação harmônica com o meio, que

²⁵¹ LOPES, Raimundo. Pesquisa Etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938 (1939), p. 185.

²⁵² Idem, p. 186.

resultariam em um estilo artístico puro e autêntico, ou então em uma “ocupação altruística” e conservadora do meio ambiente.

CONCLUSÃO

A análise dos vários artigos e monografias veiculadas pela política editorial do SPHAN explicitou, portanto, como interpretações muito heterogêneas foram veiculadas pelo órgão nas séries da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*, não só com relação aos temas, mas principalmente com relação às abordagens adotadas. A política editorial do SPHAN integrou o circuito editorial que experimentou grande desenvolvimento durante o Estado Novo, consolidando práticas, conceitos e modalidades de discurso referentes ao patrimônio histórico nacional. Este estudo procurou mostrar como, nos anos de fixação do órgão - entre 1937 e 1946, ano em que ocorre a primeira remodelação administrativa da instituição²⁵³ -, esta política editorial foi palco de uma disputa por espaços, discursivos ou não, dentro da constituição da narrativa sobre o passado brasileiro que integrou a “cultura histórica” existente durante o Estado Novo.

É interessante notar que a partir do sétimo volume da *Revista do SPHAN* não são mais publicados artigos referentes aos índios. A área do patrimônio histórico e artístico passa então a compreender cada vez mais estudos relativos à história da arte e da arquitetura brasileiras, concentrando-se nos “monumentos em pedra e cal”. Com a saída de Gustavo Capanema do cargo de ministro da educação em 1946 e a reforma do ministério, o Museu Nacional deixou de fazer parte da estrutura administrativa do SPHAN e passou a fazer parte da Universidade do Brasil, ligada diretamente ao ministério da educação. Suas atividades passaram, então, a adquirir caráter acadêmico/universitário, atingindo graus de excelência que tornaram a instituição referência nos estudos antropológicos nos dias atuais. Por sua vez, no âmbito das

²⁵³ Em 1946, com a regulamentação de sua estrutura organizacional, o SPHAN passa a ser designado como DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Após essa regulamentação foram realizados os primeiros concursos públicos para preencher os postos de trabalho na instituição e a atividades da nova diretoria passaram a estar vinculadas apenas aos monumentos e aos museus, fugindo da responsabilidade pela salvaguarda dos assuntos relacionados aos índios.

políticas públicas de proteção ao patrimônio nacional, desaparecem as referências, tão explícitas em diversos artigos examinados no último capítulo, a uma noção ainda embrionária daquilo que hoje é conhecido e celebrado como o “patrimônio cultural” brasileiro. O trabalho dos profissionais envolvidos com o patrimônio histórico e artístico nacional se consagrou juntamente com sua estreita vinculação à arquitetura e à “canonização” de figuras como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, que, como bem analisado pela bibliografia citada, foram figuras assíduas nos concursos públicos de projetos arquitetônicos que assumiam dimensões monumentais e no gabinete de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Os arquitetos “modernos”, “encastelados” dentro do SPHAN, construíram com eficácia os monumentos que elegeram e também uma memória sobre si próprios que durante décadas ofuscou os “outros patrimônios” analisados no terceiro capítulo.

Se os estudos elaborados a partir da década de 1980 contribuíram para desvelar este universo de “sacralização da memória”, como propõe Antônio Gilberto Ramos Nogueira, a manutenção do foco na arquitetura não contribuiu para a superação de visões cristalizadas nos membros dos serviços públicos e no público em geral sobre o que constituiria o patrimônio nacional. Apenas há pouco mais de uma década foi elaborada uma legislação que ampliou o escopo daquilo que a partir de então ficou sendo chamado de “patrimônio cultural”, que inclui os bens monumentais, mas também as práticas, os saberes, as celebrações, os bens naturais e as jazidas arqueológicas.

No entanto, percebe-se que os intelectuais ligados ao Museu Nacional, ao Museu Goeldi, ao IHGB e aos institutos históricos e geográficos estaduais perceberam a política editorial do SPHAN como espaço de veiculação de suas produções, ao passo que o SPHAN fez dela um meio de articular diversas instâncias produtores de discursos sobre a memória nacional, buscando a consolidação de uma política governamental na

área da preservação dos monumentos. Os casos em que diversas instituições e intelectuais deixaram suas marcas nas páginas da *Revista* e das monografias que compunham a série das *Publicações do SPHAN* foram aqui consideradas exemplares com relação à dinâmica que se operou nos primeiros anos do órgão, na qual diferentes instituições e saberes pleitearam espaços nas políticas públicas culturais e educacionais. A “escrita dos monumentos” foi de extrema importância para a demarcação desses espaços. Estando o grupo do SPHAN no cenário dos embates culturais - onde então ocorria uma disputa pela hegemonia das concepções sobre passado/futuro, tradição, história, arte, memória nacional, original, etc., todas estas categorias sendo problematizadas a partir das idéias de nação, patrimônio e monumento –, a articulação entre diferentes instâncias produtoras de discursos sobre o passado seria uma forma de viabilizar a implantação do novo órgão.

Novos recortes podem auxiliar a aprofundar os temas e abordagens presentes nas publicações do SPHAN para além do recorte arquitetônico já consolidado na historiografia referente às políticas de preservação cultural no Brasil. Se os estudos sobre essa atividade durante os anos de criação do SPHAN vem se avolumando desde a década de 1980, a concentração em apenas um dos vários aspectos acaba circunscrevendo o campo de pesquisa. Os historiadores e antropólogos da atualidade que se preocuparem apenas com o caráter arquitetônico do SPHAN estarão contribuindo para diminuir a importância que as práticas relacionadas aos dois saberes tiveram na configuração inicial do órgão que ainda hoje cuida da proteção ao patrimônio cultural brasileiro.

Tal alerta é válido porque, se nos dias atuais observamos um alargamento do conceito de patrimônio “cultural”, passando a abarcar também os “bens culturais” de natureza imaterial, cabe ponderar que o predomínio de uma visão arquitetônica ainda se

faz sentir em diversos aspectos. Seja na escassez de recursos para os programas de inventário e registro do patrimônio imaterial, seja na grande visibilidade dos arquitetos e suas instituições, como Conselhos Regionais e Institutos, contraposta por um apagamento dos historiadores e antropólogos, o que se percebe é que muitas vezes os profissionais de hoje reproduzem o discurso fundado há mais de setenta anos.

Pretende-se que este trabalho possa contribuir para a identificação da pluralidade de visões sobre o patrimônio e os monumentos presentes na política editorial do SPHAN. Ao argumentar que, mesmo estando “nas margens”, historiadores e antropólogos de instituições específicas conseguiram reivindicar um espaço no campo da proteção e da “escrita do patrimônio”, pretendo afirmar as duas atividades nos dias atuais, nos quais ainda é tímida a renovação nos quadros das instituições dedicadas à salvaguarda do patrimônio cultural.

Também foi intenção desta dissertação contribuir para o aprofundamento do estudo das relações entre as práticas editoriais e a *cultura política* que se ocupou do estudo da nação nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. A análise aqui empreendida sobre as séries editoriais da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN* visou mostrar também como a proteção ao patrimônio histórico e artístico foi implantada no Brasil através da articulação entre visões inovadoras e instituições tradicionais no trabalho de recuperação do passado. Os artigos e monografias publicados pelo SPHAN entre 1937 e 1946 mostraram diversos patrimônios, representações elaboradas em um contexto de institucionalização dos saberes e de consolidação de uma política governamental no setor cultural.

Esta dissertação, portanto, soma-se a vários outros estudos já publicados na análise da importância das iniciativas editoriais para a construção da nacionalidade

durante as primeiras décadas do século XX. Acompanhamos aqui o esforço intelectual que deu origem à política editorial do SPHAN, os debates suscitados pela veiculação de discursos contendo representações do nacional através dos monumentos, a preocupação com a modernização das técnicas de impressão e com a adoção de métodos “modernos” de pesquisa científica. Dessa maneira acreditamos ter contribuído para o estudo dos livros e das edições como veículos de “formação e informação” articulados com as diferentes culturas políticas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

1. DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA:

1.1. Leis, decretos e projetos:

- ANDRADE, Mário Raul de. *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*. São Paulo, 1936. In.: *Revista do Patrimônio*, n. 30, 2002, p.
- Decreto-Lei nº 25/1937: organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>

1.2. Correspondências, bilhetes, ofícios e relatórios:

- Correspondência de Heloísa Alberto Torres a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 13 de maio de 1936. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, fundo Gustavo, referência GC. 36.03.24/2-A, rolo 41, fotogramas 469-471.
- Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 6 de abril de 1937. In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo M.F. De Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p.65.
- Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade. São Paulo, 7 de junho de 1937. In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 70.
- Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 12 de junho de 1937. In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 70.
- Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 29 de junho de 1937. In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 35-36.
- Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 27 de setembro de 1937, In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com*

Rodrigo Melo Franco de Andrade. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 77.

- Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 11 de novembro de 1937. In *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982. p. 110.
- Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 26 de janeiro de 1938. In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo M.F. de Andrade*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Fundação Pró-Memória, 1981, p. 129.
- Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade, São Paulo, 04 de fevereiro de 1942. In.: *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória/IPHAN, 1982, p.147-148.
- Correspondência de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 25 de junho de 1937. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Gilberto Freyre, fl. 4.
- Correspondência de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 7 de julho de 1937. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Gilberto Freyre, fl.5.
- Cartão enviado por Deoclécio Redig de Campos a Rodrigo Melo Franco de Andrade, sem data, provavelmente do ano de 1940. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /Deoclécio Redig de Campos, caixa 0017, pasta 0057, fl. 1.
- Correspondência de Deoclécio Redig de Campos a Rodrigo Melo Franco de Andrade, sem data, provavelmente de 1940. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade , série Personalidades/ Deoclécio Redig de Campos, caixa 0017, pasta 0057, fl. 2-3.
- Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade a José Mariano Filho, de 29 de maio de 1936, encaminhando parecer sobre a proposta de criação da Inspetoria dos Monumentos Públicos de Arte. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais- José Mariano Filho, fl. 4-6
- Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gustavo Capanema pedindo a mudança do local de impressão dos volumes da política editorial do SPHAN. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1945. Arquivo Central do IPHAN/RJ, Série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 8-9.
- Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao ministro Gustavo Capanema pedindo mudanças no orçamento e na remuneração dos técnicos do SPHAN. Rio de Janeiro, agosto de 1943. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 12-13.

- Correspondência de José Mariano Filho a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 31 de maio de 1936. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais- José Mariano Filho, fl. 1-2.
- Correspondência de José Mariano Filho a Rodrigo M.F. De Andrade, de agosto de 1941. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, fundo Rodrigo M.F. De Andrade, série Correspondências Pessoais, pasta José Mariano Filho, fl. 6.
- Bilhete de Lúcio Costa a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de agosto de 1940. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, fundo Rodrigo M.F. De Andrade, série Correspondências Pessoais, pasta Lúcio Costa, fl. 9.
- Correspondência de Aires da Mata Machado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Belo Horizonte, 14 de maio de 1945. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades, fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, caixa 11 b, pasta 0016, fl.30.
- Correspondência de Aires da Mata Machado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Belo Horizonte, 19 de maio de 1945. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades, fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, caixa 11 b, pasta 0016, fl.32.
- Correspondência de Álvaro Lacerda a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Rio de Janeiro, sem data. Arquivo Central do IPHAN, série Personalidades, fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, caixa 11 b, pasta 0016, fl. 35.
- Correspondência de Luis Jardim a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 17 de agosto de 1941. Arquivos pessoais da Fundação Casa de Rui Barbosa, série Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Luis Jardim, fl. 2.
- Relatório de Atividades do ano de 1939 e projeções para o ano de 1940 - Documento interno do Ministério da Educação e Saúde. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl 12.

1.3. Depoimentos:

- REIS, José de Souza. “*Documentário sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade e a fase inicial do SPHAN*”. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, série Personalidades/ Rodrigo Melo Franco de Andrade/ caixa 96, pasta 320. fl.1-3.
- *Depoimento de Lúcio Costa sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade (1986)*. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade ,série Personalidades -Rodrigo Melo Franco de Andrade, subsérie “Trabalhos de Terceiros”, caixa 11 A , pasta 13, mod.034.

1.4. Artigos em jornais:

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Entrevista a O Globo, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1936. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta “Entrevistas”, fl. 3.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Entrevista a O Jornal, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1939. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 12.
- ANDRADE, Rodrigo M.F. de. *Araújo Pôrto-Alegre, precursor dos estudos de história da arte no Brasil*. In.: *Revista do IHGB*, v.184, jul/set 1944, p. 22-32.
- BARATA, Mário. *Proteção ao nosso Patrimônio Histórico e Artístico no quinquênio 1937-1942*. In.: *Cultura Política*, n.21, Nov/1942. Arquivo Central do IPHAN/RJ. Coleção Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 12-13.
- “A Paraíba possui um monumento de arte que não se encontra semelhante em todo o Brasil.” A Imprensa, João Pessoa/PB, 22 de agosto de 1939. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 25.
- “Chegou à cidade Rodrigo Melo Franco de Andrade, chefe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. O Estado da Bahia, 15 de agosto de 1939. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 19.
- “Como se instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Mantém o SPHAN uma revista que divulga interessantes trabalhos em torno dos importantes assuntos de sua especialização.” Jornal do Comércio, Recife/PE, 18 de agosto de 1939. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, Série Personalidades, Pasta José de Souza Reis, caixa 96, pasta 320. fl. 5-6.
- Comunicação de Rodrigo M F de Andrade em ocasião das comemorações do 257º aniversário de Ouro Preto, em 1º de julho de 1968. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Discursos e Conferências, fl. 08.
- O Jornal, Recife/PE, 1/10/1938. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, Série Personalidades, Pasta “Gilberto Freyre”, Caixa 0042, pasta 147, fl.12.
- *Sem Título*. In.: O Globo, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1937. Arquivo Central do IPHAN, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, Coleção Personalidades, Série Rodrigo Melo Franco de Andrade – Produção Intelectual, subpasta Recortes de Jornais, caixa 106, mod.034.

- CAVALCANTI, Valdemar. *O intelectual na vida pública*. In.: *Revista dos Funcionários Públicos*, vol. 7, maio de 1938. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 13.
- “*Uma iniciativa de ordem cultural*”. In.: *A Tarde*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1938. Arquivo Central do IPHAN, série Personalidades/ Rodrigo Melo Franco de Andrade – Trabalhos de Terceiros/ caixa 116, pasta12, mod.034, fl. 31.
- “*Retratos do Brasil que passou: Fala ao Globo sobre a exposição de arte e história o Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade.*”. *O Globo*, sem data, 1938. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 5.
- “*Latin American Periodicals currently received in the Library of the Congress and in the Library of the Department of Agriculture*”, 1944. Arquivo Central do IPHAN, série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 7.

1.5. Política Editorial do SPHAN:

- ANDRADE, Mário. *A Capela de Santo Antônio*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937(1938),
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Programa*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938).
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Alguns monumentos de arquitetura religiosa no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938),
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Introdução*. In.: FREYRE, Gilberto. *Mocambos do Nordeste: Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil*. Publicações do SPHAN, vol.1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938(1939),
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Prefácio*. In.: PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da história de Sabará. Publicações do SPHAN*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940, p. VIII – XI.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Prefácio*. In.: MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. Publicações do SPHAN*, vol. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943
- BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto. Publicações do SPHAN*, vol.2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939

- BATISTA, Nair. *Valentin da Fonseca e Silva*. In.: *Revista do SPHAN*, vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1941-42), p. 271-330.
- COSTA, Lúcio. *Documentação Necessária*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938)
- COSTA, Lúcio. *Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41),
- COSTA, Lúcio. *A arquitetura jesuítica no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941 (1943-44),
- FREYRE, Gilberto. *Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938),
- JARDIM, Luis. *A pintura decorativa em algumas igrejas antigas em Minas*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41),
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O solar do Colégio*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939(1940),
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Os sete povos das Missões*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942), p.
- LEVY, Hanna. *Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942),
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938(1939),
- LOPES, Francisco Antônio. *História da construção da igreja do Carmo de Ouro Preto*. *Publicações do SPHAN*, vol. 8. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.
- LOPES, Raimundo. *A Natureza e os Monumentos Culturais*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938),
- LOPES, Raimundo. *Pesquisa Etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938 (1939),
- MACHADO, Aires da Mata. *Arraial Tijuco: Cidade Diamantina*. *Publicações do SPHAN*, vol.12. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- MARTINS, Judith. *Apontamentos para a bibliografia referente a Antônio Francisco Lisboa*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41)
- MARTINS, Judith. *Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942),

- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41),
- MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. Publicações do SPHAN*, vol. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.
- OLIVEIRA NETO, Luis Camilo de. *João Gomes Batista*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942),
- PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da história de Sabará. Publicações do SPHAN*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941.
- PEIXOTO, Afrânio. *A igreja de Nossa Senhora da Glória de Ouro Preto. Publicações do SPHAN*, vol. 10. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.
- ROQUETE-PINTO, Edgar. *Estilização*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938),
- TORRES, Heloísa Alberto. *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938),
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana. Publicações do SPHAN*, vol.13. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- VASCONCELOS, Salomão de. *Relíquias do Passado*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939 (1940-41),
- VASCONCELOS, Salomão de. *Um velho solar de Mariana*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940 (1942),

2. BIBLIOGRAFIA:

- ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Cia. das Letras, 2005.
- ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed.34, 1994.
- AULER, Cylaine Maria das Neves. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: um lugar da memória*. *Temporalidades – Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, vol. I, n.1, março de 2009.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: memoires et espoirs collectifs*. Paris: 1984.

- BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Wanda Maria Ribeiro, SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRAGANÇA, Aníbal. *A Política Editorial de Francisco Alves e a Profissionalização do Escritor no Brasil*. In: ABREU, Márcia(org). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras. 2000. P. 451-476.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- CALLARI, Cláudia Regina. *Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes*. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, V. 21, n.40, 2001, p. 60-81.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALCANTI, Lauro. *Arquitetos, arquitetura e patrimônio*. In.: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CEZAR, Temístocles. *Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In.: Revista Diálogos, Vol. 8, N.1, 2004, pg. 14-15.
- CEZAR, Temístocles. *Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. et al. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.
- CEZAR, Temístocles. *A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis*. In.: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org); *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro, 7letras,2006.
- CEZAR, Temístocles. *Anciens, Modernes et Sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Le cas de l'origine des Tupis* . In.: *Anabases*, vol.8, 2008, p. 43-65.
- CHARTIER, Roger. *A cultura do objecto impresso*. In.: CHARTIER, Roger (Org.). *As utilizações do objecto impresso (séculos XV-XIX)*. Lisboa:DIFEL, 1998, p. 9-21.
- CHARTIER, Roger. *Do livro à leitura*. In.: CHARTIER, ROGER (Org.). *Práticas de leitura*. Tradução Cristiane Nascimento.São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Brasília. Editora UnB, 1994.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In. : *Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, v.5,n.11,jan-abr.1991
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. São

- Paulo: Difel, 1990
- CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. In.: NORA, Pierre (Org.) *Les lieux de mémoire: II – Lá Nation*. Paris: Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires), 1987, p. 405-450.
 - CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.
 - CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Fundando a Nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. In.: *Revista Topoi*, v.4,n.7, jul-dez.2003, p. 313-333.
 - CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogenese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009.
 - CUNHA, Cláudia Reis e. *Alois Riegl e o culto modernos dos monumentos*. In.: *Vitruvius*, n.54, ano 05, jun/2006.
 - DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
 - DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras: Schwarcz, 1990.
 - DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
 - DE LUCA, Tânia Regina. *As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas*. [manuscrito] Assis: Departamento de História da UNESP, 2004.
 - DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In.: PRINSKY, Carla Bassenazi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, 2.ed, p. 111-153.
 - DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira, do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
 - DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e memória na Revista do IHGB: a defesa dos jesuítas a partir dos artigos “Notas para a história pátria” de Cândido Mendes publicados em 1877 e 1879*. In.: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo: setembro de 2008. CD-Rom.
 - DPHAN. *A Lição de Rodrigo*. Recife: [s.n.], 1969.
 - DUARTE, Regina Horta. “*Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-1934)*”. In.: *Manguinhos: História, Ciência e Saúde*. Vol. 11, p. 33-56.
 - DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil 1926-1945*. Belo Horizonte: Tese defendida no concurso de Professor Titular em História do Brasil do Departamento de História da UFMG, 2010.
 - DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Editores e intelectuais e a Coleção Brasileira. Fronteiras da cultura no Brasil dos anos 1930*. In.: ALMEIDA, Sandra Regina Goulart [et al] (org). *Mobilidades Culturais: agentes e processos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.
 - DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O que é avançado nas ciências humanas?* In.: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). *A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Mediação intelectual e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da Coleção Brasileira e da Cia. Editora Nacional*. In.: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política : Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. 621p
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários na República: história e identidade nacional no Almanaque Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Companhia Editora Nacional: Tradição editorial e cultura nacional*. In.: *Anais do I Encontro Brasileiro sobre o Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004
- FERREIRA, Lúcio M. *Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)*. In.: *Revista de História Regional*, Vol.4, n.1, 1999.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *A invenção do patrimônio e a memória nacional*. In.: BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.). *Capanema: Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 97.
- FRANZINI, Fábio. *A História presente e a História ausente nos volumes da Coleção Documentos Brasileiros (1936-1959)*. In.: *Anais do XIII Encontro de História da ANPUH-RJ – Identidades*. Seropédica/RJ: Agosto de 2008, CD Rom.
- GESLOT, Jean-Charles & HAGE, Julien. *Recenser les revues*. In.: LEYMARIE, Michel & MOLLIER, Jean-Yves. *La Belle Époque des revues (1880-1914)*. Paris: Éditions De L'Imec, 2002, p. 28-45
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In.: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Fátima S. (ORG.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*. In.: GOMES, A.C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores: A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2007.
- GONTIJO, Rebeca. *História, cultura, política e sociabilidade intelectual*. In.: BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & SOIHET, Rachel. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 259-284.

- GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o Aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. Belo Horizonte: Annablume, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico e os temas de sua historiografia (1839-1857): fazendo a história nacional*. In: WEHLING, A. (org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e estrutura de poder no Segundo Reinado*. RJ: IHGB, 1989.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. N. 1, 1988.
- JULIÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. [manuscrito]. Belo Horizonte: Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da UFMG, 2008.
- KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Cultura do Centro de Ciências Sociais da PUC/RJ, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : Contraponto, 2006.
- LAHUERTA, Milton. *Os Intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização*. In. : COSTA, Wilma Peres da, DE LORENZO, Helena Carvalho (org.). *A Década de 20 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *Memória*. In.: *Enciclopédia Einaudi*, vol. I: Memória-História. Lisboa: Ed. Casa da Moeda, 1984.
- LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica: Os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LIMA, Luís Correa. *O Brasil transforma Braudel*. Artigo presente em <http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/anpuh-2005.pdf>
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)*. Lisboa: Difel, 1979.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em “pedra e cal”*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da PUC-SP. 1995.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço as memória: tradição, patrimônio e museu no pensamento de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC/RJ, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem*. In.:

D'ARAÚJO, Maria Celina (org). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed.FGV, 1999, p. 83-96.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: A diversidade cultural no Brasil-nação*. 2ª edição revista e ampliada. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2006.
- PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2,n.3,,1989, p.3-15.
- POMIAN, Kryztoff. Coleções. In.: Enciclopédia Einaudi, Vol. I : Memória-História. Lisboa: Ed. Casa da Moeda,1984.
- POULOT, Dominique. *Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: Do monumento aos valores*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2006.
- ROLLAND, Denis. *O estatuto da cultura no Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras*. In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (Org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- RUBINO, Silvana. *As Fachadas da Memória: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- RUBINO, Silvana: *Entre o CIAM e o SPHAN: Diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre*. In.: KOMINSKY, Ethel Volfson, LÉPINE, Claude, PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p.267-286
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Nasce a Academia SPHAN*. In.: *Revista do Patrimônio*, vol. 24, 1996, p.77-95.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Historia ,Tempo e Memória; um estudo sobre os Museus*. Rio de Janeiro: Tese de mestrado , IUPERJ, 1989
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *A Escrita do passado em Museus Históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Políticas da Memória na criação dos museus brasileiros*.In.: Cadernos de Museologia, n.19, 2005, p. 122-148.
- SIRINELLI, Jean François. *Os intelectuais*. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual (1930-1940)*. In.: VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi & GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1982, p. 179-182.
- VENTURA. Roberto. *Estilo Tropical, história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- WEHLING, Arno. *Estado, história e memória. Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.